

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

O germinar do *Pinheirinho dos Palmares*: etnografia das relações entre removidos,
movimento social e Estado

Fabricio dos Santos Barretti

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social como parte das
exigências para a obtenção do título
de mestre em Antropologia Social
pelo PPGAS-UFSCar.

Orientador: Prof. Dr. Igor José de
Renó Machado.

Coorientadora: Profa. Dra. Liliana
Lopes Sanjurjo.

Agência de fomento: FAPESP –
processo nº 2015/15620-0.

São Carlos
2018

Barretti, Fabricio dos Santos

O germinar do Pinheirinho dos Palmares: etnografia das relações entre removidos, movimento social e Estado / Fabricio dos Santos Barretti. -- 2018. 130 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Prof. Dr. Igor José de Renó Machado

Banca examinadora: Gabriel de Santis Feltran, Taniele Cristina Rui
Bibliografia

I. Pinheirinho. 2. Removidos. 3. Movimento Social. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

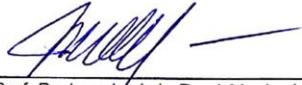


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Fabricio dos Santos Barretti, realizada em 18/06/2018:

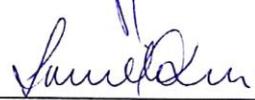


Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
UFSCar

Profa. Dra. Liliana Lopes Sanjurjo
UERJ



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
UFSCar



Profa. Dra. Taniele Cristina Rui
UNICAMP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Liliana Lopes Sanjurjo e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dr. Igor José de Renó Machado

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a todas as pessoas que me permitiram fazer parte de uma fração de seus cotidianos durante a pesquisa de campo. Em especial, às mulheres da *Associação de Mães e Amigos do Pinheirinho* — com quem esta pesquisa se iniciou — e ao Marrom, pelos convites aos diversos eventos convocados pelo *Movimento Urbano dos Sem-Teto*. Sou grato também a todos os coordenadores e coordenadoras do *Movimento*, sempre disponíveis a quaisquer dúvidas e solicitações que eu viesse a ter.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de mestrado que contemplou a pesquisa aqui apresentada.

Ao meu orientador, Igor Machado, por me mostrar os caminhos possíveis pelos quais este texto poderia se deslocar e pela inspiração e liberdade de pensamento característica de sua orientação. À Liliana Sanjurjo, pela coorientação através de comentários, sugestões e críticas fundamentais que permitiram polir o texto ao longo desses anos, além de sua valiosa participação no Exame de Qualificação.

Ao Gabriel Feltran, pelos preciosos comentários na minha qualificação e por aceitar o convite para compor a banca examinadora desta dissertação. À Taniele Rui, pelas observações realizadas no grupo de trabalho nas Jornadas John Monteiro em 2017 na Unicamp e pelo aceite em participar da banca examinadora.

Aos(às) colegas do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM-UFSCar), coordenado pelo Prof. Dr. Igor Machado, pela leitura, debates, sugestões e críticas aos textos enviados para discussões: Alexandra Gomes, Alexandre Branco, Bruna Potech, Érica Hatugai, Gabriel Jimenez, Gil Vicente, Iana Vasconcelos, Juliana Carneiro, Lize Marchini, Paula Sayuri, Ruan Coelho e Victor Hugo Kebbe.

Aos(às) colegas da turma 2015 de mestrado do PPGAS-UFSCar por toda trajetória em conjunto que tivemos ao longo desses anos. Em especial, ao Marcos Vinícius Guidotti, pelas conversas, risadas e por fazer com que o mestrado se tornasse um pouco mais leve. Ao Evandro Cruz e todas as amizades feitas na turma 011 da graduação. Ao Pig, pela amizade de mais de uma década que sabemos que será levada para toda a vida.

À minha mãe, Célia, e meu pai, Luiz, pelo fundamental apoio em todos os aspectos da vida que recebi de vocês, sem o qual nada disso seria possível. Ao Guilherme, irmão e amigo

que tanto admiro, pelas conversas e curiosidades acerca da pesquisa. À Raquel, pelo apoio, incentivo, companhia, amor e por dividir sua vida comigo.

Resumo

A exatamente um mês de completar cinco anos desde a remoção da ocupação *Pinheirinho*, 1.461 das cerca de 1.750 famílias removidas receberam as chaves de suas casas no *Pinheirinho dos Palmares II*, bairro construído exclusivamente às famílias da antiga ocupação através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em São José dos Campos, interior do estado de São Paulo. Esta dissertação descreve etnograficamente o processo de *luta* política das famílias desalojadas e do movimento social que as representava, tendo em vista o acesso ao financiamento da casa própria pela Caixa Econômica Federal, agente operacionalizador do PMCMV. Baseado em trabalho de campo realizado através de entrevistas e acompanhamento de diversos eventos convocados pelo *Movimento Urbano do Sem-Teto* (MUST), no período que abarca o intervalo entre a remoção da ocupação e a entrega das chaves das casas no *Pinheirinho dos Palmares*, descrevo e analiso as mobilizações e os sentidos das noções de *luta* política, casa, memória e Estado pelas famílias removidas do *Pinheirinho* e coordenadores(as) do MUST a fim de garantirem o acesso à casa própria.

Abstract

Exactly one month from completing five years since the *Pinheirinho*'s eviction, 1.461 of the 1.750 evicted families received the keys to their houses on *Pinheirinho dos Palmares II*, neighborhood built exclusively to them through the housing program Minha Casa Minha Vida (PMCMV) in São José dos Campos, inner city of the state of São Paulo. This dissertation describes and analyzes ethnographically the political *fight*'s process of the evicted families and the social movement which represented them, seeking the access to the house financing by Caixa Econômica Federal, operative agent of the housing program. Based on a fieldwork conducted through interviews and attendances to the events convened by the *Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST)*, in the period between the eviction and the house's key obtainment, I describe and analyze the uses and senses of the notions of political *fight*, house, memory and State by the evicted families from *Pinheirinho* and leaderships of the social movement in order to guarantee the access to own a house in *Pinheirinho dos Palmares*.

Lista de Figuras

Figura 1. Capinagem do terreno no primeiro dia de ocupação. Foto constantemente publicada pelo MUST nas redes sociais. Autor desconhecido.	18
Figura 2. Reunião interna do MUST. Foto compartilhada nas redes sociais por um dos coordenadores. Autor desconhecido.	30
Figura 3. Foto da assembleia do dia 30 de janeiro de 2016 no Campão. Autor: Fabricio Barretti.	52
Figura 4. Chamada publicada por um coordenador em uma rede social no dia 19 de outubro de 2015. Autor desconhecido.	53
Figura 5. Terceiro dia da montagem das pastas de documentos na Casa do Idoso da região Sul de São José dos Campos, dia 31 de maio de 2015. Foto compartilhada pelo MUST. Autor desconhecido.	57
Figura 6. Foto do primeiro dia da assinatura da ata convocada pela prefeitura, que permitia a redação do contrato pela Caixa. 03 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	70
Figura 7. Foto do primeiro dia de assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal, dia 21 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	72
Figura 8. Panfleto com as promessas de campanha de Marrom do Pinheirinho nas eleições a vereador de 2016.	76
Figura 9. Detalhe do verso do panfleto de campanha de Marrom do Pinheirinho ao cargo de vereador em 2016.	77
Figura 10. Comício do Partido dos Trabalhadores realizado no dia 12 de junho de 2016 no Campão. Autor: Fabricio Barretti.	78
Figura 11. Marrom (de camisa listrada, boné preto, erguendo o braço direito) discursando ao sair de uma reunião com funcionários da Sabesp durante o ato do dia 22 de janeiro de 2012 para cobrança por maior agilidade na entrega de sua parte na obra do Pinheirinho dos Palmares. Autor: Fabricio Barretti.	79
Figura 12. Segundo dia de bloqueio da entrada do Paço Municipal, dia 15 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	80
Figura 13. Faixa colocada por um ex-morador em cima do portão de ferro durante a ocupação da entrada do Paço Municipal. Autor: Fabricio Barretti.	81
Figura 14. Panfleto distribuído aos moradores da Vila Soma sobre a campanha contra a dengue.	85
Figura 15. Ocupação Vila Soma (Sumaré - SP). Autor: Fabricio Barretti.	86

Figura 16. Presença da Polícia Militar na Vila Soma durante a visita no dia 14 de fevereiro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	87
Figura 17. Ato durante o desfile de 07 de setembro de 2015 no Centro de São José dos Campos. Foto compartilhada pelo MUST. Autor desconhecido.	91
Figura 18. Foto do ato do dia 22 de janeiro de 2016 no Centro de São José dos Campos, relembrando os quatro anos desde a remoção do Pinheirinho. Autor: Fabricio Barretti.	92
Figura 19. Uma das maquetes feitas pelos(as) alunos(as), mostrando as possibilidades de ampliações através dos projetos apresentados. Autor: Fabricio Barretti.	95
Figura 20. Ex-moradores(as) visitando a casa modelo preparada pela Realiza no dia 19 de dezembro de 2015. Autor: Fabricio Barretti.	98
Figura 21. Conversa da coordenação com os(as) ex-moradores(as) ao lado da obra, logo antes de entrarem no Pinheirinho dos Palmares para realizarem a visita no dia 19 de dezembro de 2015. Autor: Fabricio Barretti.	99
Figura 22. Foto do mapa utilizado pela prefeitura no primeiro dia de assinatura da ata, 03 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	114
Figura 23. Foto do recebimento das chaves no Pinheirinho dos Palmares, na manhã do dia 22 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	115
Figura 24. Entrega das chaves no Estádio Martins Pereira, dia 22 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.	121

Lista de Abreviações e Siglas

AGU	Advocacia-Geral da União
AMAP	Associação de Mães e Amigos do Pinheirinho
ARPEN	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CADMUT	Cadastro Nacional de Mutuários
CEPHAS	Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CRC	Central de Informações do Registro Civil
CNP	Coordenação Nacional de Luta Popular
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DID	Development-Induced Displacement
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPU	Defensoria Pública da União
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
GCM	Guarda Civil Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRR	Impoverishment Risks and Reconstruction
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUST	Movimento Urbano dos Sem-Teto
ONG	Organização Não Governamental
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RG	Registro Geral (Carteira de Identidade)
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SIACI	Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
STF	Supremo Tribunal Federal
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Sumário

Capítulo 1: Introdução	13
1.1. Das raízes do <i>Pinheirinho</i> à sua remoção.....	16
1.2. A entrada em campo e seus desafios metodológicos	23
1.3. Os capítulos	31
Capítulo 2: A <i>luta</i> política	35
2.1. <i>Movimento</i> , ex-moradores(as) e Marrom	40
2.2. As assembleias.....	51
2.3. Os documentos.....	56
2.3.1. A <i>luta</i> política e as alianças em torno dos documentos	58
2.3.2. A montagem das <i>pastas</i> : buscando e evitando documentos.....	60
2.3.3. A presença dos artefatos em campo: <i>listas</i> , <i>pastas</i> e documentos.....	67
2.4. O Estado, o Partido e a campanha eleitoral	72
Capítulo 3: Memória, casa e deslocamentos.....	82
3.1. A casa e a memória da antiga ocupação	92
3.2. Dos <i>setores</i> para as <i>quadras</i> : os deslocamentos entre as casas	104
3.2.1. Para além do deslocamento espacial.....	104
3.2.2. Um deslocamento desejado e <i>lutado</i> : o <i>Pinheirinho dos Palmares</i>	108
Considerações finais	116
Referências bibliográficas	122
Anexos	128

Capítulo 1:

Introdução

Esta dissertação analisa um processo social, ou melhor, uma *luta*¹, cujo objetivo era a obtenção da tão sonhada casa própria. Seu início se deu em São José dos Campos, cidade do interior do estado de São Paulo, em um terreno de 1,3 milhão de metros quadrados² até então abandonado na região Sul da cidade, que contava com dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de cerca de 15 milhões de reais³.

O que era um terreno qualquer na paisagem da região Sul da cidade veio a se tornar o *Pinheirinho*, ocupação urbana inicialmente constituída por cerca de 240 famílias em fevereiro de 2004, chegando a acomodar por volta de 1.750 famílias – algo em torno de 6.000 pessoas – no momento de sua remoção, em janeiro de 2012; ou seja, após quase oito anos de existência. Naquele momento, o sonho da casa própria se tornou um pesadelo devido à violência policial da operação de remoção: bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, cavalaria, helicóptero e 2.000 agentes policiais foram acionados para o cumprimento da decisão judicial de reintegração de posse do terreno.

A partir disso, a *luta* por moradia tomou novos rumos, e o ano em questão (2012) foi de grande importância para tal. A chegada de Carlinhos de Almeida — do Partido dos Trabalhadores (PT) — ao cargo de prefeito de São José dos Campos abriu caminho para uma possibilidade que poderia ser benéfica a diversos atores sociais: a construção de um conjunto habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) voltado exclusivamente às famílias⁴ removidas, o *Pinheirinho dos Palmares*. As conversas sobre a construção do bairro⁵ ocorreram logo após sua vitória eleitoral, inicialmente entre Carlinhos e Marrom, líder do

¹ Palavras em itálico se referem a categorias e termos acionados pelos(as) interlocutores(as), à exceção daquelas em língua estrangeira ou em citações de autores(as).

² Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/area-ocupada-do-pinheirinho-e-tres-vezes-maior-que-o-vaticano/n1597595413688.html> (acessada em 18 de junho de 2017).

³ Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/prefeitura-de-sao-jose-reduz-iptu-de-empresa-dona-do-pinheirinho.html> (acessada em 05 de dezembro de 2017).

⁴ Utilizo o termo “famílias” como sinônimo para os(as) ex-moradores(as) deslocados à força do *Pinheirinho*, em contraposição aos(as) coordenadores(as) do movimento social que fundou a ocupação. O termo será explorado ao longo dos capítulos somente na medida em que se relaciona a outras categorias e noções através da análise de seus sentidos, mobilizações e efeitos práticos, como sugere Filadelfo (2015). No entanto, a noção não será analisada em si devido ao não acesso a aspectos mais profundos das relações familiares das pessoas com quem mantive contato.

⁵ Emprego os termos “conjunto habitacional”, “bairro” e “empreendimento” como sinônimos para designar o *Pinheirinho dos Palmares II*, sendo o terceiro o mais utilizado pela Caixa Econômica Federal e outras instituições do Estado. No entanto, o único bairro que aparece na listagem no site da prefeitura (http://servicos2.sjc.sp.gov.br/sao_jose/regiao_sudeste.aspx) é o Conjunto Residencial Nosso Teto, que corresponderia ao que será aqui chamado de EMHA II, visto que é esse o termo utilizado não apenas pelos seus próprios moradores como também pelos agentes da prefeitura e da Caixa, além de constar nas próprias placas da Avenida João Rodolfo Castelli, principal acesso ao bairro, como mostrado no Anexo 1 no final desse texto. Assim, para as demais referências, emprego o termo “bairro” por ser aquele usado pelas pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa.

movimento social que fundou ocupação, o *Movimento*⁶ Urbano dos Sem-Teto (MUST). Essas conversas se viram intensificadas no primeiro ano de mandato, em 2013, de tal forma que Marrom se desligou do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) para se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo do então novo prefeito. Em março de 2014, a presidenta da República Dilma Rousseff (PT) compareceu a um evento em São José dos Campos para assinar a ordem de serviço para construção das 1.461 residências do *Pinheirinho dos Palmares II*. Na data da assinatura, tinha-se setembro de 2015 como previsão de término da obra e entrega das chaves às famílias, embora tenha ocorrido apenas no dia 22 de dezembro de 2016. O *Pinheirinho dos Palmares I*, por outro lado, contemplaria 239 famílias, mas sequer sua ordem de serviço foi assinada até hoje.

É nesse cenário e ao longo desse período que esta pesquisa, iniciada em abril de 2014, constitui-se, na qual descrevo e analiso etnograficamente o processo de obtenção da casa própria pelas famílias que foram removidas da ocupação *Pinheirinho*. Porém, não eram apenas essas famílias que compunham a situação etnográfica em questão, mas também o *Movimento*, prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Habitação, Caixa Econômica Federal (doravante, Caixa), Defensoria Pública do Estado de São Paulo (doravante, Defensoria ou DPESP) e da União (DPU), Ministério das Cidades, partidos políticos, empreiteiras, Sabesp e EDP Bandeirante.

Cabe ressaltar, no entanto, que durante a pesquisa eu não tive acesso a todos esses atores. Alguns deles foram privilegiados durante o trabalho de campo a fim de torná-lo não apenas executável, mas também interessante do ponto de vista antropológico, levando em conta a forma como minha inserção no campo de pesquisa ocorreu. Essa questão será melhor detalhada neste capítulo ao tratar da metodologia de pesquisa, mas cabe aqui colocar que meu deslocamento em campo consistiu em acompanhar, o quanto foi possível, as diversas maneiras que os(as) ex-moradores(as) se reuniam com o *Movimento*, nos diversos eventos que o mesmo convocava: assembleias (ora quinzenais, ora semanais), visitas ao canteiro de obra do então futuro bairro, manifestações políticas no centro da cidade, eventos em conjunto com a prefeitura, a ida à ocupação Vila Soma (Sumaré – SP) com a *coordenação* do MUST, além das diversas entrevistas realizadas com ex-moradores(as), fossem coordenadores(as) do *Movimento* ou não.

⁶ Utilizo os termos “MUST”, “*Movimento*”, “*coordenação*” e “*liderança*” para me referir apenas aos membros que ocupavam a posição de coordenador(a) durante o processo analisado.

Embora não se limitando a elas, as assembleias convocadas pelo MUST se tornaram o foco do trabalho de campo entre outubro de 2014 e dezembro de 2016, ou seja, até as chaves do *Pinheirinho dos Palmares* terem sido finalmente entregues às famílias. Sua relevância, no entanto, não era nova. Desde a ocupação, a valorização desses momentos de reunião era reforçada pelo *Movimento*, mesmo tendo de lidar com outros problemas à época. A apreensão gerada pela possibilidade de uma remoção já era uma grande questão antes mesmo da ocupação ter completado um ano de existência, já que a massa falida da empresa Selecta S.A., detentora do registro de propriedade do terreno, entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça em agosto de 2004.

Diante disso, cabe, antes de tudo, contextualizar o processo aqui analisado tendo em vista as origens e a maneira pela qual o *Pinheirinho* foi constituído. Os grupos envolvidos, as clivagens entre eles e as formas de organização da antiga ocupação se fizeram importantes para um melhor entendimento da *luta* política no pós-*Pinheirinho*, termo referente ao período entre a remoção da ocupação e a entrega das chaves do *Pinheirinho dos Palmares*; ou seja, o período que abarca esta pesquisa.

1.1. Das raízes do *Pinheirinho* à sua remoção

A história do *Pinheirinho* não começa no terreno ocupado pelo MUST e pelas famílias e desocupado pela Polícia Militar. Foi a partir de duas breves ocupações anteriores que o mesmo veio a ser possível: as *Casinhas* da CDHU⁷, no final de 2003, e, logo em seguida, o *Campão*, no início de 2004, ambas também localizadas na região Sul.

De acordo com a etnografia de Dias de Andrade (2010), que realizou pesquisa de campo no *Pinheirinho* para sua dissertação de mestrado, as motivações da ocupação das *Casinhas* foram pautadas pela urgência de moradia,

[...] pela má qualidade em que se encontravam e pela demora na conclusão e entrega de casas populares para a população carente, situação agravada ainda pelo fato de muitos ocupantes dizerem já estar na fila para conseguir uma casa na prefeitura há mais de oito ou dez anos (DIAS DE ANDRADE, 2010, p.71-72).

Não coincidentemente, a época apontada como as origens do *Pinheirinho* é a mesma em que Marrom, coordenador geral do *Movimento* Urbano dos Sem-Teto, passou a atuar junto às pessoas que já estavam ocupando as *Casinhas*. Em entrevista⁸, ele afirmou que a entrada dos moradores nesse local havia sido liderada por Santos Neves, então vereador pelo Partido

⁷ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, empresa do Governo Estadual vinculada à Secretaria da Habitação.

⁸ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

Trabalhista Brasileiro (PTB), que supostamente se retirou da mesma por não possuir o apoio do prefeito Emanuel Fernandes (PSDB⁹). Em seu lugar, Giba, vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tentou assumir o papel de *liderança* no local, mas também o abandonou em pouco tempo. Diante desse cenário, as próprias pessoas que estavam ocupando as *Casinhas* entraram em contato com Marrom através de um telefonema às 2 horas da madrugada do dia 31 de dezembro de 2003 — quando estava em Caraguatatuba para comemorar o Réveillon — para que coordenasse a ocupação que contava, segundo ele, com aproximadamente 140 famílias. Ao chegar no local em pouco mais de uma hora, uma assembleia foi organizada e Marrom assumiu a *liderança* naquela madrugada.

Logo após sua entrada, uma ordem de despejo foi emitida e a Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo compareceu ao local obrigando as famílias a se retirarem das casas. Sem terem para onde ir, as mesmas ocuparam um terreno da prefeitura chamado de *Campão* pelos moradores da região. Barracos de lona foram erguidos e, no mesmo dia, a Guarda Civil Municipal (GCM) reprimiu os recém-deslocados, havendo relato de tiroteio¹⁰. Segundo Marrom, o episódio só não foi mais trágico porque a Polícia Militar não chegou a atuar nesse segundo local, dado que a ordem judicial dizia respeito apenas às *Casinhas*. Tal episódio, no entanto, não impediu que mais e mais barracos fossem levantados a cada dia transcorrido de ocupação.

A ocupação do *Campão* durou por volta de dois meses (DIAS DE ANDRADE, 2010, p. 73) e se encerrou na madrugada do dia 26 de fevereiro de 2004, quando aqueles que viriam a compor a *coordenação* voltaram do bloco de Carnaval “Acorda Peão” e ocuparam o terreno da massa falida da empresa Selecta S.A.¹¹ A ocupação, denominada *Pinheirinho* devido às árvores que acompanham o local ao longo de uma das principais avenidas da região Sul chamada Estrada do Imperador, foi então fundada e coordenada pelo MUST, aumentando de aproximadamente 240 famílias iniciais para algo em torno de 1.750 ao longo de seus quase oito anos de existência. Em diversas conversas com os(as) ex-moradores(as), o motivo mais recorrente apontado para adentrarem a ocupação era pautado nos constantes aumentos do custo do aluguel na região, que passava a corresponder a uma porcentagem cada vez maior da renda mensal das famílias. A frase “Ou eu trabalhava para comer, ou eu trabalhava para pagar

⁹ Partido da Social Democracia Brasileira.

¹⁰ Como narrado por uma ex-moradora do *Pinheirinho* na dissertação de Dias de Andrade (2010, p. 73).

¹¹ A narrativa da exata data de fundação do *Pinheirinho*, no entanto, oscila entre os dias 25 e 26 de fevereiro de 2004, provavelmente pelo fato de ter ocorrido durante a madrugada.

aluguel”¹² exemplifica bem a principal razão colocada, durante a pesquisa de campo, de irem morar no *Pinheirinho*. Segundo Forlin e Costa (2010), em 2006, 60% das famílias que ocupavam o terreno viviam com menos de um salário mínimo — na época, R\$ 350¹³ —, sendo que 16% do total dos moradores sobreviviam com uma renda inferior a 100 reais mensais, não possuindo, segundo os autores, recursos para se alimentarem (p. 147).

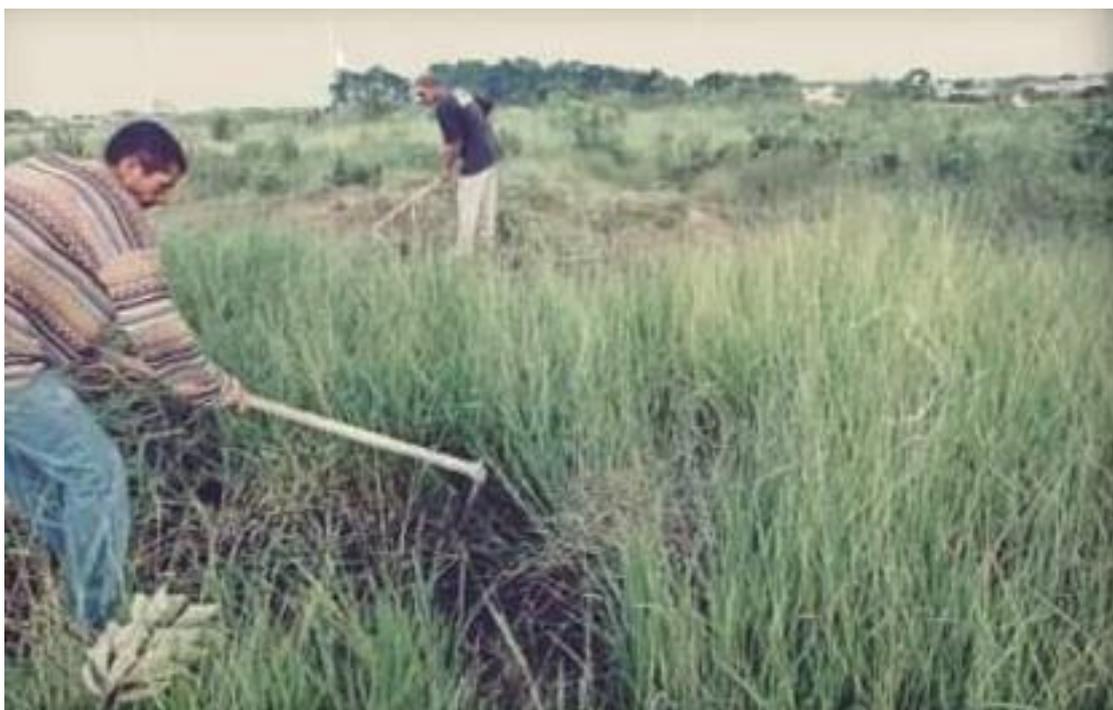


Figura 1. Capinagem do terreno no primeiro dia de ocupação. Foto constantemente publicada pelo MUST nas redes sociais. Autor desconhecido.

Com lotes de 250 metros quadrados demarcados pelo MUST, os barracos de lona, oriundos do *Campão*, foram tomando corpo ao longo dos anos, até cerca de 80% deles passarem a possuir estrutura de alvenaria¹⁴ no momento da *invasão* da Polícia Militar na ocupação, termo usado por alguns interlocutores para denominar o evento da reintegração de posse em janeiro 2012 (BARRETTI, 2015).

O *Movimento*, além de fundar a ocupação, coordenava a mesma através da divisão em 14 *setores*, cada qual com um(a) coordenador(a) responsável. Tal pessoa era encarregada de organizar as reuniões setoriais, que ocorriam toda terça-feira por volta das seis horas da tarde,

¹² Frase de uma ex-moradora em visita que fiz junto aos ex-moradores à obra do *Pinheirinho dos Palmares* no dia 18 de novembro de 2016.

¹³ Fonte: <http://www.trtsp.jus.br/tabprat-salario-minimo> (acessada em 11 de maio de 2018).

¹⁴ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/area-ocupada-do-pinheirinho-e-tres-vezes-maior-que-o-vaticano/n1597595413688.html> (acessada 18 de junho de 2017).

nas quais eram levadas, tanto pelos moradores quanto pelos(as) coordenadores(as), as pautas a serem discutidas. Posteriormente, as mais importantes delas eram encaminhadas à assembleia geral da ocupação, que ocorria invariavelmente aos sábados, no mesmo horário.

Eram nessas assembleias gerais que vários tipos de informações de interesse do *Pinheirinho* chegavam aos moradores. Visto que já havia, perante o Poder Judiciário, o pedido de reintegração de posse pela Selecta S.A. desde 18 de agosto de 2004 (GINJO, 2016), eram nas reuniões de sábado que ocorriam os repasses das atualizações sobre os processos judiciais, amparados pelo corpo jurídico do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (daqui em diante, Sindicato), que *lutavam* constantemente pela suspensão das liminares a fim de evitar ao máximo a remoção. Naquela época, Marrom havia sido diretor do Sindicato e era filiado ao PSTU, instituições que, junto com outros políticos que apoiavam a ocupação, tentavam negociar com diferentes esferas do Estado a permanência no local. O meio para tal se dava através da *luta* pela transformação do terreno em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), o que possibilitaria a regularização do bairro. Esse tipo de assembleia foi realizada durante todo o período entre a remoção e a entrega das chaves das casas, e suas formas se assemelhavam em muito àquelas que ocorriam no *Pinheirinho*, tomando, como referência, a descrição etnográfica realizada por Dias de Andrade (2010) baseada em seu trabalho de campo na própria ocupação.

Esse processo de *luta* para suspender liminares se estendeu por quase oito anos, culminando no sábado, 21 de janeiro de 2012, quando mais uma notícia de vitória contra a reintegração de posse foi levada através de um dos advogados filiados ao PSTU, Toninho Ferreira, que possuía forte presença na ocupação desde seu início¹⁵. Tal fato foi recebido com tamanha alegria pelos moradores, que foi organizada uma festa para comemorá-lo. No entanto, a boa notícia teve vida curta: na madrugada do dia 22 de janeiro, domingo, por volta das seis horas da manhã, aproximadamente 2 mil policiais¹⁶ já estavam a postos para realizar a desocupação do terreno. Mesmo com a formação improvisada de um grupo de resistência,

¹⁵ Toninho, como é conhecido, foi presidente municipal do partido e do Sindicato dos Metalúrgicos. Pelo PSTU, concorreu a governador do Estado de São Paulo em 1998, a prefeito de São José dos Campos em 2008 e 2016, a vereador em 2012, a deputado estadual em 2006 e a deputado federal em 2010. Fontes: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/07/toninho-ferreira-e-candidato-prefeitura-de-sao-jose-pelo-pstu.html>, <https://www.pstu.org.br/pstu-oficializa-pre-candidatura-de-toninho-ferreira-a-prefeito-de-sao-jose-dos-campos/> e <https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2006/deputado-estadual/09011958-toninho-ferreira.jhtm> (acessadas em 11 de maio de 2018)

¹⁶ Além da Polícia Militar do Estado de São Paulo com 1,8 mil policiais, a Guarda Civil Municipal de São José dos Campos também participou da operação, principalmente no *poliesportivo*. Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-sao-jose-dos-campos/n1597591441505.html> (acessada em 13 de julho de 2017).

denominado pelos próprios moradores de *Tropa de Elite*¹⁷, munidos de capacetes de motocicleta, barris de plástico cortados ao meio como escudo, pedaços de pau e pedras, o terreno foi reintegrado e os moradores expulsos de suas casas com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio, além de terem suas casas destruídas por retroescavadeiras posteriormente.

Diante disso, boa parte dos moradores do *Pinheirinho* foi deslocada forçosamente para o *poliesportivo*, um parque cercado por grades de ferro localizado próximo a uma das entradas da ocupação. Nesse momento, foi realizado um cadastro das famílias, que veio a servir de base para a distribuição, nove dias depois¹⁸, do Aluguel Social: uma quantia de 500 reais¹⁹ garantida às famílias removidas que não possuísem renda mensal superior a três salários mínimos. Algumas delas ficaram no próprio *poliesportivo*, enquanto outras foram encaminhadas a outros abrigos improvisados, onde, em ambos os casos, deveriam deixá-los ao assinarem o termo de compromisso necessário para obter o acesso ao auxílio-moradia — também chamado de *Bolsa Aluguel* —, que também estipulava que o mesmo poderia suspenso caso a família voltasse a ocupar qualquer área²⁰.

Naquele momento, no entanto, não era claro até quando o Aluguel Social seria repassado aos ex-moradores, visto que estava garantido por apenas seis meses, segundo a Lei Municipal nº 8598/12 de 31 de janeiro de 2012, embora prorrogável pelo mesmo período. Em agosto de 2012, o Governo do Estado de São Paulo renovou esse convênio com a prefeitura de São José dos Campos por mais seis meses às 1.750 famílias cadastradas, indicando também a pretensão de manter o auxílio por 18 meses²¹. Embora o Aluguel Social tenha sido mantido até a entrega das chaves do *Pinheirinho dos Palmares*, a incerteza quanto à sua continuidade foi presente durante todo o processo por não haver uma garantia sobre as renovações diante dos atrasos da obra.

Diante desse cenário, a maioria dos ex-moradores do *Pinheirinho* ficou dispersa pela cidade em casas alugadas com auxílio do Aluguel Social, cujo valor não sofreu reajuste desde

¹⁷ O grupo de resistência foi protagonista de um ensaio fotográfico que venceu o Prêmio Fundação Conrado Wessel de Arte (Fotografia) em 2015. Fonte: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/03/ensaio-sobre-tropa-de-moradores-de-pinheirinho-leva-premio-de-fotografia.html> (acessada em 13 de julho de 2017).

¹⁸ Fontes: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/31/sao-jose-dos-campos-sp-comeca-a-distribuir-aluguel-social-as-familias-do-pinheirinho.htm> (acessadas em 21 de julho de 2017) e <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/prefeito-sanciona-lei-que-libera-aluguel-social-para-familias-do-pinheirinho.html> (acessadas em 01 de junho de 2017).

¹⁹ Desses 500 reais, 100 eram provenientes da Prefeitura de São José dos Campos e 400 do Governo do Estado de São Paulo, conforme especificado no Artigo 2º da Lei Municipal nº 8598/12 de 31 de janeiro de 2012.

²⁰ Como explicitado no Artigo 5º da Lei Municipal nº 8598/12 de 31 de janeiro de 2012.

²¹ Fonte: <http://www2.ovale.com.br/estado-prorroga-aluguel-social-para-familias-do-pinheirinho-1.291562> (acessada em 22 de julho de 2017). Porém, o auxílio foi garantido até o momento da entrega do *Pinheirinho dos Palmares*, em dezembro de 2016.

o início de sua distribuição, no dia 31 de janeiro de 2012²². Além disso, houve diversos relatos de que a prefeitura ofereceu passagens para as famílias voltarem à sua terra natal no momento seguinte à remoção, quando estas ainda estavam em abrigos improvisados. Mesmo que, segundo Marrom e outros interlocutores, foram poucas as que teriam aceitado tal proposta, também houve casos de deslocamento para a zona rural da cidade ou mesmo às ruas de São José dos Campos²³.

No entanto, a *luta* não cessou no momento da remoção das famílias de suas casas, construídas com suas próprias mãos. Como exposto anteriormente, a desocupação ocorreu em janeiro de 2012, ano de eleição municipal em todo o Brasil. Após São José dos Campos ter sido governada desde 1997 pelo PSDB — através dos mandatos de Emanuel Fernandes (1997-2004) e de Eduardo Cury (2005-2012) —, Carlinhos Almeida (PT) foi eleito prefeito, abrindo caminho para o diálogo com o *Movimento*, visto que uma de suas promessas de campanha era fazer parceria com o Governo Federal para implementar a Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que beneficia famílias com renda de até três salários mínimos²⁴. Em entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016, Marrom apontou que o início do diálogo se deu logo após a vitória eleitoral de Carlinhos em primeiro turno, intensificando-se no início de seu mandato, em 2013. Na época, Marrom ainda era filiado ao PSTU.

As propostas iniciais para o empreendimento pelo Programa Minha Casa Minha Vida²⁵ sugeriam a construção de apartamentos para contemplar a população deslocada do *Pinheirinho*. Porém, como explicitado pela *coordenação* em entrevistas ou conversas informais, nem os ex-moradores, nem a própria *liderança* queriam que fossem construídos apartamentos, mas sim casas.

Assim, as negociações, ora também chamadas de *luta*, briga ou batalha, ocorreram ao longo do ano de 2013. Como apontava a *coordenação* em falas nas assembleias, a rejeição aos apartamentos também se fundamentava no fato de que esse tipo de empreendimento iria necessariamente dividir a população do *Pinheirinho* em mais de um local devido à improbabilidade de se projetar cerca de 1.750 apartamentos em um mesmo conjunto habitacional, tendo em vista que tanto o *Movimento* como os ex-moradores desejavam que a

²² Fonte: <http://www2.ovale.com.br/auxilio-aluguel-do-pinheirinho-completa-3-anos-sem-reajuste-1.578884> (acessada em 22 de julho de 2017).

²³ Como apontado por Inácio Dias de Andrade em comunicação pessoal.

²⁴ Fonte: <http://www2.ovale.com.br/carlinhos-almeida-promessas-de-campanha-1.653758> (acessada em 23 de julho de 2017).

²⁵ O investimento na obra se deu tanto pela Caixa Econômica Federal, através da modalidade “Empresas”, com R\$ 111.036.000,00, quanto pela Casa Paulista – Agência Paulista de Habitação Social, braço da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo, com R\$ 29.220.000,00. Ver Anexo 3.

“Família *Pinheirinho*” voltasse a morar em um mesmo espaço. Entretanto, de acordo com diversos relatos de ex-moradores, os motivos para a preferência das casas vão além disso, mostrando uma conexão entre a noção de casa e a *luta* política, mobilizadas não apenas nessa época de negociação como também durante o processo de montagem das *pastas* de documentos comprobatórios para atenderem às exigências da Caixa Econômica Federal, agente operacionalizador do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso se deve ao fato de que muitos dos então moradores do *Pinheirinho* possuíam alguma forma de renda — principal ou secundária — através do terreno que mantinham na ocupação, que permitia a criação de animais de pequeno porte, pequenas plantações de diversos tipos e até mesmo espaço suficiente para uma oficina mecânica ou marcenaria, além dos próprios comércios como mercearias e bares.

No entanto, como exposto anteriormente, a fundação da ocupação e o período de seus quase oito anos de existência contaram com uma forte ligação com o PSTU e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, tanto pelos amparos jurídicos quanto pela própria presença de Marrom, na época filiado ao partido e diretor do Sindicato. É nesse momento de negociação com a prefeitura que ocorre o rompimento do MUST com o PSTU, evento oficializado através de uma votação em assembleia realizada em 2013, como constantemente lembravam os coordenadores nas assembleias em que estive presente. Visto que esse evento ocorreu antes de minha inserção em campo, baseio-me nas falas da *coordenação* em assembleias que participei e de relatos de ex-moradores. Ou seja, essa é a versão do rompimento com o PSTU que chegou até mim durante a pesquisa de campo, tendo em vista que mantive diálogo mais intenso com a *coordenação* do MUST e ex-moradores(as), mas não com membros do PSTU, já que, à época, não estavam mais presentes nas assembleias do *Campão*.

Segundo a *coordenação* e alguns relatos de ex-moradores(as), o PSTU não acreditava ser possível arrumar um terreno grande o suficiente para abranger, através de casas, a totalidade das famílias deslocadas pela remoção, posicionando-se para que aceitassem a proposta de apartamentos; posição derrotada em votação na assembleia citada, quando a representação política dos ex-moradores passou a ser mediada, perante as instituições envolvidas no então futuro bairro, apenas através do MUST, deixando o PSTU de fora das negociações diretas com a prefeitura, embora mantivesse — e provavelmente ainda mantenha — relações com diversas famílias que moravam no *Pinheirinho*. Somado a isso, ainda durante o ano de 2013, Marrom se desfiliou do PSTU²⁶ — partido pelo qual havia se candidatado a vereador (em 2004 e 2008) e

²⁶ Fonte: <http://www2.ovale.com.br/marrom-lider-de-movimentos-sociais-em-s-jose-deixa-o-pstu-1.393123> (acessada em 09 de janeiro de 2018).

deputado estadual (em 2010) — para se filiar ao PT e lançar, em 2016, sua quarta candidatura ao Poder Legislativo, embora não se elegendo em nenhuma das ocasiões²⁷.

Diante disso, no dia 25 de março de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff foi a São José dos Campos e assinou a ordem de serviço que permitia a construção das 1.461 residências do *Pinheirinho dos Palmares II* pelo Programa Minha Casa Minha Vida²⁸. É nesse cenário que se encontra o processo de *luta* para aquisição das casas, que passa a tomar caminhos diferentes daqueles de quando a ocupação ainda existia, visto que, dessa vez, havia a obrigatoriedade de atender aos critérios fixados pela Caixa Econômica Federal na Faixa 1 do Programa. Dentre esses, destacam-se a necessidade de possuir renda familiar mensal inferior ou igual a R\$ 1.800, não ter sido beneficiado por nenhum programa habitacional federal ou ter casa em seu nome, além de apresentar cópias dos documentos requeridos, tais como Carteira de Identidade (RG) e certidão de nascimento. Porém, dependendo do caso, é também necessário apresentar certidão de casamento, divórcio ou óbito do(a) parceiro(a) falecido(a), fato que levou problemas a diversos ex-moradores(as), deixando a situação da *pasta* como provisoriamente indeferida.

Como a própria *coordenação* já havia antecipado nas assembleias, problemas em atender todas as exigências ocorreriam. Todos, de uma forma ou de outra, acabavam esbarrando na questão dos documentos requeridos, fosse pela falta de um, fosse pela existência de outro, como nos casos de comprovação de renda que ultrapassavam o limite de R\$ 1.800 mensais. Assim, todos esses problemas envolvendo os documentos e as exigências da Caixa serão apresentados e analisados no segundo capítulo, tomando-os como mais uma dimensão em que a *luta* se fez presente com diversos contornos, agências e estratégias para resolução dos obstáculos enfrentados. Antes disso, contudo, cabe tratar da questão da entrada em campo em conjunto com os desafios metodológicos encontrados no decorrer desta pesquisa.

1.2. A entrada em campo e seus desafios metodológicos

Embora o *Pinheirinho* tenha sido fundado em 2004, só passei a tomar conhecimento do mesmo no momento de sua remoção, no dia 22 de janeiro de 2012. A repercussão da ação policial foi tamanha que não apenas o ocorrido tomou conta do noticiário local na época como

²⁷ Entretanto, com 1.971 votos obtidos, Marrom veio a ser o segundo suplente pelo PT nas eleições de 2016, chegando a atuar por um breve período em abril de 2017 na Câmara dos Vereadores durante o afastamento, por motivos de saúde, de Amélia Naomi (PT), esposa do ex-prefeito Carlinhos de Almeida (PT).

²⁸ Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-ordem-de-servico-para-inicio-da-construcao-de-1-461-unidades-habitacionais-do-total-de-1-700-do-residencial-pinheirinho-dos-palmares-i-e-ii-do-programa-minha-casa-minha> (acessada em 20 de junho de 2017).

também foi divulgado na mídia internacional, como a Al Jazeera, BBC, Reuters e The Guardian²⁹.

Porém, foi apenas em abril de 2014 que a possibilidade de estudar os efeitos da desocupação veio a se concretizar, estudo que resultou na escrita de minha monografia de graduação em Ciências Sociais³⁰. Dada a repercussão da remoção, aliada ao fato de eu ser natural de São José dos Campos e meus pais ainda morarem na cidade, o interesse pelo tema foi aumentando, até conseguir contato com uma pessoa que atuou como voluntária nos abrigos para onde foram deslocados os então recém-removidos moradores do *Pinheirinho*. Através dela, foi possível conhecer as mulheres da *Associação de Mães e Amigos do Pinheirinho* (daqui em diante, AMAP ou *Associação*), principais interlocutoras da citada monografia.

A partir desse contato inicial, a pesquisa pôde se expandir a outros espaços após ser apresentado ao Marrom, que, em outubro do mesmo ano, me convidou a participar das assembleias que ocorriam no *Campão*. Tais reuniões — inicialmente quinzenais, mas com períodos em que foram realizadas semanalmente — passaram a ser o centro da pesquisa de campo, embora eu não tenha me limitado apenas a elas. Manifestações — como as que relembavam anualmente a data da remoção —, protestos que se dirigiam àqueles considerados culpados pelo atraso na obra e as próprias visitas organizadas pelo MUST à construção compunham também os locais e momentos nos quais a pesquisa de campo ocorreu, além da realização de entrevistas com interlocutores(as) com quem mantive mais contato durante esse período, fossem da *coordenação* ou não.

O campo, portanto, situou-se em um contexto entre a desocupação e a entrega das casas do *Pinheirinho dos Palmares*. Além do mais, devido ao deslocamento forçado dos ex-moradores do *Pinheirinho* e, conseqüentemente, ao fato dos mesmos estarem dispersos pela cidade, a pesquisa de campo contou com o método da observação participante, não perdendo de vista que se trata de uma situação etnográfica que não se restringiu apenas a um local ou a um tipo de ator, mas que buscou acompanhar o movimento das pessoas e o conflito em questão, configurando, dessa forma, uma etnografia multissituada (MARCUS, 1995).

²⁹ <http://www.aljazeera.com/video/americas/2012/01/201212442011914880.html> ,
<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-16675027> , <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-16716788> ,
<http://www.reuters.com/news/picture/evicted-from-pinheirinho-idUSRTR2WQI4>,
<https://www.theguardian.com/world/gallery/2012/jan/23/brazil> ,
<https://www.theguardian.com/world/2012/jan/23/brazilian-police-clash-slum-residents> ,
<https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2012/jan/24/brazil-pinheirinho-eviction-inspiration> ,
(acesso em 05 de junho de 2017).

³⁰ Cf. Barretti (2015).

Posto isso, a centralidade dada às assembleias nesta pesquisa tem seus motivos. O primeiro deles deve-se ao deslocamento ocasionado pela remoção das famílias da antiga ocupação *Pinheirinho*. Embora muitos ex-moradores tenham permanecido na região Sul da cidade, seria muito difícil identificar, nos bairros, as famílias despejadas da ocupação, tornando as assembleias os momentos de reunião de um grande número de ex-moradores(as), além de manterem uma periodicidade em que a pesquisa pôde contar desde o início.

O segundo motivo recai sobre o fato do *Movimento* ter ocupado uma posição de mediação entre as famílias e diversas instituições do Estado, sobretudo após a filiação de Marrom ao partido que exercia o poder executivo municipal à época (PT) e pelo qual lançou sua candidatura para vereador em 2016. Isso conferiu ainda mais importância às assembleias, já que o MUST convidava representantes de vários órgãos do Estado para falar ao microfone. Defensores públicos, secretários do governo municipal, gerentes da Caixa Econômica Federal envolvidos no empreendimento e engenheiros da empreiteira responsável pela obra chegaram a participar das assembleias a convite de Marrom, o que permitiu uma análise do Estado através de seus movimentos e suas formas de gestão, ou seja, a partir dos discursos e ações de ex-moradores(as) e *coordenação* junto às instituições do Estado e seus agentes. As assembleias, portanto, permitiram a convergência de atores sociais com múltiplas origens e interesses, considerados pelo *Movimento* como aliados.

O terceiro motivo diz respeito aos problemas que diversos(as) ex-moradores(as) tiveram durante o processo de enquadramento aos critérios da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida para obtenção do financiamento da casa pela Caixa Econômica Federal. A maioria esbarrou, de uma forma ou de outra, na questão dos documentos necessários para tal, principalmente nos casos em que houve divórcio na prática, mas não oficialmente perante o Estado, complicando ainda mais a situação nos casos de migração do cônjuge ou de seu falecimento. Eram nas assembleias que os meios para solução desses problemas eram encaminhados àqueles que ainda se encontravam com as *pastas* de documentos indeferidas pela prefeitura, além da exposição das estratégias de *luta* do *Movimento* para tentar resolver problemas recorrentes.

O quarto e último motivo da importância das assembleias a esta pesquisa refere-se à centralidade que o próprio *Movimento* conferiu às mesmas durante todo o trabalho de campo. Desde a minha primeira ida, em outubro de 2014, falava-se que seria dada preferência às pessoas que comparecessem às assembleias caso as casas do *Pinheirinho dos Palmares* fossem entregues por partes, tendo em vista os diversos problemas que ocorriam junto à empreiteira

responsável pelo empreendimento à época. As cobranças por parte da *coordenação* por uma maior participação se davam nas assembleias mais vazias, mas também quando era dito que “quem perder a assembleia, pode perder a casa”³¹, mesmo que isso não tivesse de fato acontecido; ao menos não devido à ausência nessas reuniões.

Dessa maneira, a maior parte da pesquisa de campo ocorreu nas assembleias, em que sua importância era reiterada diante dos sucessivos atrasos na entrega da obra, que geravam apreensão nos(as) ex-moradores(as) quanto à sua conclusão. Isso não significa, no entanto, que dados importantes não tenham sido obtidos em outros momentos de reunião com os ex-moradores, tais como manifestações públicas e visitas à obra, por exemplo. As distintas situações em que os(as) ex-moradores(as) se reuniam me permitiram observar diferentes discursos e ações, informações de grande valia para a presente pesquisa.

Assim, através de um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), “ou seja, do interior, pelo antropólogo que se encontra, ele próprio, presente e implicado” (AGIER, 2011, p. 38), pretende-se tomar esta etnografia não apenas como um método ou técnica (PEIRANO, 2014; MANGNANI, 2002), mas como uma forma de conhecimento que privilegia a experiência vivida (DAS & POOLE, 2004; JIMENO, 2011; PEIRANO, 2014): “um modo de acercamento e apreensão” (MAGNANI, 2002) do processo social estudado (FELDMAN-BIANCO, 2010; VAN VELSEN, 2010).

Diante disso, a forma na qual o pesquisador se coloca em campo e como é percebido pelos sujeitos pesquisados influenciam os caminhos percorridos pela pesquisa. A presença de pesquisadores em parte do cotidiano das famílias do *Pinheirinho*, contudo, não era novidade. Ainda no *Pinheirinho*, por exemplo, Dias de Andrade (2010) realizou uma etnografia e Forlin e Costa (2010) aplicaram questionários a uma parcela das famílias, além de Machado (2014), que realizou sua dissertação de Mestrado³² com ex-moradores(as) após a remoção e já acompanhava as assembleias no momento de minha inserção, embora ele tenha mudado seu tema de doutorado e deixado de comparecer com tanta frequência.

Não foi com grande estranhamento, portanto, que fui recebido, e não esperava algo além disso. Os ex-moradores não apenas possuíam experiência em lidar com pesquisadores, como também com jornalistas da imprensa local, que constantemente os procuravam para produzir matérias, muitas vezes negativas à imagem do *Pinheirinho*, gerando acusações dos(as)

³¹ Frase dita pela *coordenação* na assembleia do dia 23 de maio de 2015.

³² Nela, Machado (2014) analisou a narrativa das “experiências sociais dos ex-moradores da Ocupação *Pinheirinho* através dos significados atribuídos aos usos que faziam da cidade de São José dos Campos – SP” (p. 18, grifos meus).

coordenadores(as) contra, principalmente, a Rede Vanguarda (filial da Rede Globo de Televisão na região). Isso teve implicações diretas nas formas como eu era percebido nas assembleias. Dois acontecimentos marcantes exemplificam essa percepção.

O primeiro deles se deu na assembleia de 11 de abril de 2015, logo após a primeira empreiteira responsável pelo empreendimento, a ElGlobal, ter abandonado a obra e uma outra, a Realiza, estava sendo definida para assumir a construção do *Pinheirinho dos Palmares*³³. A *coordenação* havia conhecido o dono da construtora, que os convidou para visitar uma obra que estava sendo realizada no estado do Rio de Janeiro. As falas do *Movimento* no microfone positivavam a empreiteira candidata, em uma época na qual a obra passava por diversas paralisações devido à falta de pagamento aos funcionários pela construtora anterior. A promessa da Realiza era a de manter o prazo inicialmente estipulado para setembro de 2015, já que utilizava outra forma para construção das casas – através de moldes nos quais era injetado concreto armado – que permitia a produção de 12 casas por dia, segundo a empreiteira. Ao final da assembleia, enquanto conversava com o outro pesquisador que também fazia pesquisa de campo nas reuniões no *Campão*, fomos interrompidos por um ex-morador que nos tomava como jornalistas. Dizendo-se analfabeto, mas com muita experiência na construção civil, ele pediu ajuda para que fizéssemos uma matéria jornalística para que ex-moradores do *Pinheirinho* pudessem ser contratados para trabalhar junto à nova empreiteira³⁴, dizendo conseguir juntar mais trinta pessoas para tal finalidade. Obviamente, tal pedido fugia de nossa competência, e o outro pesquisador explicou que nosso trabalho se relacionava mais com sala de aula e escrita de livros do que com produção de matérias para jornais.

Fui várias vezes perguntado se era jornalista/repórter. A maioria das pessoas me questionava por pura curiosidade, mas algumas por desconfiança, dado que as matérias da Rede Vanguarda geralmente desqualificava, de uma forma ou de outra, o *Movimento* e as famílias removidas do *Pinheirinho*. O auge dessa suspeição em relação à minha presença em campo se deu na assembleia do dia 19 de novembro de 2016, ou seja, uma das últimas assembleias antes

³³ No final de 2014, a ElGlobal passou a ter diversos problemas financeiros, deixando de pagar os funcionários da obra, que fizeram diversas paralisações até março de 2016, quando a empreiteira abandonou a obra. Diante disso, em abril de 2015, uma nova construtora, a Realiza, assumiu o empreendimento e entregou as casas no dia 22 de dezembro de 2016. Fonte: <http://www2.ovale.com.br/caixa-define-empreiteira-que-vai-concluir-novo-pinheirinho-1.581336> (acessada em 16 de dezembro de 2017).

³⁴ Nas diversas visitas à obra, foi perceptível ver como alguns ex-moradores trabalharam (ao menos por algum tempo) na construção do então novo bairro, mesmo não constituindo a maioria dos funcionários lá presentes. Esses trabalhadores cumprimentavam Marrom e outros membros da *liderança* durante as visitas, bem como outros(as) ex-moradores(as) que afirmavam que os conheciam da antiga ocupação. Cabe lembrar que o *Pinheirinho dos Palmares* se insere no PMCMV através da modalidade “Empresas”, em que se contrata uma construtora para realizar a obra, e não através da modalidade “Entidades”, em que há a possibilidade dos próprios futuros moradores construírem suas residências.

da entrega das chaves. Como de costume, eu estava portando um pequeno caderno de anotações e escrevendo os pontos que julgava importantes para a pesquisa, fossem as falas da *coordenação*, fossem comentários ou ações que ocorriam durante a assembleia. Percebi que, ao meu lado, havia um homem de pouco mais de trinta anos de idade olhando fixamente para o meu caderno enquanto eu tomava nota, provavelmente tentando ler o que escrevia. Terminei a anotação e direcionei meu olhar a ele, percebendo nunca tê-lo percebido em qualquer reunião anterior. Questionado sobre o que eu estava anotando no caderno, respondi que fazia uma pesquisa sobre o *Pinheirinho*. “Você é repórter?”. Respondi negativamente, reforçando que estava apenas fazendo uma pesquisa sobre o processo deles conseguirem as casas no *Pinheirinho dos Palmares*. Ele então demandou que eu mostrasse o caderno para ele, algo que, até então, ninguém havia feito. Neguei o pedido, embora ele insistisse logo em seguida. Reforcei que ele não iria ver minhas anotações, dizendo que eu estava apenas escrevendo sobre o que acontecia nas assembleias para a pesquisa e que, se assim quisesse, ele poderia falar diretamente com o Marrom, quem explicaria o motivo de minha presença. Diante disso, ele deixou de me confrontar e permaneceu a alguns metros à minha esquerda, assistindo novamente a assembleia. Em questão de segundos após o ocorrido, Marrom, em uma de suas falas ao microfone, mencionou meu nome e a pesquisa que estava ali fazendo, tentando me identificar, sem sucesso, na plateia, até eu levantar a mão e ele apontar para mim, fazendo com que praticamente todos dirigissem brevemente a atenção à minha pessoa. A coincidência dos acontecimentos me surpreendeu, pois se Marrom tivesse percebido que eu estava sendo confrontado, não precisaria me procurar na plateia daquela assembleia atipicamente cheia.

Com esse relato, no entanto, não quero passar a impressão de que minha presença em campo fosse sempre um incômodo para os(as) ex-moradores(as). Ao contrário. Desde meu primeiro contato com as mulheres da AMAP até a entrega das chaves do *Pinheirinho dos Palmares*, a recepção foi muito amistosa; muitas vezes, era cumprimentado por pessoas com quem sequer tinha ainda conversado, mas que sabiam de minha presença tanto pelo fato de estar há pouco mais de dois anos acompanhando as assembleias quanto pelas falas da *coordenação* que me mencionavam.

Assim, desde o início do trabalho de campo, mantive um contato maior com a *coordenação* e com as pessoas mais próximas a ela. Esse foi um dos caminhos adotados no campo, tendo em vista que eram essas pessoas as mais constantemente procuradas para sanar dúvidas em relação ao processo de obtenção das casas, o que me possibilitaria conhecer outros ex-moradores e me aprofundar na coleta de dados junto a uma população então dispersa pela

cidade. Estar próximo à *coordenação* também conferiu certa legitimidade à minha presença naquela situação, tal como relatado no episódio sobre as anotações no caderno. Mas essa postura em campo também deu margem à confusão, quando pensavam que eu havia me tornado, de alguma forma, coordenador do *Movimento*, tendo que explicar o meu lugar como pesquisador. Isso se deu pois mudanças na composição da *coordenação* não eram raras no *Pinheirinho*, e, com a dispersão ocasionada pela remoção, alguém poderia facilmente questionar se havia algum membro novo ali, sobretudo considerando que nem todos compareciam assiduamente às assembleias, fosse na antiga ocupação *Pinheirinho*, fosse no *Campão* (ou pós-*Pinheirinho*). Além do mais, várias famílias perderam contato com a *coordenação* após a remoção e apenas voltaram a acompanhar as assembleias no meio ou mesmo no final do processo.

Contudo, mesmo estando mais próximo à *coordenação* em termos gerais, não foram a todas as suas formas de reunião que eu tive acesso. Ainda que não tenha sido proibida a minha presença de forma explícita por parte do MUST, não houve convites ou abertura para tal, mesmo demonstrando interesse em acompanhar algumas das reuniões. As duas principais reuniões que eu não tive acesso foram os encontros internos do *Movimento*, restrito apenas aos(as) coordenadores(as), e as chamadas *Ponto de Controle*, onde se faziam presentes representantes dos ex-moradores (no caso, alguns(mas) integrantes da *coordenação*), da prefeitura, Caixa Econômica Federal, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Sabesp, EDP-Bandeirante e da construtora Realiza.



Figura 2. Reunião interna do MUST. Foto compartilhada nas redes sociais por um dos coordenadores. Autor desconhecido.

Embora, do ponto de vista da pesquisa, a presença nessas reuniões certamente me interessassem, sobretudo no segundo caso, onde representantes de diversos setores do Estado estavam presentes, seu acesso não foi possível, pois, como já mencionado, não foi um espaço tornado acessível a qualquer um dos pesquisadores, segundo as próprias conversas com o *Movimento*.

Diante disso, o acesso aos funcionários dos diversos órgãos do Estado e da Realiza se deu por meio dos eventos convocados pelo MUST, ou seja, apenas quando esses agentes sociais estavam em relação direta com o *Movimento* e as famílias do *Pinheirinho* através de reuniões públicas. A única exceção foi a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, onde fui recebido duas vezes pelo defensor público Carlos para conversar sobre o processo e entrevistá-lo a respeito dos documentos requeridos pelas famílias para montagem da *pasta*, como será analisado no segundo capítulo.

Assim, é nesse contexto e com essas limitações que a pesquisa se constituiu e tomou seus caminhos. Não há pretensão, portanto, de descrever uma suposta totalidade de um grupo como outrora a Antropologia buscava, ainda mais em uma conjuntura que, à primeira vista, apresenta-se como fragmentada. O intuito desta dissertação é justamente fazer conexões parciais (SRATHERN, 2004) desses fragmentos à medida que apareceram e se fizeram importantes no próprio caminhar do processo analisado, conectando, assim, diversos grupos e pessoas, discursos e ações, que tinham ao menos uma coisa em comum: o *Pinheirinho dos Palmares*.

1.3. Os capítulos

Esboçarei brevemente, nesta seção, as principais categorias analisadas nos seguintes capítulos desta dissertação. Dentre elas, encontram-se a noção de *luta* política, casa, memória e Estado, que se inter-relacionam conforme as situações etnográficas específicas e que permeiam todo o processo de aquisição das casas. Por causa disso, dado que a produção de um texto requer uma organização por meio de separação por capítulos e tópicos, será visto como essas categorias estão presentes não apenas em suas designadas seções, mas ao longo dos capítulos, principalmente a noção de *luta* política, que atravessa o processo social analisado.

Posto isso, o período de trabalho de campo (entre abril de 2014 e dezembro de 2016) permite fazer algumas afirmações sobre como estas noções e conceitos apareceram nos discursos mobilizados pelos atores em campo. A primeira delas é a transversalidade da categoria “*luta* política”, que permeia todas as outras (casa, memória e Estado) ao conectar e tornar visíveis, cada qual à sua maneira, as diversas dimensões entrelaçadas da vida social naquele contexto. Essa categoria, no entanto, não era mobilizada apenas pelos ex-moradores e *Movimento*. Todos que empunhavam o microfone do *Movimento* para falar com as famílias do *Pinheirinho* mencionavam a *luta* política: prefeito, secretários do governo, defensores públicos, gerentes da Caixa e políticos, mesmo quando acionada com diversos sentidos.

Assim, o primeiro capítulo trata sobre a forma pela qual o *Movimento* social se organizou no processo de *luta* pelo acesso à casa própria, principalmente — mas não somente — através das assembleias convocadas, que, além de serem um dos momentos cruciais da pesquisa de campo, foi a porta de entrada para perceber, por exemplo, a nuançada clivagem entre a *coordenação* e ex-moradores(as) não coordenadores(as)³⁵. Foi importante, portanto,

³⁵ Exceto Marrom, todos(as) os(as) outros coordenadores(as) foram moradores(as) do *Pinheirinho*. Ele, no entanto, mantém um relacionamento com sua companheira desde a antiga ocupação, onde ela e sua respectiva mãe moravam. Ambas eram coordenadoras durante o período aqui analisado.

incorporar a bibliografia sobre movimentos sociais à análise para uma maior compreensão do processo de aquisição de casas, dado que, ao mesmo tempo em que o *Movimento* se colocava como o grupo representativo e mediador capaz de possibilitar o acesso à casa própria aos removidos da ocupação *Pinheirinho*, não eram todos os(as) ex-moradores(as) que compareciam aos protestos ou mesmo às assembleias, presença apontada como de suma importância pela *coordenação*, que cobrava maior presença e atenção em tais reuniões. Acompanhando as assembleias desde outubro de 2014, foi perceptível não apenas um aumento geral no comparecimento às mesmas, mas também uma variação de acordo com a pauta do dia ou com a ocorrência de algum problema específico.

Como já mencionada, a importância das assembleias se fez desde a antiga ocupação, mantendo não apenas a mesma forma como ocorriam no *Pinheirinho*, com uma sucessão de falas previamente estipuladas pelos(as) coordenadores(as), como também a sua relevância. Exemplo disso foi a citada votação que ocorreu em uma assembleia de 2013, em que os ex-moradores decidiram rejeitar a proposta da prefeitura de construção de apartamentos³⁶, insistindo para que fossem construídas casas não geminadas, conforme eram as da ocupação. A partir disso, as conversas com o Partido dos Trabalhadores, seguido da filiação de Marrom ao mesmo, fez com que as assembleias tratassem dos problemas referentes à obra do *Pinheirinho dos Palmares* e a burocracia a ser enfrentada para obtenção das casas.

A maioria dos empecilhos encontrados se referia, de uma maneira ou de outra, aos documentos necessários para atender aos critérios da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, ou melhor, para tornar deferida a *pasta* de cada família, e, portanto, de cada casa. Embora vários casos fossem resolvidos através de ações dos(as) próprios(as) os(as) ex-moradores(as) — como abandonar um emprego e trabalhar no mercado informal para não ultrapassar o limite da renda —, muitos deles só conseguiram ter um desfecho favorável quando acionaram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Aliada do *Movimento* desde o início da antiga ocupação, a Defensoria talvez tenha sido o órgão do Estado mais presente e eficaz para regularização das *pastas* de documentos, mostrando como a relação do MUST e dos(as) ex-moradores(as) com o Estado era fluída e ambivalente, constituindo-se através de diversos

³⁶ Já havia uma proposta, ainda em 2012, de construção de apartamentos pelo Governo do Estado de São Paulo através da CDHU (fonte acessada em 22 de julho de 2017: <http://www2.ovale.com.br/estado-prorroga-aluguel-social-para-familias-do-pinheirinho-1.291562>). Essa, no entanto, dividiria a população do *Pinheirinho* em mais de um conjunto habitacional, além de não conseguir beneficiar as 1.750 famílias que recebiam o Aluguel Social, visto que, inicialmente, seriam apenas 1.317 moradias a serem entregues em 18 meses. Além disso, também havia a possibilidade de serem destinadas a outras famílias que estavam na fila de espera da cidade. Contudo, essa proposta não foi sequer mencionada pela *coordenação* ou por ex-moradores(as) não coordenadores(as) durante a pesquisa de campo.

órgãos para que o maior número de famílias removidas do *Pinheirinho* pudesse ter direito à casa própria.

Tendo isso em vista, exploro, no segundo capítulo, a forma como a noção de *luta* política permite uma compreensão do Estado através de um movimento em direção a esse, ou seja, a partir das ações dos ex-moradores e da *coordenação* ao lidarem diretamente com suas diversas instâncias e seus agentes. Argumento que a ideia de que o Estado não é algo homogêneo ou monolítico vem a ser evidenciada no contexto em questão, visto que as formas de relação entre aqueles que almejavam as casas e os diversos setores do Estado se deram de maneiras diferentes. Exemplo disso é a DPESP ter sido percebida como aliada dos ex-moradores ao passo que outras esferas do Estado eram alvos de embates e negociações, sobre as quais a noção de *luta* política era mobilizada a todo instante. Até mesmo o governo municipal foi alvo de protestos, demonstrando que, mesmo com a institucionalização do *Movimento* através da filiação do Marrom ao Partido dos Trabalhadores, havia *luta* política dentro desses espaços institucionais, tornando essa relação com o Estado ambígua.

No terceiro capítulo da dissertação, examino a noção de casa, que se entrelaça com a noção de *luta* política quando aparece, por exemplo, perpassada pelo desejo de uma casa própria que obedecesse minimamente aos mesmos padrões arquitetônicos do *Pinheirinho*. Ou seja, o modelo de casas individualizadas da antiga ocupação foi transformado em pauta a ser colocada nas negociações. Além do mais, muitos relatos apontavam planos de reformas das então futuras casas, com o intuito de montar um pequeno comércio, oficina, igreja ou mesmo de construção de novos cômodos visando receber parentes.

Desse modo, percebe-se que a mobilização do *Pinheirinho* através da memória se associa tanto à *luta* política quanto à noção de casa. Para além desses, a memória da antiga ocupação foi acionada no processo de constituição do loteamento *Pinheirinho dos Palmares*, por exemplo, através da possibilidade de nomeação das ruas e avenidas que compõe o bairro³⁷ em homenagem às “pessoas de *luta*”, principalmente ex-moradores falecidos, como pronunciado pelo *Movimento* na assembleia de 22 de outubro de 2016, contando com sugestões por parte dos ex-moradores e de um defensor público que acompanhava o caso. Isso compõe a ideia de que o *Pinheirinho* havia feito história não apenas na cidade, mas também nos movimentos de moradia e na questão habitacional urbana de uma forma geral, reforçada pela

³⁷ Ainda durante a pesquisa de campo, já havia um levantamento de possíveis nomes para as ruas do *Pinheirinho dos Palmares*. Entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, quatro ruas foram denominadas a partir da sanção e promulgação dos projetos de lei de autoria do vereador Wagner Balieiro (PT) pelo prefeito Felício Ramuth (PSDB).

mobilização do nome “*Pinheirinho*” — que obteve uma dimensão maior após a violenta remoção — ao tomá-lo como algo homogêneo não apenas frente a instituições externas como também pelo *Movimento* em relação às famílias removidas, mesmo que internamente sua heterogeneidade fosse exposta tanto nas falas da *coordenação* ao microfone quanto em conversas informais com *lideranças* e ex-moradores(as).

Diante disso, o processo de constituição da vizinhança no *Pinheirinho dos Palmares* fez-se através de mais um deslocamento na vida das famílias — embora, dessa vez, almejado e *lutado* —, que antes haviam sido submetidas a diversos deslocamentos involuntários e não desejados, ocorridos desde antes da fundação do *Pinheirinho*, a exemplo das duas prévias ocupações descritas neste capítulo introdutório: as *Casinhas* da CDHU e o *Campão*. Dessa forma, partindo da noção de *emplacement* e *disemplacement*, o terceiro capítulo traz uma abordagem desses distintos trânsitos e deslocamentos. A partir dessa chave analítica, é possível olhar a *luta* como um processo contínuo de busca por aspectos de uma cidadania local e por emancipação através do acesso a recursos, relações, identificações e significações associadas ao espaço em questão (DE WET, 2008), em vez de situá-los em categorias rígidas de deslocamentos. Assim, o próprio processo de *luta* pela aquisição da casa própria pode também ser pensado como uma forma de evitar novos deslocamentos, através de uma noção de estabilidade financeira e, em um sentido mais abrangente, de vida, como será argumentado ao longo do terceiro capítulo.

Capítulo 2:

A luta política

A noção de *luta* foi central a todo o processo de obtenção das casas no *Pinheirinho dos Palmares*: da possibilidade, início e entrega da construção ao atendimento às exigências da Caixa. Presente antes mesmo da fundação do *Pinheirinho*, essa noção permeava diversas outras, como Estado, casa e memória, colocando-se como fio condutor desse processo não apenas discursivamente, mas também nas diversas ações realizadas principalmente (mas não somente) pelos(as) ex-moradores(as) e *liderança*. Como atentam Foucault (2008) e Bourdieu (2008), o ato de falar também compõe uma prática, produzindo efeitos que se conectam a uma sucessão de outras práticas, não se limitando, portanto, em ser apenas uma manifestação do pensamento.

Assim, a transversalidade da noção de *luta* se fez fundamental no pós-*Pinheirinho*, e será abordada não apenas neste capítulo, mas também no próximo, visto que ela atravessa todo o processo de aquisição da casa e constitui as relações entre os diversos atores sociais, bem como converge, circunstancialmente, diversas outras categorias mobilizadas no contexto. Diante disso, argumento que a noção de *luta* coloca em prática diversas mobilizações sociais através dos diversos atores, cada qual à sua maneira, tendo em vista a possibilidade de construção, a entrega do *Pinheirinho dos Palmares* e o atendimento às exigências burocráticas que permitiriam (ou impediriam) o acesso ao financiamento.

O emprego dessa noção no discurso desses atores, no entanto, nem sempre possuía o mesmo sentido. A mobilização da categoria “*luta*” tomava contornos circunstanciais, podendo se referir a uma possível conexão entre dois mundos, “nós, pobres” e “eles, ricos” (CALDEIRA, 1984), tendo em vista o objetivo final da casa própria, além de assumir sentidos mais abrangentes no cotidiano (DIAS DE ANDRADE, 2013). Durante o acompanhamento das assembleias e através das conversas com ex-moradores(as), essa categoria foi colocada em dois tipos de discurso e com diversos sentidos (BARRETTI, 2016), de uma maneira muito próxima à que Comerford (1995, 1999) verificou entre os trabalhadores rurais que compunham as Associações e Sindicatos de Trabalhadores rurais no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Especificamente acerca do *Pinheirinho*, Dias de Andrade (2013) já apontava esses sentidos em artigo publicado após a remoção, em que a *luta* “Constitui uma categoria central para explicar os modos de vida e as formas de ação/intervenção no mundo” (p. 54).

O primeiro deles dizia respeito a um sentido político e a um espaço de disputa, colocando-se, usualmente, mais próximo à *coordenação* e àqueles que mantinham uma relação mais estreita com a mesma. Geralmente era empregada a fim de mobilizar os ex-moradores em torno de uma pauta relacionada à questão da moradia urbana ou especificamente à obra do *Pinheirinho dos Palmares*, possuindo, assim, um sentido coletivizante, já que fazia referência

à toda a população que morou no *Pinheirinho*. Nesse sentido, a *luta* “organiza uma pauta – ou várias –, estabelece um espaço de diálogo e define os aliados e inimigos dentro da cena em disputa” (DIAS DE ANDRADE, 2013, p. 54). Exemplo disso é quando Marrom lembrou os(as) ex-moradores(as) de que “não sabem a força que vocês têm com essa *luta!*” no momento em que a data final de entrega das chaves foi finalmente anunciada, no dia 15 de dezembro de 2016.

Já o segundo tipo de discurso dizia respeito a um sentido mais individualizante, no qual o foco era dado à superação de dificuldades cotidianas, como a perda de um emprego, por exemplo. Ainda assim, a casa própria constituía um dos horizontes a ser alcançado, visto que a alta porcentagem que o pagamento de aluguel tomava da renda mensal familiar configurava uma dessas dificuldades; motivo colocado, aliás, como norteador da entrada na antiga ocupação. Nesse sentido, “a ‘*luta*’ é ressignificada através dos caminhos e trajetórias individuais e familiares das pessoas” (DIAS DE ANDRADE, 2013, p. 53, grifos meus).

Embora a *luta* pudesse ser colocada nesses sentidos circunstancialmente diferentes, isso não significa que uma única acepção tenha sido mobilizada exclusivamente pela *coordenação* e outra pelos ex-moradores. Ou seja, tanto ex-moradores que não eram coordenadores mobilizavam uma pauta sobre o direito à moradia através da categoria de *luta*, quanto a *coordenação* a empregava no sentido mais individualizante, demonstrando uma certa flexibilidade em seu uso dependendo da situação em que era acionada. Nas falas ao microfone nas assembleias de sábado e em manifestações políticas, a noção de *luta* era geralmente empregada em seu sentido mais coletivizante pelo MUST, mas era mobilizada nesse sentido também por aqueles que não compunham a *liderança*, como, por exemplo, Cristina³⁸:

Cristina: A gente tá aqui para unir forças para *lutar* por uma causa só. Assim, acho que quanto mais pessoas se unirem por um objetivo, fica mais fácil de alcançar, né? É que nós queremos as nossas casas, bem-feitas, tudo certinho, tudo organizado, num bairro que seja bom de se morar, que tenha as coisas necessárias, né? UPA, postinho, uma creche, né? Um posto policial, por que não? Tudo o que a gente tem direito de ter num bairro legal. Asfalto, saneamento certo, água, luz. [...] É que não é porque é o governo que tá fazendo, nem o governo tá fazendo não. A gente *lutou* para ter. E nossa *luta* é justa. Então, eu quero isso. Por que não um bairro cheio de árvores, uma hortinha comunitária?³⁹

No entanto, a *luta* também possuía efeitos familiares, como foi o caso de Luciano, um dos principais coordenadores. Logo após a remoção do *Pinheirinho*, ele se encontrava desesperado e desolado em uma igreja católica da região Sul, quando seu amigo — e também coordenador do *Movimento* — o encontrou, encorajando-o a seguir na *luta*: “Eu vou até o fim;

³⁸ A fim de garantir o anonimato dos(as) ex-moradores(as), fossem da *coordenação* ou não, bem como dos defensores públicos, os nomes aqui mencionados são fictícios, à exceção de Marrom e agentes políticos, como prefeitos, vereadores, secretários(as) do governo municipal e pessoas que concorreram a cargos públicos eletivos.

³⁹ Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2014.

agora é uma questão de honra”, disse-me após uma assembleia. Prometendo que se dedicaria à *luta* do MUST até a entrega das casas no *Pinheirinho dos Palmares*, incluindo até mesmo a campanha eleitoral de Marrom, Luciano afirmava que não poderia trabalhar de carteira assinada para que pudesse cumprir tal promessa, sempre buscando, assim, empregos informais na área da construção civil. Sua dedicação à *luta*, no entanto, não agradava sua esposa, e causou sérios problemas em seu relacionamento, preocupando-o até mesmo com um possível término. Porém, convidando-a a participar das assembleias e visitas à obra, bem como uma maior garantia do acesso ao financiamento após a assinatura da ata da prefeitura e do contrato com a Caixa, seu relacionamento pôde ser melhor conciliado com a *luta* por moradia, que beneficiaria ambos no final.

Cabe ainda ressaltar a utilização da categoria “*luta*” próxima à ideia de negociação, principalmente quando o *Movimento* descrevia, em assembleia aos ex-moradores, as reuniões com instituições do Estado, como prefeitura — e suas secretarias — e Caixa Econômica Federal, a fim de colocar suas pautas. Por vezes, tais negociações eram narradas através de estratégias de *luta* para pressionar os agentes envolvidos. Exemplo disso é o blefe que o MUST utilizava ao dizer aos agentes estatais que um grande número de ex-moradores estaria a caminho da reunião, ou quando ameaçava ocupar as casas antes da data de entrega a fim de garantir que os prazos fossem cumpridos sem maiores atrasos. Embora a ocupação das casas antes da entrega formal nunca tenha de fato ocorrido, a convocação de ex-moradores(as) para protestar em reuniões aconteceu em algumas delas, fazendo com que funcionários das diversas instituições tivessem de falar no microfone do *Movimento*.

Assim, o sentido coletivizante da noção de *luta* possuía um movimento que tomava o *Pinheirinho* como unidade, expresso nas recorrentes denominações da totalidade de ex-moradores(as) como “o *Pinheirinho*” ou “a Família *Pinheirinho*”, por mais que houvesse clivagens nessa suposta homogeneidade. Embora a *luta*, nesse sentido, estivesse presente desde a antiga ocupação, o nome “*Pinheirinho*” só veio a ganhar tamanha relevância devido à repercussão midiática decorrente de sua violenta remoção, tornando-se referência no que diz respeito a ocupações urbanas e cumprimento de ordens de reintegração de posse. Foi citado até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao deferir uma liminar que suspendia a reintegração de posse da ocupação Vila Soma⁴⁰, tida como aliada do *Movimento*. Outro exemplo da dimensão que a ocupação ganhou é o fato de Marrom ter escolhido seu nome para a urna

⁴⁰ Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=307905> (acessada em 23 de dezembro de 2017).

como “Marrom do *Pinheirinho*” somente na sua candidatura a vereador em 2016, ou seja, sua primeira candidatura após a desocupação. Nas candidaturas de 2004, 2008 e 2010, ele utilizava apenas “Marrom”.

Essa nova dimensão do nome “*Pinheirinho*” teve impactos na própria socialidade em torno da *luta* política para que os deslocados pudessem resolver sua situação habitacional. Embora os(as) ex-moradores(as) tenham recebido o Auxílio Aluguel até a entrega das casas do *Pinheirinho dos Palmares*, isso não significa que ele esteve sempre assegurado:

Cristina: Como era de seis em seis meses [a garantia do Auxílio Aluguel], a gente [tinha] a obrigação de ir cadastrar de novo, atualizar toda a documentação de novo. Então, durante aqueles [períodos de] seis meses você estava garantido. Chegou o prazo de 6 meses, eles podiam renovar [o Auxílio Aluguel] ou não. Até que a gente deu em cima, *lutou, lutou, lutou*, até que o governador garantiu que a gente ia receber até entrega das casas. E ele disse, falou em reunião com a gente, falou em rede pública, na televisão, em reportagem tudo. Aí foi quando a gente ficou um pouco mais tranquilo: foi quando ele garantiu que a gente só ia deixar de receber o aluguel quando a chave da casa fosse entregue na mão da gente. Então, aí foi quando a gente chegou, porque era assim, era um desespero. Você renovava o aluguel e começava a receber. Quando dava quatro meses, cinco meses, você já ficava naquela insegurança “Será que no próximo mês eu vou receber de novo?”, entendeu? De seis em seis meses a gente passava por esse aperto aí.⁴¹

A continuidade do Auxílio Aluguel até a entrega das casas era sempre colocada como uma vitória da *luta* do *Pinheirinho* pelo MUST, que ressaltava as diversas excepcionalidades que o *Pinheirinho dos Palmares* supostamente recebia por causa da mesma. Uma destas regalias era a de que se tratava da única obra do Programa Minha Casa Minha Vida que recebia os recursos financeiros da União em dia para sua construção, tido como resultado da *luta* do *Movimento*. Tendo isso em vista, o MUST constantemente rebatia as acusações externas, principalmente da mídia local, de que o *Pinheirinho* estaria “furando a fila” da *lista* de espera municipal do Programa, afirmando que a *luta*, na realidade, fazia a fila andar por expor o problema habitacional urbano, aliado ao fato dos ex-moradores também terem aguardado, sem sucesso, o sorteio por meio dessa *lista* por muitos anos.

Dessa maneira, o *Movimento*, através da mobilização da categoria de *luta* política e do próprio nome “*Pinheirinho*”, reiterava sua própria importância no contexto em questão, ainda mais por estar inserido institucionalmente no governo da época através da filiação e candidatura de Marrom pelo Partido dos Trabalhadores. Assim, faz-se fundamental descrever a configuração do MUST e as clivagens presentes durante esse processo no pós-*Pinheirinho*.

⁴¹ Entrevista realizada com Cristina e seu companheiro no dia 23 de julho de 2014.

2.1. Movimento, ex-moradores(as) e Marrom

Tendo em vista que a minha própria inserção no campo de pesquisa se deu principalmente através do movimento social que buscava representar a totalidade daqueles que foram removidos do *Pinheirinho*, torna-se necessário abordar a existente discussão teórica sobre movimentos sociais, principalmente a brasileira, para então analisar as peculiaridades do MUST no pós-*Pinheirinho*. No entanto, a literatura sobre movimentos sociais é bastante extensa, com diversos temas de discussão que fogem daquilo que se pretende analisar nesse texto. Por isso, o caminho percorrido pela literatura se dá tendo em mente a discussão que pretendo desenvolver acerca das questões mais importantes que se fizeram importantes durante a pesquisa de campo pelos diversos atores sociais que compunham o contexto: ex-moradores(as), Movimento, Partido, Governo e o Estado, através de suas diversas instituições.

Dessa forma, expondo um panorama que permeia as teorias europeias e norte-americanas, culminando nos casos latino-americanos, Edelman (2001) busca compreender a peculiaridade dos estudos sobre movimentos sociais norte-americanos a partir da década de 1970, quando se partia de pressupostos acerca da racionalidade dos atores, principalmente nas figuras de lideranças, fortemente influenciado pelas teorias de organização e desenvolvimento aplicadas nas áreas dos negócios e da administração. Essa abordagem, chamada de *Resource Management*, tinha como meio a mobilização de recursos para adentrar o sistema político, a fim de garantir seu sucesso na conquista de pautas específicas, e não numa transformação político-cultural abrangente. Somado a esse “Paradigma Americano”, tais acadêmicos norte-americanos passaram a focar o Estado e a “Estrutura de Oportunidade Política”, abordagem baseada em uma espécie de cálculo de brechas dentro do próprio Estado para o atendimento das demandas dos movimentos. No entanto, essa modalidade recebeu diversas críticas a partir do estudo dos movimentos sociais na América Latina em tempos ditatoriais, contexto no qual oportunidades políticas eram difíceis de serem imaginadas como categorias explicativas significantes (EDELMAN, 2001), tendo em vista a repressão estatal que tais movimentos sofriam.

Já na Europa, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se fortaleceu ao romper, em parte, com a influência marxista, através de um uso menos dogmático do conceito de classes e partindo de uma ideia socialdemocrata com setores intelectuais de diversas classes sociais, ao mesmo tempo em que não rompia com uma base trabalhista e operária. Essa abordagem enfatiza as “lutas sobre recursos simbólicos, informacionais e culturais e direitos à especificidade e diferença” (EDELMAN, 2001), baseado em uma forte noção de identidade e representação.

Como o interesse nos estudos dos movimentos sociais resulta de conjunturas intelectuais e políticas específicas de cada parte do mundo (ESCOBAR, 1992), os estudos sobre movimentos sociais no Brasil tiveram início no contexto do regime autoritário da década de 1970, intensificando-se na década de 1980, no processo de redemocratização política. Tais estudos demonstram que os movimentos sociais brasileiros passaram por duas fases: a primeira delas remonta à década de 1970 e início de 1980, quando os movimentos apareciam como uma “emergência heroica” – por vezes tidos como novos atores sociais (SADER, 1988) – diante do contexto repressivo da ditadura, ao passo que a segunda fase tendia a uma institucionalização de suas relações, processo também visto como uma espécie de refluxo de movimentos (CARDOSO, 1994; PAOLI, 1991).

Ao questionar o Estado autoritário e reconhecer a presença dos oprimidos por esse, os movimentos sociais “colocam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, porque têm a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças” (CARDOSO, 2008, p. 327), mesmo que o Estado sempre tente limitar suas ações. Assim, há uma reversão da cultura política ao evitarem ser mediados por aqueles que implementam as políticas públicas, além de buscar firmar seu campo de ação autônoma num espaço de política não institucional (DIAS, 2001; CALDEIRA, 1984; DURHAM, 1984; GOHN, 1997; PAOLI, 1991; SADER, 1988), mesmo que isso não os impeça de fazer alianças com organizações institucionalizadas, como sindicatos e partidos políticos.

Assim, a bibliografia brasileira citada tinha o propósito de discutir quais os impactos sociais e políticos que os chamados novos movimentos sociais – principalmente os movimentos sociais urbanos – ocasionavam no contexto nacional específico (FELTRAN, 2003; PAOLI, 1995). Um dos principais argumentos desenvolvidos por essa bibliografia da década de 1980 e 1990 sobre movimentos sociais é a de que esses buscavam alargar os espaços democráticos através da ação coletiva sobre assuntos públicos, almejando, assim, um estatuto político ao se colocarem como atores políticos (CARDOSO, 1994, 2008; COSTA, 1988; DURHAM, 1984; PAOLI, 1991, 1995).

Por outro lado, discute-se também os fatores que permitiram tal modalidade de ação coletiva. Para Durham (1984),

Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e amplitude diversa) em função de uma ou várias *reivindicações coletivas*, definidas a partir da percepção de *carências comuns* (desde a ausência do asfalto até o sentimento de um tratamento discriminatório no nível das relações sociais em seu conjunto). É a *carência* que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento (p. 27, grifos da autora).

No entanto, como aponta Cardoso (2008), tais carências existiam antes das décadas de 1970 e 1980, e tomá-las como impulsionador isolado para uma ação coletiva através de formações de movimentos sociais seria simplista demais. A autora aponta que, primeiramente, deve-se ter em mente a supressão dos canais institucionais que ocorreram no período ditatorial, no qual, sem a tutela do Estado, as populações das periferias das cidades passaram “a criar mecanismos de comunicação com as agências estatais, desafiando-as” (CARDOSO, 2008, p. 334). A própria existência do *Pinheirinho*, embora fundado décadas após o fim da ditadura militar, foi colocada nesses termos por Marrom, quando afirmou que “Quando a gente ocupa um terreno, não é que a gente quer morar ali; a gente tá dizendo ‘Tá faltando casa’, certo? A gente ocupa para dizer que tá faltando casa”⁴².

Além da criação desses mecanismos de comunicação, Cardoso (2008) também ressalta que

[...] é preciso olhar também para as transformações ocorridas com a burocracia pública, pois as demandas populares se concentram em certas áreas (especialmente as que são consideradas politicamente prioritárias) e em certas regiões. Isto talvez indique que a formulação destas políticas e a criação dos mecanismos para implementá-las têm um efeito indutor de reivindicações. Convém lembrar que as metas sociais prioritárias são bastante semelhantes quando comparamos diversos países em desenvolvimento onde existem ou existiram movimentos sociais (p. 334-335).

Tendo isso em mente, o argumento percorrido neste capítulo é que, para além da carência comum que permitiu uma ação coletiva em seu entorno, ou seja, a obtenção da casa própria, a possibilidade e conclusão de um conjunto habitacional dedicado exclusivamente às famílias removidas de uma ocupação urbana se deram também por outros motivos. O primeiro deles é a questão da burocracia pública apontada por Cardoso (2008), não apenas por causa da existência de programas habitacionais que pôde direcionar as demandas através da *luta* política, como também das relações do *Movimento* com a gestão do Governo Municipal da época. O diálogo entre Carlinhos e Marrom, no mesmo ano que houve a reintegração de posse do terreno, sinalizou o Programa Minha Casa Minha Vida como o caminho mais adequado para contemplar as famílias removidas do *Pinheirinho*, dado que o então prefeito eleito prometeu a implementação da Faixa 1 do Programa e a construção de quatro mil moradias em seu governo⁴³ em sua campanha de 2012⁴⁴.

⁴² Trecho da entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

⁴³ Como exposto por Amélia Naomi, vereadora pelo PT e esposa de Carlinhos, na assembleia do *Movimento* do dia 09 de abril de 2016.

⁴⁴ Fonte: <http://www2.ovale.com.br/carlinhos-almeida-promessas-de-campanha-1.653758> (acessada em 04 de janeiro de 2018).

Segundo Marrom, embora houvesse uma proposta do governador Geraldo Alckmin (PSDB) para construção de apartamentos pela CDHU, programa habitacional estadual, o mesmo não seria interessante para as famílias por demandar um maior tempo e valor de pagamento das parcelas do financiamento, além de dividir a população em mais de um conjunto habitacional. Assim, embora o MUST constantemente se colocasse como autônomo em relação a partidos políticos, governos, sindicatos e Estado, houve uma nítida relação entre alguns deles, culminando não apenas na desfiliação de Marrom do PSTU em 2013 como em sua candidatura ao cargo de vereador em 2016 pelo PT. Foram também através destas alianças parciais entre diversos atores sociais que houve a possibilidade, realização e entrega do *Pinheirinho dos Palmares*.

O segundo motivo da continuidade da ação coletiva após a remoção recai sobre a dimensão que o nome “*Pinheirinho*” tomou após sua violenta remoção em 2012⁴⁵. A repercussão da violência empregada na desocupação fez, por exemplo, com que a remoção fosse citada em uma liminar de suspensão de reintegração de posse garantida à ocupação Vila Soma (na cidade de Sumaré, interior de o estado de São Paulo)⁴⁶ pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski em janeiro de 2016. No deferimento da liminar,

[...] o ministro Lewandowski citou os exemplos dos episódios recentes da desocupação da área do *Pinheirinho*, em São José dos Campos (SP), e de um antigo prédio na Avenida São João, na capital paulista, para destacar o risco considerável de conflito social em situações semelhantes. Lembrando que a manifestação do Judiciário tem como objetivo principal a pacificação de conflitos sociais, observou que a retomada de posse pode ser vista como exacerbação do litígio em questão, “em especial quando é levada a efeito por força policial desacompanhada de maiores cuidados com o destino das pessoas retiradas⁴⁷.”

Além disso, como já mencionada, a própria incorporação do “*Pinheirinho*” ao nome de urna “Marrom do *Pinheirinho*”, utilizado na campanha ao cargo de vereador em 2016, denota a dimensão que a antiga ocupação tomou devido à sua remoção, visto que, nas eleições anteriores, era utilizado apenas o apelido pelo qual ele é conhecido. Isso também ocorria com

⁴⁵ Filmagens da operação de reintegração de posse estão disponíveis na Internet e nos documentários “Derrubaram o *Pinheirinho*”, de Fabiano Amorim, e “Somos todos *Pinheirinho*”, do PSTU, disponíveis respectivamente nos seguintes endereços eletrônicos: <https://youtu.be/-OqKwup0b8c> e <https://www.youtube.com/playlist?list=PLJDALdfR0xX1bpvOFbFdk8T0otQzdHLSD> (acessados em 04 de janeiro de 2018).

⁴⁶ A Vila Soma configura uma das diversas ocupações aliadas ao MUST. Expressão disso foi o convite de Marrom a Willian, principal líder da ocupação eleito vereador de Sumaré em 2016 pelo Partido dos Trabalhadores, a participar e discursar no ato convocado pelo MUST no dia 22 de janeiro de 2016, que relembra os quatro anos desde a destruição do *Pinheirinho*. No mês seguinte, a *coordenação* me convidou para visitar a ocupação em Sumaré, como será descrito no terceiro capítulo.

⁴⁷ Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=307905> (acessada em 4 de janeiro de 2018).

Toninho, presidente municipal do PSTU, quando se intitulava “advogado do *Pinheirinho*” em entrevistas à mídia. Diante disso, após o rompimento com o partido em 2013, Marrom constantemente desqualificava essa identificação de Toninho com o *Pinheirinho*, argumentando que, embora tivesse atuado como um dos advogados da ocupação, ele deixou de ser no momento da ruptura do partido com o *Movimento*, acusando-o de se apropriar, por fins políticos, de uma identidade que não lhe pertenceria mais.

Dessa maneira, para manter a legitimidade do *Movimento* após a ruptura com o PSTU em 2013, a *liderança* constantemente rebatia supostos boatos que esse partido fazia em relação à obra do *Pinheirinho dos Palmares*, sempre reforçando o MUST como representante à frente da *luta* para resolver os problemas presentes no processo. A ideia de que era o *Movimento* que possuía uma aliança mais consolidada com o Governo Municipal foi constantemente colocada durante as assembleias pelas(os) coordenadoras(es), visto que ainda havia ex-moradores(as) que dialogavam com mais intensidade com o PSTU do que com o *Movimento*.

Assim, a primeira imagem que se deve ter em mente para entender as diversas relações sociais no pós-*Pinheirinho* é a de que, assim como qualquer grupo, as 1.750 famílias não constituem um corpo social homogêneo. Não se poderia afirmar, por exemplo, que todas(os) as(os) ex-moradoras(es) sequer compartilhavam de uma mesma identidade dentro de um espectro político, por mais que o MUST sempre se colocasse, politicamente, como de esquerda. As típicas baixas adesões às assembleias tidas como de menor importância, bem como diversos comentários dos(as) ex-moradores(as) – em assembleias, entrevistas ou conversas informais comigo – discordando das falas dos(as) coordenadores(as) acerca da conjuntura política nacional, demonstraram uma diversificação quanto às suas afinidades políticas.

Mesmo que o comparecimento às assembleias fosse, numericamente, usualmente muito inferior às 1.461 residências, todas elas foram designadas até a entrega das chaves. Isso evidencia que, mesmo não comparecendo a essas reuniões e aos diversos eventos com a frequência cobrada pelo MUST, as famílias poderiam obter as informações necessárias tanto através das redes sociais geridas pelo *Movimento*⁴⁸ quanto com outras famílias que ainda mantinham contato, por mais que a dispersão ocorrida pelo deslocamento forçado da ocupação dificultasse essa última situação.

Assim, com essa dispersão em mente, a própria mobilização do nome “*Pinheirinho*” implicava um movimento homogeneizador e totalizante do grupo, bem como o acionamento

⁴⁸ Segundo a *coordenação*, havia cerca de 22 grupos do *Pinheirinho* em uma rede social de comunicação instantânea. No entanto, não cheguei a participar desses grupos.

circunstancial de uma identidade em torno de si, como quando a *liderança* e ex-moradores empregavam o termo “*Família Pinheirinho*”, por exemplo. Seguindo essa metáfora, por vezes o *Movimento* se dizia ser como mãe e pai dessa família, dado que, segundo Marrom, “as pessoas não escutam e não vão na assembleia”, buscando a unidade em torno das famílias removidas através da cobrança por uma maior participação por parte dessas.

Além da mobilização dessa noção de família pela *coordenação*, ela também era utilizada circunstancialmente pelos(as) ex-moradores(as) quando se referiam a uma moralidade não apenas referente ao *Pinheirinho*, mas também à organização do então futuro bairro, no sentido de que todos da *Família Pinheirinho* teriam de se ajudar no *Pinheirinho dos Palmares*, tal como faziam anteriormente na ocupação.

Diante disso, embora a *coordenação*, por vezes, usasse o termo “*Movimento*” em um sentido que englobasse todos(as) ex-moradores(as), havia clivagens que colocavam em xeque essa totalidade, principalmente entre *liderança* e as famílias. A frase “Aqui é *coordenação* e cada morador”, dita por Marrom em assembleia, exemplifica bem essa questão. Mesmo tentando agregar todos em torno da unidade que a categoria *Pinheirinho* implica, era perceptível a distinção entre *coordenação* e os(as) ex-moradores(as). Um próprio ex-morador, Anderson, colocou isso a mim em um protesto que ocorreu em frente à prefeitura no dia 15 de dezembro de 2016: “Você acha que o *Movimento* representa todos do *Pinheirinho*? Representa entre aspas. O povo fala outra linguagem, outro pensamento”.

Tal clivagem, no entanto, não é rígida. À exceção de Marrom, todos os(as) outros(as) coordenadores(as) foram moradores do *Pinheirinho*, inclusive sua atual companheira, que conheceu na ocupação e com quem tem um filho. O *Movimento* era composto, no momento do trabalho de campo, por doze coordenadores(as), embora poucos(as) ocupavam tal posição desde o início da ocupação. Isso se deve não apenas pelo fato de alguns deles terem entrado no *Pinheirinho* tempos após sua fundação (fevereiro de 2004), mas também pelas próprias renúncias a essa posição devido à impossibilidade de continuar se dedicando da mesma forma ao MUST. Isso demonstra que a *coordenação* passou por diversas reconfigurações ao longo de todo o período de existência, possuindo, portanto, uma certa fluidez quanto à sua composição.

Não se encaixando perfeitamente em nenhuma das duas formas típicas de organização de movimentos sociais apontadas por Durham (1984) – o modelo formal, através da eleição da diretoria executiva, e o modelo comunitário, que se esquia da institucionalização da representação e demanda uma participação total –, a escolha dos coordenadores de cada *setor* no antigo *Pinheirinho* se dava por nomeação do próprio Marrom e da *coordenação*, e não por

votação em assembleia. No entanto, era possível contestar uma nomeação, como afirmou o ex-morador Anderson:

Fabricio: E como que escolhiam os coordenadores?

Anderson: Então, esse que era o problema. Eles... não sei como que eles escolhiam. [...] Eu não participo diretamente na [coordenação]... Mas eles que escolhiam o coordenador. Mas vê o que acontece... Aí, então, os moradores, quando não gostava, iam lá e reclamavam. E o que aconteceu comigo? Eles botaram um carinho aí que era para ser coordenador. Chamava Alan. Aí, quando chegaram [com o novo coordenador], eu fui lá em cima e reclamei: “Eu não quero esse cara [como] coordenador lá da minha casa não. Pode tirar ele”. Como eu sempre estava na ativa, sempre participando, no mesmo dia ele [Marrom] restituiu ele [Alan]. Eles pegaram e tiraram ele. Falaram “Não, esse aqui não serve”.

Fabricio: Mas não tinha uma votação?

Anderson: Não tinha votação.

Fabricio: Era nomeação?

Anderson: Nomeava. Nomeava e falava: a partir de hoje é [coordenador de *setor*].⁴⁹

Como é possível notar na fala de Anderson, a proximidade à causa (“Como eu sempre estava na ativa, sempre participando...”) acabava, de uma maneira ou de outra, direcionando-se a Marrom, aproximando-o aos(as) ex-moradores(as) mais engajados na *luta* pelas casas. É por essas linhas que, Pedro, coordenador próximo a Marrom na época, conta como ele se tornou um:

Fabricio: E como você se tornou coordenador ali no *Pinheirinho*?

Pedro: No MUST? No *Pinheirinho*? Então, eu levava água para as famílias na minha kombinha [ano] 65, e eu sempre me preocupava com a segurança do Marrom. Onde ele estava, eu estava ali rodando ele, dando apoio para ele. E, de repente, ele me chama e fala assim “Ou, você não quer ser coordenador? Porque você está em tudo, meu! Tudo que a gente levava você estava ali junto”. Então, quer dizer, ele notou a minha presença. E aí, acabou chamando, [e] eu fui. Comecei com eles como coordenador. De repente, eu fui segurança pessoal dele, contratado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, e foi onde a gente começou a nossa amizade mais [próxima].⁵⁰

Assim, pessoas que demonstravam engajamento e ajudavam nos afazeres da ocupação, aliado à aprovação dos(as) coordenadores(as), principalmente a de Marrom, podiam eventualmente compor a *coordenação*, como explicado por ele:

Fabricio: E, lá no *Pinheirinho*, como que eram escolhidos os coordenadores? Porque já tinha uns de antes, né? Nas *Casinhas*, no *Campão*... já tinham alguns coordenadores. Mas lá surgia coordenadores no *Pinheirinho* que...

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

⁵⁰ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016 na cooperativa fundada por tal coordenador junto com outras pessoas do *Pinheirinho* e de comunidades que o MUST atuava.

Marrom: Então, o que aconteceu. Nós tivemos várias fases de coordenadores. Os coordenadores das *Casinhas* tinham um perfil. Um perfil mais, mais... muito sem [a questão do] político. Os coordenadores do *Campão* já eram uns coordenadores que tinham que enfrentar... Na época, o Campo dos Alemães [bairro vizinho ao *Pinheirinho*] era terrível mesmo. Tinha que enfrentar umas coisas mais difíceis. Quando nós viemos pro *Pinheirinho*, nós trouxemos os coordenadores do *Campão*, e os coordenadores do *Campão* vieram com outra mentalidade. Achava que tinha que ir para a porrada, aquela coisa toda. Aí o que nós fizemos? Nós tivemos de mudar. Tinha que mudar, tinha que mudar. Mas você não pode mudar de uma vez, tem que mudar gradativamente. Então, eu [me] aproximava das pessoas e conquistava. Ninguém é escolhido a dedo. [Era] O cara que procurava a gente: “Ó, Marrom, posso ajudar?”. “Vem ajudar”. O cara ajudava dois meses, três meses, cinco meses, e quando a gente achava que ele estava pronto para assumir um *setor*, a gente dava um *setor* na mão dele e ele tocava os *setores*. Se ele ficasse dois, três meses e não desse conta, aí colocava outro. Mas era assim, cada coordenador tinha um subcoordenador que ajudava, mas era [inaudível]. Não era nós que trocávamos o cara, o cara [que] trocava com a gente. A gente deixava o cara procurar a gente, sentir, e dava tarefa para ele. E para falar a verdade, todo coordenador cumpriu sua tarefa. Aí quando o cara arranjava um emprego, [ou] às vezes não tinha condição de fazer, às vezes [devido a] uma briga por causa da mulher, por causa do marido também, que às vezes gerava esses ciúmes e essas bobearias, mas também não insistia. Quando o marido estava com ciúmes da mulher, [eu] falava assim: “Olha, manda seu marido vir também na reunião”. E quando a mulher tá com ciúmes do marido, eu falo assim: “Manda a mulher vir também”. Então, nós trazíamos a família, certo? Para ver que ali era uma coisa bastante séria, mas era normal. Os coordenadores não eram eleitos. Não eram eleitos. Eles vinham e eles tinham a liberdade deles ficarem o quanto que eles quisessem e saírem quando eles quisessem. Não tinha um compromisso.

Fabricio: E nunca faltava? Sempre tinha alguém procurando?

Marrom: Ah, sempre tinha. Cada *setor* tinha [uma] reserva de duas, três pessoas esperando a vaga para ser coordenador. Igual tem hoje. Hoje tem um monte de gente querendo ser coordenador. Você viu, né? Você vai na assembleia. Um monte de gente querendo ser coordenador.

Fabricio: Hoje tem quantos?

Marrom: Hoje estamos com 12 coordenadores. Mas tem 18. Tem 12 que atuam e 6 que ficam só ali na maré mansa, mas são coordenadores ainda, mas que não atuam muito.⁵¹

Essa passagem a um grupo representativo mais restrito (a *coordenação*) expõe a mencionada clivagem, como implícito na fala transcrita de Anderson “Aí, quando chegaram, eu fui lá em cima e reclamei”, remetendo-se a uma diferenciação em que a *liderança* figuraria no patamar mais alto. A mesma noção é percebida quando Cristina e seu companheiro Francisco narraram as tentativas de diálogo com a prefeitura durante o *Pinheirinho*, que, na época, eram centralizadas na *coordenação* e no advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e presidente do PSTU, Toninho:

Cristina: Mas a gente não ia [à prefeitura para dialogar]. Só ia quem ele [Marrom] escolhia. Era a *liderança*, né? Eram os líderes que iam. Não eram os moradores comuns que iam.

⁵¹ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

Francisco: Aí é isso aí. Aí pronto.

Cristina: Eram aqueles que faziam parte da *liderança*.

Fabricio: E de morador não tinha ninguém na *liderança* lá?

Cristina: Todos eram moradores lá de dentro, mas tinha os líderes, né? Então, eram aqueles que ele [Marrom] levava junto com ele.⁵²

No entanto, assim como o *Pinheirinho* e as famílias que o compõem não podem ser tomados como um todo, o mesmo vale para a *coordenação*, mesmo se tratando de um grupo muito menor. As assembleias evidenciam uma espécie de subgrupo dentro da já restrita *coordenação*: são aqueles e aquelas que falavam ao microfone nas assembleias. Dos doze coordenadores(as) ativos existentes no pós-*Pinheirinho*, apenas cinco costumavam falar ao microfone. Assim, não coincidentemente mais próximos a Marrom, a própria forma na qual a assembleia se estruturava fazia transparecer a heterogeneidade dentro daqueles que pertenceram diretamente ao *Pinheirinho*, fosse no interior da própria *liderança*, fosse entre os removidos como um todo.

Entre a *coordenação* e os(as) outro(as) ex-moradores(as), também havia aqueles que sempre estavam tão próximos à *liderança* que, em um primeiro momento, cheguei a achar que eram coordenadores. Sempre presentes nos diversos eventos convocados pelo MUST, esses participaram de parte da campanha de Marrom ao cargo de vereador em 2016, mesmo não formando um grande número de pessoas (algo em torno de dez pessoas), nem um terceiro grupo. O citado Anderson chegou a se colocar, em tom de brincadeira, como “do apoio [do Movimento]”, para descrever sua relação com a *liderança*. Esse senhor, bem como as pessoas não coordenadoras mais próximas a Marrom, por vezes agiam como mediadores entre os dois grupos.

Exemplo disso ocorreu durante a assembleia do dia 09 de abril de 2016, quando uma ex-moradora, frustrada com os problemas para montar sua *pasta* de documentos, quebrou o vidro do carro de som de um dos coordenadores com uma pedra e usou um guarda-chuva para tentar danificar o carro logo em seguida. Um outro coordenador rapidamente interveio, tomando o objeto da mão da senhora e quebrando-o com uma joelhada. O coordenador que teve o vidro do carro quebrado se aproximou, viu que a mulher havia deixado sua bolsa cair enquanto batia no carro com o guarda-chuva e, com raiva, deu um chute na bolsa, que parou próximo a ela. Logo em seguida, Anderson se aproximou para acalmar os ânimos dos envolvidos, propondo uma “vaquinha”, ou seja, uma contribuição financeira daqueles ali presentes, para repor o vidro

⁵² Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2014.

quebrado do carro do coordenador e, assim, solucionar o conflito. Sua sugestão foi anunciada por um coordenador enquanto Anderson passava coletando o dinheiro em seu típico chapéu. Com a contribuição da maioria das pessoas presentes, o conflito foi solucionado e o incidente não voltou a ocorrer, mesmo que aquela senhora sempre estivesse presente nas assembleias posteriores.

Embora eu tenha presenciado apenas esse conflito durante toda a pesquisa de campo, não foram poucas as críticas ao Marrom e à *coordenação* expostas a mim. Mesmo aqueles mais próximos do *Movimento* constantemente julgavam alguma postura da *liderança* tanto em entrevistas quanto em conversas informais comigo. Exemplo disso ocorreu nas primeiras entrevistas em 2014, quando a obra estava em seu início e ainda não se sabia ao certo como se daria a organização no *Pinheirinho dos Palmares*: manteriam os antigos *setores* do *Pinheirinho*? Haveria alguma espécie de sorteio ou seria por ordem de quem tivesse a *pasta* deferida primeiramente? A *liderança* ou os(as) ex-moradores(as) que iriam escolher os lotes? Ou quando apresentavam uma insegurança em relação à entrega das casas, pois, assim como a *coordenação* afirmava na época do *Pinheirinho* que não haveria reintegração de posse, nada garantia que as chaves das casas realmente seriam entregues, como argumentou Cristina.

Fosse para criticar, fosse para se aproximar visando a posição de coordenador(a), nota-se que Marrom foi uma figura que fez convergir não apenas discursos e pessoas, mas também expectativas acerca da possibilidade de conquistar a moradia. Sua história como militante, no entanto, não começou com o *Pinheirinho*⁵³. Embora tenha nascido em Mendes Pimentel (MG)⁵⁴ em 1957, Marrom foi criado no Norte do estado do Paraná, na cidade de Rio Bom. Pelo fato de seu pai ter trabalhado na lavoura, teve seu primeiro contato com sindicato ainda pequeno: o sindicato rural da região. Em 1976, mudou para São José dos Campos e trabalhou na construção civil por cinco meses, até conseguir emprego na indústria de calçados São Paulo Alpargatas.

Foi na Alpargatas que sua relação política com sindicatos se iniciou. Segundo Marrom, diante de um presidente pelego⁵⁵ do “Sindicato do Calçado”⁵⁶, ele e trinta e duas pessoas montaram uma chapa, pela qual pretendia disputar a vice-presidência. No entanto, em 1982,

⁵³ A maior parte dos dados a seguir foi obtida através da entrevista realizada com Marrom no dia 21 de janeiro de 2016.

⁵⁴ Fonte: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/70998/250000033632> (acessada em 09 de janeiro de 2018).

⁵⁵ Expressão comumente usada para designar membros de sindicato que atendem aos interesses do patrão ou do governo em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

⁵⁶ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de São José dos Campos.

quando a empresa descobriu que sua chapa havia iniciado uma greve e ocupado o sindicato, todos seus integrantes foram demitidos.

Em seguida, Marrom começou a trabalhar nos Correios, sendo um dos fundadores do sindicato criado em 1985. Novamente, houve uma greve, e alguns grevistas queimaram correspondências da população. Sendo visto como líder dos mesmos, a empresa estatal o responsabilizou pelo ocorrido, oferecendo-lhe duas opções: demitir-se ou ser demitido por justa causa. Optando pela primeira, trabalhou por um tempo na Avibras até ir para a Tecsat, acompanhando o *Sindicato* dos Metalúrgicos de São José dos Campos desde 1986. Associou-se formalmente a esse em 1995, chegando a ocupar o cargo de diretor.

No entanto, Marrom afirma que sua trajetória política não começou nos sindicatos para depois passar para o movimento social, mas sim o inverso. Havia acompanhado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por dez anos e ajudado a fundar diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a frente nacional de movimentos sociais urbanos chamada Resistência Urbana, a Coordenação Nacional de Luta Popular (CNP) (pela qual foi coordenador regional) e a Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas). Especificamente na questão da habitação popular, acompanhou e ajudou o processo de formação de alguns bairros de São José dos Campos, em especial o Campo dos Alemães, bairro vizinho ao *Pinheirinho*, além de ter sido vice-presidente da Sociedade Amigos de Bairro Cidade Morumbi e Adjacências, bairro da região Sul onde Marrom possui residência, como informado ao TSE⁵⁷ em suas candidaturas de 2008 em diante.

Dessa forma, Marrom mesclou uma militância política atuando entre sindicatos e movimentos sociais, culminando no contato com aqueles que ocupavam as *Casinhas* e o *Campão*, e, conseqüentemente, na fundação do *Pinheirinho*. Daquele momento em diante, tornou-se a principal *liderança* da ocupação e do pós-*Pinheirinho*, mesmo havendo uma disputa com o PSTU acerca da representação dos removidos.

Sua presença no contexto analisado é, portanto, de grande importância, visto que é alvo tanto de apoio e admiração como de críticas e desconfiança. Assim, sua própria legitimidade perante os ex-moradores precisava ser recorrentemente mantida, e o momento principal que isso se dava era nas assembleias.

⁵⁷ Fonte: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/70998/6252> (acessada em 11 de maio de 2018).

2.2. As assembleias

O *Campão* da Yasmin, na região Sul de São José dos Campos, não era o mesmo ao menos dois sábados no mês. Ao lado do pequeno campo de futebol de terra batida, o cenário era ocupado por diversas pessoas que se reuniam em torno de uma caminhonete e um microfone. O motivo de tal reunião eram as assembleias do MUST, que informavam aos(as) ex-moradores(as) do *Pinheirinho* sobre a situação do processo de aquisição das casas no *Pinheirinho dos Palmares*. Como colocado no capítulo introdutório, o *Campão* foi o último lugar ocupado antes das famílias fundarem o *Pinheirinho* junto com o MUST, embora fossem poucas as que estavam presentes desde aquela época, como já apontava Dias de Andrade (2010) naqueles anos finais da ocupação.

Esses momentos de assembleia permitiam reunir novamente as famílias que foram dispersas pela operação de desocupação. Era visível, durante os anos de acompanhamento das assembleias, as amizades que foram construídas ao longo dos quase oito anos de existência do *Pinheirinho* ao notar as pessoas que sempre estavam lado a lado escutando e comentando a reunião. Algumas delas levavam seus filhos e filhas pequenos, que corriam e brincavam ao lado da aglomeração, ou mesmo em carrinhos de bebê nas sombras das árvores que acompanhavam a calçada do quarteirão. Isso quando não eram os filhos e filhas mais velhos que compareciam no lugar dos pais por esses estarem no trabalho nesses dias de reunião.

As assembleias eram sempre marcadas às 15 horas de sábados alternados usualmente — embora também tenham ocorrido semanalmente em alguns períodos —, mas podiam ser canceladas em caso de chuva, pois não há qualquer espécie de cobertura no *Campão*. Os avisos sobre as reuniões seguintes aconteciam não apenas ao final de cada assembleia, mas também através de publicações nas redes sociais e por aplicativo de mensagem nos celulares, no qual, segundo Marrom, havia cerca de 22 grupos com ex-moradores(as) e coordenadores(as).



Figura 3. Foto da assembleia do dia 30 de janeiro de 2016 no *Campão*. Autor: Fabricio Barretti.

Embora a *liderança* sempre colocasse que esse meio de comunicação fosse para debater exclusivamente sobre a situação do *Pinheirinho dos Palmares*, não foram poucas as cobranças por parte do MUST em assembleias para que não conversassem sobre outros assuntos, como, por exemplo, compras, vendas e trocas de produtos entre os(as) ex-moradores(as).



Figura 4. Chamada publicada por um coordenador em uma rede social no dia 19 de outubro de 2015. Autor desconhecido.

As convocações através das redes sociais já aconteciam em outubro de 2014, quando comecei a comparecer às assembleias para a pesquisa de campo. Chegando geralmente quinze minutos antes do estipulado, era possível contar, naquele momento inicial da pesquisa, por volta de trinta pessoas presentes, aumentando para cerca de sessenta a cem pessoas conforme adentrava a hora marcada⁵⁸.

Essa média, no entanto, foi gradativamente aumentando conforme os adiamentos das datas de entrega, bem como pelo reforço por parte da *coordenação* de que a preferência, caso as 1.461 residências fossem entregues por partes, seria de quem assinasse a *lista de presença* das assembleias do *Movimento*. No final de 2014 e ao longo de todo o ano de 2015, sua média era de cerca de cem pessoas, aumentando, no ano de 2016, para algo em torno de cento e cinquenta a duzentas pessoas. No entanto, isso não quer dizer que não houve assembleias mais cheias ou vazias que isso. Por vezes, as assembleias não traziam novidades se comparada às

⁵⁸ Os números apresentados sobre essa quantidade de pessoas nas assembleias e protestos se baseiam em contagem ou estimativa visual minha. Não obtive acesso às *listas de presença* do *Movimento*.

anteriores, fazendo com que a adesão a elas começasse a ficar menor. Outras vezes, a pauta era de grande importância para o interesse das famílias, como na assembleia do dia 14 de maio de 2016, na qual os(as) ex-moradores(as) escolheram se desejariam morar na mesma vizinhança do antigo *setor* ou se gostariam de trocar para outro, já que a data de assinatura da ata da prefeitura estava marcada para o início do mês seguinte, fazendo com que os lotes tivessem de ser designados a cada família que estivesse com a *pasta* deferida até aquele momento. Embora a estimativa de uma grande quantidade de pessoas seja difícil de ser realizada, essa foi a assembleia do *Campão* que, sem dúvida alguma, teve a maior presença de ex-moradores(as), até mesmo antes dela ser iniciada.

Assim como na antiga ocupação, raramente as assembleias começavam exatamente no horário determinado (DIAS DE ANDRADE, 2010). Atrasos de, pelo menos, vinte minutos eram comuns, quando não chegavam a uma hora, geralmente quando Marrom retornava de alguma reunião com a prefeitura ou com outros movimentos sociais de fora da cidade. Mesmo com atrasos, os primeiros a chegar geralmente eram aqueles que vendiam produtos durante as assembleias: pipoca, água, sorvete, refrigerante, cerveja, pães e bolos artesanais e, por vezes, até mesmo artesanato; maioria desses era ex-moradores(as) que tinham a pretensão de montar um pequeno comércio no *Pinheirinho dos Palmares*.

Outro motivo para a demora do início das assembleias era a espera pelo coordenador que possuía um potente sistema de som em seu carro, no qual se conectava o microfone usado para as falas dos(as) coordenadores(as). Às vezes, a caminhonete que algum ex-morador usava a trabalho era utilizada como palanque para os discursos da *liderança*.

Sempre usando um boné, era Marrom quem geralmente dava início às assembleias, falando brevemente das pautas a serem tratadas: se havia notícias boas ou problemas a serem resolvidos. Em seguida, comentava o cenário político brasileiro, principalmente na iminência dos diversos protestos que começaram em março de 2015 visando o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Falas contra esse processo — tratado, por Marrom, como golpe político e embrião para uma ditadura — passaram a ser muito comuns nas assembleias, além de uma defesa dos Partidos dos Trabalhadores através, principalmente, dos projetos sociais implementados nos governos Lula e Dilma, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida.

Em seguida, o microfone era passado a outros coordenadores, que agradeciam a presença de todos e, quando a adesão era baixa, criticavam a ausência dos demais, reforçando que o comparecimento às assembleias era sinal positivo da *luta* daqueles que buscavam garantir a casa própria. Assim, as falas desses coordenadores eram geralmente pautadas na mobilização

dos(as) ex-moradores(as) em torno de maior presença nas assembleias, bem como no reforço da importância e legitimidade do *Movimento* no pós-*Pinheirinho*. Comentários contrários ao PSTU também eram comuns, principalmente quando surgiam boatos de que o partido organizava uma suposta ocupação da obra com parte dos ex-moradores. Embora isso não tenha de fato ocorrido — nem por parte do PSTU, nem por parte do MUST —, tais boatos serviam de pontapé inicial para que os coordenadores desqualificassem o partido a respeito de uma suposta tentativa de representação dos(as) ex-moradores(as), colocada através de um sentido de cooptação.

Desde julho de 2015, tais coordenadores associavam essa legitimidade do *Movimento* à pré-candidatura de Marrom ao cargo de vereador no ano seguinte. Sempre posto como aquele que defenderia não apenas os interesses do *Pinheirinho*, mas também dos pobres de uma maneira geral, Marrom deixava para esses coordenadores os comentários acerca de sua candidatura naquele momento.

Era comum o microfone voltar para as mãos de Marrom, principalmente após a fala de algum convidado presente. Defensores públicos, gerentes da Caixa, secretários do Governo Municipal e outros aliados não representantes de instituições do Estado, por vezes, falavam na assembleia. Menos comum, no entanto, era algum(a) ex-morador(a) falar na caixa de som. Quando acontecia, era usualmente para contar algum relato que, de certa forma, enaltecia a *coordenação* ou o prefeito.

Entre as diversas falas estava também a da sogra de Marrom. Além de reforçar a atuação positiva do prefeito em relação ao *Pinheirinho*, bem como do Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional, era ela a responsável por repassar as informações acerca dos diversos problemas que várias famílias passavam com a montagem das *pastas* de documentos, fosse indicando o caminho para uma possível solução, fosse encaminhando para o sexto andar da prefeitura na Secretaria de Habitação (onde as *pastas* se encontravam) ou para a Defensoria. Tais problemas com a documentação eram um dos motivos para a presença de diversos(as) ex-moradores(as) nas assembleias, tornando os documentos uma questão crucial para os mesmos, conforme será analisada a seguir.

2.3. Os documentos⁵⁹

No dia 24 de maio de 2015, o *Movimento* e a prefeitura convocaram os ex-moradores(as) para darem início ao processo de montagem das *pastas* de documentos para que a equipe técnica do Governo Municipal pudesse verificar se cada família cumpria com os critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal. Dentre os critérios, estava o de possuir renda familiar máxima de R\$ 1.800, não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer local do país, assim como não ter recebido benefícios habitacionais provenientes de recursos orçamentários da União e não estar cadastrado ou inscrito no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI), no Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT) e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Para além disso, tendo em vista que o conjunto habitacional tinha como bandeira contemplar as pessoas que foram removidas do *Pinheirinho*, também havia a necessidade do nome da pessoa constar na *lista* de possíveis beneficiários levantada conjuntamente pelo *Movimento* e pela prefeitura; a mesma que garantiu o Auxílio Aluguel às 1.750 famílias removidas da ocupação.

O pedido de antecipação da montagem das *pastas* com a prefeitura foi sempre colocado como uma estratégia da *luta* política do MUST, dado que é costumeiro que as pessoas a serem contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida sejam chamadas apenas dois meses antes da assinatura do contrato, deixando um curto tempo para regularizar a situação em caso de algum problema com a documentação. À época (maio de 2015), o prazo de entrega havia acabado de ser prorrogado — pela primeira vez — de setembro de 2015 para março de 2016, permitindo um tempo hábil maior para que as pessoas regularizassem suas *pastas*, o que não impediu, no entanto, que diversos problemas se apresentassem aos ex-moradores(as) nesse processo, tornando-se motivo de negociações e de pautas nas assembleias.

⁵⁹ Esta seção é baseada em meu trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “O Estado e as cidades, suas instituições, dinâmicas e programas sociais” nas Jornadas de Antropologia John Monteiro 2017, ocorrido na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Agradeço à Profa. Dra. Taniele Rui pelos comentários e sugestões acerca do trabalho.



Figura 5. Terceiro dia da montagem das *pastas* de documentos na Casa do Idoso da região Sul de São José dos Campos, dia 31 de maio de 2015. Foto compartilhada pelo MUST. Autor desconhecido.

Com isso, a burocracia em si, componente importante das práticas do Estado, será aqui analisada apenas na medida em que se fez presente nas dimensões da vida social dos(as) ex-moradores(as) e da *coordenação*, visto que o acesso a esse aspecto do Estado somente ocorreu através desses. Dessa maneira, será explorada, nesta seção, as relações entre movimento social, Estado — e suas diversas instâncias — e ex-moradores(as) através da mediação de artefatos como documentos, *listas* e *pastas* no processo de obtenção das casas próprias no *Pinheirinho dos Palmares*. O intuito é lançar um olhar através de tais artefatos, e não exatamente seus conteúdos (HULL, 2012a; KHAN, 2013; LOWENKRON & FERREIRA, 2014), tomando os documentos, *listas* e *pastas* como artefatos etnográficos (LOWENKRON & FERREIRA, 2014), ou seja, artefatos capazes não apenas de mediar diversas relações no contexto de pesquisa (RILES, 2006) como também de exigirem uma resposta por parte dos(as) ex-moradores(as).

Além disso, pretende-se analisar “a maneira como os indivíduos realmente lidam com seus relacionamentos estruturais e exploram o elemento de escolha entre normas alternativas, de acordo com as exigências de qualquer situação específica” (VAN VELSEN, 2010, p. 467). Os critérios estabelecidos pelo Estado, através da Caixa Econômica Federal, dificultavam o acesso ao financiamento das casas pelas famílias, que, por sua vez, buscavam contorná-los tanto

por meio de ações próprias quanto ao acionarem o auxílio da Defensoria. Assim, as maneiras pelas quais as leis e regulamentos do Estado são percebidas e entendidas apontam para “os vários espaços, formas e práticas através dos quais o Estado é continuamente vivenciado e desfeito através da *ilegibilidade* de suas próprias práticas, documentos e palavras” (DAS & POOLE, 2004, p. 9-10, tradução minha, grifos das autoras). Distancia-se, portanto, da ideia de um controle consolidado do Estado sobre a população, por mais que essa intenção ocorra, por exemplo, através das práticas documentárias e coletas de dados estatísticos (DAS & POOLE, 2004).

2.3.1. A luta política e as alianças em torno dos documentos

A relevância dos documentos no caso *Pinheirinho* se remonta ao início da ocupação na região Sul de São José dos Campos em 2004, mesmo que de uma forma diferente da aqui analisada. Os documentos em questão se referem à ação judicial aberta pela massa falida da empresa Selecta S/A — titular do registro de propriedade do terreno que até então se encontrava abandonado — já no primeiro ano de existência da ocupação, em agosto de 2004 (GINJO, 2016). Diversas foram as liminares suspensas com o amparo jurídico fornecido por advogados ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos ao longo dos quase oito anos de existência da ocupação, até que, no dia 16 de janeiro de 2012, milhares de panfletos foram jogados ao longo de todo o terreno do *Pinheirinho* pelo Helicóptero Águia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, trazendo a seguinte mensagem:

Cidadão de bem. A reintegração da área do Pinheirinho é uma decisão da justiça e deverá ser cumprida em breve. A Polícia Militar não deseja qualquer tipo de enfrentamento. Sua colaboração é muito importante para que sua família e seus bens estejam protegidos e em segurança. Procure deixar o local antecipadamente, de maneira voluntária, evitando assim qualquer tipo de desconforto. Estamos comprometidos em proporcionar a segurança e a tranquilidade a você e aos seus familiares. Polícia Militar do Estado de São Paulo, Comando de Policiamento do Interior – 1.⁶⁰

No mesmo dia, uma ação foi proposta na Justiça Federal — e é apenas nesse momento que essa esfera entra em cena no processo jurídico — para que houvesse a abstenção da ordem de reintegração de posse concedida pela Justiça Estadual, com a alegação de que a União possuía interesse em regularizar o terreno ocupado, expresso no protocolo de intenções assinado

⁶⁰ Fonte: <http://www.ovale.com.br/panfletos-arremessados-pelo-aguia-causam-revolta-no-pinheirinho-1.207485> (acesso em 22 de setembro de 2016). Foto do panfleto também se encontra no anexo desse texto (Anexo 2).

pouco antes (GINJO, 2015, p. 59). Na madrugada do dia seguinte, a liminar de abstenção foi concedida e a reintegração de posse foi novamente suspensa, dando fôlego para que as negociações de regularização do *Pinheirinho* pudessem continuar. Porém, como já colocado anteriormente, a reintegração de posse de fato veio a ocorrer no dia 22 de janeiro de 2012, ou seja, pouco menos de uma semana após a entrada da Justiça Federal no caso.

Obviamente, o processo jurídico é muito mais amplo e complexo que o descrito aqui, que foi sintetizado apenas para apontar que, no momento em que o terreno ainda estava ocupado, parte da *luta* dos então moradores do *Pinheirinho* também se dava através do amparo jurídico de aliados da ocupação; não apenas os advogados do PSTU e do Sindicato dos Metalúrgicos, mas também os defensores públicos estaduais dentro de suas competências legais. As liminares e os recursos eram motivos de apreensão e também de festa pelos moradores, como foi o caso do último agravo, no dia 20 de janeiro, que mantinha a União como polo passivo da ação cautelar, o que significava que a chance de regularização ainda existia; razão de festa para os moradores, mesmo que à beira da concretização da desocupação, poucas dezenas de horas mais tarde.

Esse cenário exemplifica o conceito de violência estrutural, intimamente relacionado não apenas com a existência da pobreza e da desigualdade social, mas também a um aparato estatal que reifica tal situação em suas próprias práticas (GUPTA, 2012), e que é apoiada, em última instância, pela ameaça de violência física (GRAEBER, 2012); violência essa que de fato ocorreu na remoção do *Pinheirinho*. Tal violência estrutural é tornada visível (GUPTA, 2012), então, através da *luta* política, que se expressa tanto na própria existência da antiga ocupação — e também na possibilidade do conjunto habitacional em construção — como nas diversas formas de documentos, além de protestos e assembleias realizadas.

Como exposto no início deste capítulo, a relevância dos documentos antes da remoção se dava de uma forma diferente se comparada ao momento posterior, mesmo que ambos os contextos tomassem as casas como centro da disputa, fosse pela permanência nelas ou por suas aquisições no *Pinheirinho dos Palmares*. Assim como parte da *luta* na antiga ocupação era suspender as liminares e caminhar para sua regularização, posteriormente parte da *luta* consistiu, em grande medida, em conseguir os documentos que muitas famílias necessitavam para se enquadrarem nos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Para tal propósito, foi em uma instituição do Estado, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que grande parte desses problemas tinha chance de ser resolvida. Tida como uma aliada pelo *Movimento*, fazendo-se presente desde a época da ocupação, a Defensoria foi o

órgão que auxiliou os ex-moradores a terem acesso aos documentos mais complicados de serem obtidos. É, aliás, em seu próprio prédio que se encontra um grande acervo de papéis referente aos processos coletivos e individuais que ainda estão sendo movidos pela DPESP contra a massa falida da Selecta S/A, Governo do Estado de São Paulo e, em alguns casos, a prefeitura. O número desses papéis é tão grande que armários marcados como “*Pinheirinho*” estão presentes até mesmo nos escritórios dos defensores públicos por falta de espaço no prédio.

Assim, visto que os documentos se movem através de diversos domínios (HULL, 2012b apud KHAN, 2013) de acordo com as características que permeiam cada tipo deles, a *luta* política envolvia diversas dimensões nas quais diferentes atores sociais agiam, fossem esses os(as) próprios(as) ex-moradores(as) — coordenadores(as) ou não — ou mesmo setores do Estado — como a Defensoria Pública — e até a gestão da prefeitura da época, embora a relação com essa ocorresse, ao mesmo tempo, de enfrentamento, visto que o *Movimento* colocava suas pautas constantemente para que o maior número de ex-moradores conseguisse obter uma casa no *Pinheirinho dos Palmares*. Entre os problemas mais frequentes, diferentes modos de resolução poderiam ser viáveis, envolvendo ou não terceiros como a própria Defensoria, como será explorado a seguir.

2.3.2. A montagem das *pastas*: buscando e evitando documentos

Como colocado anteriormente, o início da montagem das *pastas* de documentos ocorreu no dia 24 de maio de 2015. Naquela época, já havia sido anunciado que a obra não seria mais entregue em setembro daquele ano, visto que a construtora Realiza assumiu a construção no mês anterior, após o abandono da mesma pela ElGlobal. Assim, o atraso na entrega da obra também fez com que a data limite para abertura das *pastas* fosse prorrogada no mesmo ritmo, ainda mais diante dos problemas que diversas famílias enfrentavam para deferi-la. Por exemplo, na assembleia de 15 de agosto de 2015, a *coordenação* anunciou que o encerramento da abertura das *pastas* ocorreria em dois meses, no dia 15 de outubro. Aproximando-se da data final, no entanto, o prazo era prorrogado novamente, até que o limite para a abertura da *pasta* foi estipulado pela prefeitura para o dia 29 de fevereiro de 2016, conforme o Decreto Municipal nº 16.849 de 5 de fevereiro de 2016.

No entanto, nos casos em que a *pasta* já havia sido aberta — mesmo que possuísse pendências —, o prazo se transformava na disponibilidade de casas ainda não designadas no conjunto habitacional. Segundo o *Movimento*, o número total de famílias do *Pinheirinho* que poderiam ser beneficiadas pelo Programa era, inicialmente, de 1.748, tendo por base a *lista* feita

logo após a remoção em 2012, na qual a distribuição da *Bolsa Aluguel* se respaldava. No entanto, em entrevista com o defensor público Carlos, esse número foi reduzido para 1.671 ao longo do processo, de acordo com o levantamento exposto na reunião de *Ponto de Controle* de agosto de 2016:

Carlos: Então, no *Ponto de Controle* [de agosto, mês anterior], a gente fez o balanço. 1.671 [famílias] recebiam auxílio e 1.461 vão receber a casa agora [no *Pinheirinho dos Palmares*]. Então, tem uma diferença de 210 famílias que não vão ser atendidas nessa fase agora. Dessas 210, 90 aceitaram ir para outros empreendimentos, [no] Cajuru e no Limoeiro. Ainda restam 120 famílias para segunda fase. Dessas 120 famílias, tem 78 [com problema] no CADMUT, ou seja, com um impedimento porque já receberam [casa através de algum programa habitacional], e 42 que não aceitaram [os apartamentos no Cajuru e Limoeiro] e vão ter que ser beneficiadas em algum outro empreendimento. Aí fecha a conta, né? 42 com 78, dá 120, mais 90, [igual a] 210, mais 1461, [igual a] 1671. Então, o número final do *Pinheirinho* é 1.671. Depois de enxugar o Auxílio Aluguel, 1.671 famílias.

Fabricio: Provavelmente [esse número] foi da reintegração, lá no *poliesportivo*, que cadastrou todo mundo para receber Auxílio Aluguel depois?

Carlos: Sim, sim, sim. O número que a gente tinha [logo após a remoção] era um pouco maior, 1.700 e pouco. 1.700 e pouco foram cadastros inicialmente. Só que depois foi feito um enxugamento, porque muitas pessoas ou se aproveitaram (não tinham direito) ou não estavam dentro da faixa de renda, sei lá, para receber o Auxílio Aluguel, e esse número caiu para 1.671. É o número atual, pelo menos até 29 de agosto [de 2016]. A gente vai ter a última reunião esse mês agora no final de setembro. É a última reunião.⁶¹

Mesmo que o total de famílias (1.671) que poderiam acessar o financiamento da casa no *Pinheirinho dos Palmares* fosse maior que o número de residências construídas no bairro (1.461), nem todas as casas haviam sido designadas até os dias 02 e 03 de junho de 2016, na assinatura da ata da prefeitura, documento que permitia a redação do contrato do financiamento pelo PMCMV. Segundo uma funcionária da Caixa, havia 1.296 famílias com *pastas* deferidas até aquele momento e, portanto, 165 casas não designadas até então. Esse número, no entanto, diminuiu para 52 no final do mesmo mês, nos dias 21 e 23 de junho de 2016, quando a Caixa convocou todas as famílias com as *pastas* deferidas para assinarem o contrato. Ou seja, durante aquele mês, 113 famílias conseguiram habilitar suas *pastas* e puderam assinar os contratos do financiamento de suas casas próprias.

De acordo com o trecho da entrevista com o defensor público acima exposto, as 52 casas restantes foram designadas até o *Ponto de Controle* de agosto de 2016, resultando na criação da chamada *lista de suplentes*, que correspondia às 210 famílias que ainda não haviam conseguido o deferimento da *pasta*. No entanto, como também apontado por Carlos, houve uma negociação entre o MUST e a prefeitura para que pudessem financiar apartamentos em outros

⁶¹ Entrevista realizada na Defensoria Pública do Estado de São Paulo no dia 16 de setembro de 2016.

conjuntos habitacionais em construção na cidade também pelo Programa Minha Casa Minha Vida, localizados nos bairros Cajuru e Limoeiro. Porém, não cheguei a ter conhecimento do desfecho da situação destas famílias, visto que a entrega desses empreendimentos ocorreu por volta do final da pesquisa de campo, no caso do primeiro, e depois do término da mesma, no caso do segundo.

Além do problema acerca das 78 famílias que já haviam sido beneficiados com casas através de programas habitacionais antes da entrada no *Pinheirinho* — e que sua possibilidade de resolução era, em sua maioria, considerada improvável pelo *Movimento* —, dois principais tipos de problemas surgiram no processo de montagem das *pastas* pelos(as) ex-moradores(as), podendo esses se relacionarem dependendo da forma como suas resoluções foram buscadas. O primeiro consistia no limite da renda familiar em R\$ 1.800; valor ultrapassado caso uma família constituída apenas por um casal recebesse um salário mínimo estadual de R\$ 1.000 por pessoa em 2016⁶². Por esse motivo, uma das *lutas* do *Movimento* e das defensorias públicas era pressionar o Ministério das Cidades para que permitisse a Caixa a considerar a renda de 2012, quando houve a remoção. Mas, enquanto o Ministério das Cidades não atendia tal demanda, as famílias tinham de buscar soluções por conta própria para se adequar às exigências.

O segundo tipo de problema se refere aos documentos exigidos na montagem das *pastas*, e abrange diversas situações e estratégias de solução. Como muitos(as) dos(as) ex-moradores(as) possuem algum histórico, próprio ou familiar, de migração de outros estados para São Paulo — em especial os idosos —, alguns documentos vieram a ser de difícil acesso para conseguir o deferimento da *pasta* da família. Foram os casos das provas de estado civil, ou seja, das certidões de nascimento (se solteiro), de casamento, de óbito do cônjuge ou de casamento com averbação de divórcio, como afirma o defensor público Carlos:

Carlos: A maior parte [dos problemas com documentos], grande maioria, foi em relação à comprovação do estado [civil] da pessoa. Ausência de certidão de nascimento, certidão de casamento. Foi mais ou menos nessa linha. Muitos tinham a situação do estado civil não regularizado: tinham separado de fato, mas não tinham se divorciado. E como a legislação exige que tenha a chamada “vênia conjugal” para desfazimento de transações imobiliárias no caso de recebimento de unidade habitacional, ele precisava comprovar o estado civil. O estado civil se comprova com essas certidões. Muito deles não tinham essa certidão ou não tinham mesmo regularizado a situação. Então, foram duas grandes demandas. A gente expediu cerca de 200 ofícios para cartórios de todo o Brasil. Os daqui de São José [dos Campos] até é relativamente fácil, simples, porque a pessoa mesmo poderia tirar. Mais [fácil que] de outros estados. Então, a assistência que a gente deu nessa área de documentação foi basicamente essa.

⁶² Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/salario-minimo-estadual-em-sp-sobe-para-r-1-mil.html> (acessada em 19 de janeiro de 2018).

Diante disso, casamentos de décadas atrás que foram rompidos, mas não divorciados perante o Estado, tornaram-se os casos mais problemáticos. Nos casos em que o cônjuge ainda estava vivo, havia a necessidade de localizar a pessoa para realizar a averbação da certidão de casamento, já que a Caixa requer a presença de ambos para a assinatura do contrato de financiamento. Já no caso de falecimento do mesmo, a situação poderia se tornar ainda mais delicada devido à necessidade de localização da família e da certidão de óbito. Em ambos os casos, porém, a Defensoria poderia ser acionada para facilitar o acesso a esses documentos e para auxiliar no processo de averbação de divórcios.

No entanto, o tempo de espera para a chegada desses documentos era sempre colocada como demorada pelos(as) ex-moradores(as), variando de dois a sete meses, segundo relatos. Em agosto de 2014, ao conversar com um dos defensores públicos que acompanhava o caso *Pinheirinho* desde antes da remoção, foi exposto que isso ocorreria porque, muitas vezes, não há cooperação entre as defensorias públicas de estados diferentes, ressaltando especialmente a da Bahia, principal região de origem daqueles que migraram para o estado de São Paulo. Embora boa parte da requisição de documentos pela Defensoria ocorra por um sistema informatizado chamado CRC (Central de Informações do Registro Civil), criado e operado pela ARPEN-SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo), nem todos os estados possuem cadastro nele, além dos vários que possuem banco de dados desatualizados. Nos casos em que era possível localizar a pessoa pelo CRC, a requisição dos documentos ocorria de forma muito mais rápida em comparação aos que necessitaram pedidos impressos entre as defensorias, que podiam demorar meses até chegarem às mãos dos ex-moradores.

A antecipação da montagem das *pastas*, portanto, fez com que houvesse uma possibilidade maior das famílias resolverem suas pendências a fim de serem contempladas pelo programa habitacional, dado o tempo que alguns documentos poderiam demorar para serem emitidos. Porém, nem sempre o caminho escolhido pelos(as) ex-moradores(as) para resolução dos problemas envolvia a requisição formal de documentos; em vários casos, o que se queria evitar era exatamente a fabricação de papéis ou inserção de alguma informação em mais um documento. Embora nem todos os problemas pareçam, à primeira vista, dizer respeito diretamente a documentos, como no caso do limite da renda familiar, todos poderiam caminhar nesse sentido conforme as estratégias adotadas pelas famílias. Enquanto alguns requeriam documentos através da Defensoria ou da prefeitura para acessarem o financiamento da casa

própria, outros evitavam a produção de mais um deles para que suas *pastas* continuassem ou passassem a ser deferidas.

Sabendo de antemão que a renda poderia ser um problema, algumas pessoas abriram mão de trabalhos formais (“com carteira assinada”) a fim de permanecerem dentro do limite requerido pelo Programa, visto que, em todas as situações que me foram descritas, não houve a possibilidade de negociação com o(a) chefe para que outro cargo fosse oferecido e o salário abaixado, o que viabilizaria se adequar aos critérios estabelecidos pela Caixa. Nesses casos, o que se evitou foi a inscrição de um vínculo empregatício no documento da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), fazendo-as procurarem empregos informais em diversos setores e, portanto, tornassem-se isentos de declarar renda. Essa foi a estratégia mais utilizada por aqueles que tiveram esse tipo de problema.

Porém, em alguns casos, a opção de sair de um emprego formal poderia não ser a mais viável, e uma outra poderia ser possível dependendo do contexto familiar. São os casos em que, mesmo em um relacionamento de longa data, o casal não casou formalmente perante o Estado e, portanto, não houve a necessidade da inscrição do(a) companheiro(a) na montagem da *pasta*. O caso de Cristina e Francisco é um claro exemplo desta estratégia. Sendo ambos pernambucanos que migraram para o estado de São Paulo décadas atrás, ela é viúva e seu companheiro é divorciado e aposentado, fato que o impediu de qualquer ação que pudesse diminuir seu salário, fazendo com que a soma de suas rendas ultrapassasse o teto imposto pelo Programa. A saída encontrada por ambos foi a de deixar a casa apenas no nome de Cristina, visto que os dois mantêm um longo relacionamento e continuariam morando juntos mesmo não casando formalmente. Dessa maneira, a aposentadoria de Francisco não entraria na *pasta* de Cristina, cujo salário estava dentro do limite permitido, além dela não ter precisado sair do emprego, algo cogitado como uma alternativa para atenderem às exigências requeridas pela Caixa.

Ainda em relação à questão de casamentos e arranjos familiares, houve alguns outros casos que, mesmo em números menores, geravam problemas burocráticos ou até mesmo jurídicos para serem resolvidos, como apontou Carlos:

Carlos: Teve um outro problema também, pequeno número, foi [o de] pessoas que faleceram no curso da ação – no curso desse período desde a desocupação até hoje – de habilitação de herdeiros que não estavam cadastrados. E também outro problema: pessoas que se separaram após a desocupação.

Fabricio: Então, após [a remoção], mas antes de fazer a *pasta* de documentos?

Carlos: Antes de fazer. Nesse período: entre a desocupação e a *pasta* de documentos.

Fabricio: E aí, como que solucionaram esses problemas?

Carlos: Isso é um problema sério, porque o atendimento habitacional é garantido ao núcleo familiar. E o núcleo familiar, na verdade ... Eles vão ter que partilhar esse direito. Normalmente a preferência é da mulher ou quem tem a guarda dos filhos de ficar, e a outra parte teria que ser ressarcida de alguma forma pela parte que vai ficar com a casa.

Durante a pesquisa de campo, vim a conhecer um caso em que houve separação durante o período entre a remoção e a entrega das chaves. Marcelo morava no *Pinheirinho* com sua esposa, e, após a desocupação, separaram-se. Após conversarem sobre o que fariam em relação à casa *lutada*, a solução encontrada por ambos consistia em deixar a residência no nome da ex-esposa — visto que o Programa garante a preferência da titularidade à mulher⁶³ — e Marcelo construiria uma edícula na parte de trás do lote para morar.

Foram através de casos desse tipo que o *Movimento* criticava o Estado e o Programa Minha Casa Minha Vida ao dizer que esse teria sido criado para unir famílias, mas elas estariam se separando para ficarem dentro da renda máxima permitida, configurando, assim, rearranjos familiares ao longo do processo de *luta* por moradia (FILADELFO, 2015). Além disso, a *liderança* prosseguia a crítica tendo por base as situações de pessoas que tiveram de sair de seus empregos para poderem ter suas *pastas* deferidas: “A gente quer programa para quem trabalha”, afirmou Marrom na assembleia do dia 20 de agosto de 2015, discordando do limite imposto pelo Ministério das Cidades através das portarias que deixavam de calculá-lo com base em três salários mínimos como anteriormente, o que passou a não incluir suas correções anuais.

Enquanto nos casos descritos acima houve a possibilidade do contorno dos critérios estabelecidos pelo PMCMV pelas próprias ações dos(as) ex-moradores(as), em outros a situação passou a depender de outros mecanismos para se chegar à habilitação das *pastas*. Foram os casos em que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou a Defensoria Pública da União tiveram de ser acionadas para conseguirem acesso a alguns documentos que seriam de grande dificuldade caso tentassem obtê-los por conta própria.

Um exemplo dessa busca de documentos é a situação em que se encontrava Damião em meados de junho de 2016, após a convocação da prefeitura para assinatura da ata que permitiria a Caixa redigir os contratos das casas. Ele havia morado na Bahia, onde foi casado por 24 anos, até se separar da mulher e migrar para o estado de São Paulo sem se divorciarem. Conheceu outra mulher com quem morou, até seu falecimento, por 16 anos — parte desse período no

⁶³ Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida> (acessada em 03 de maio de 2018).

próprio *Pinheirinho* — e teve um filho que, no momento em que conversamos, estava com 17 anos. O único documento que lhe faltava para deferir sua *pasta* era justamente a certidão de casamento averbada, visto que, para o Estado, ele ainda estaria casado com a primeira mulher. Ele já havia solicitado o documento à Defensoria seis meses antes, além de ir ao respectivo prédio sete vezes. Contudo, o documento ainda não estava pronto naquele momento, mesmo que o defensor público lhe garantisse que chegaria a tempo, provavelmente pelo período transcorrido desde o pedido.

Embora eu não saiba mais sobre o desfecho de seu processo, pois não o encontrei novamente nas assembleias, seu caso é ilustrativo daqueles que se encontravam na mesma situação. O tempo de espera de alguns documentos veio a ser problemático às famílias que apenas começaram a montar a *pasta* próximo à data final estabelecida pela prefeitura, em 29 de fevereiro de 2016. Esse prazo, porém, só dizia respeito à abertura das *pastas*, ou seja, quem já havia entregue algum documento à prefeitura para tal propósito poderia regularizar sua situação mesmo após a data limite de abertura, embora corresse o risco de todas as casas serem designadas antes que isso fosse possível.

Além de conseguirem os documentos necessários para o deferimento das *pastas*, como no caso da DPESP, as defensorias também atuaram em outras frentes que diziam respeito às famílias do *Pinheirinho*. A mais importante delas foi sobre a questão do limite da renda familiar permitida. O Ministério das Cidades, através do Anexo I da Portaria n° 168 de 12 de Abril de 2013, passou a fixar o máximo de renda familiar em R\$ 1.600 mensais, em vez de considerar três salários mínimos como anteriormente. Já na Portaria Interministerial n° 99 de 30 de março de 2016, os ministros de estado das Cidades, da Fazenda, e do Planejamento, Orçamento e Gestão aumentaram esse valor para R\$ 1.800. Ao fixarem o limite a um número e não às correções anuais do salário mínimo, tem-se, na prática, uma diminuição do teto permitido para acessar o Programa. Isso ocorre pelo fato de que, em 2012, o salário mínimo no estado de São Paulo consistia em R\$ 690⁶⁴, em que três salários mínimos corresponderiam, portanto, a R\$ 2.070, valor superior ao que ambas as portarias fixaram (R\$ 1.600 e, depois, R\$ 1.800), sem mencionar as correções dos anos seguintes. Diante disso, as defensorias pressionaram o Ministério das Cidades para que fosse considerada a renda das famílias de 2012, quando houve a remoção do *Pinheirinho*, como explica o defensor público Carlos:

Carlos: [...] Um outro problema foi a questão da comprovação de renda, que pessoas que tinham a renda acima do valor [exigido]. E a gente conseguiu, junto com a Defensoria Pública da União, nós provocamos o Ministério das Cidades, e o Ministério das Cidades autorizou que fosse considerada a renda em 2012, [e] não a

⁶⁴ Fonte: <http://www.trtsp.jus.br/tabprat-salario-minimo> (acessada em 03 de maio de 2018).

renda atual [de 2016]. Então, isso aí já conseguiu um alívio para cerca de 80 moradores e tal [que] estavam também excluídos.

[...]

Fabricio: Então foi o Ministério das Cidades que deu o último sinal, digamos assim?

Carlos: Foi. Que autorizou a Caixa a considerar a renda existente no momento da desocupação. [Por]Que aí você engloba 90%, 99%, das pessoas. Porque houve modificação na situação financeira de algumas pessoas de lá para cá. Houve modificação também no critério de renda. Quando foi instituído o Programa Minha Casa Minha Vida para essa faixa, estabelecia um valor de 3 salários mínimos, correspondente a 3 salários mínimos. Só que esse valor foi sendo corroído, e hoje você tem o valor equivalente a 2 salários-mínimos e pouco. Então, assim, se você considerasse ainda os 3 salários mínimos ampliaria o leque de pessoas que poderiam ser atingidas.

Fabricio: É. Parece que teve uma portaria que fixou o valor.

Carlos: É, justamente. O questionamento judicial era justamente esse, que essa portaria não poderia modificar a lei, em relação ao objetivo da lei. E ela [estava] desvirtuando [a lei], porque quando foi estabelecido correspondia a 3 salários mínimos e depois foi caindo só esse valor, e esse valor foi congelado.⁶⁵

Mesmo considerada uma vitória pela *coordenação*, nem todas(os) as(os) ex-moradoras(es) conseguiam deferir suas *pastas*, o que era expresso na existência de diversas *listas* no contexto, não apenas da prefeitura e da Caixa, mas também do *Movimento*. Elas classificavam as famílias de acordo com sua situação perante o processo, constituindo uma dimensão inserida e mobilizada por diversos atores sociais, impelindo-os(as) a tomar providências para se adequarem aos critérios do Programa.

2.3.3. A presença dos artefatos em campo: *listas, pastas e documentos*

Assim como os documentos e as *pastas*, as *listas* também eram artefatos que afetavam as formas nas quais as relações se desenrolavam durante o processo. Diante disso, é interessante notar como tais artefatos “atraem pessoas ao seu redor” (HULL, 2012b, p. 134 apud LOWENKRON & FERREIRA, 2014, p. 83, tradução minha), cabendo ao etnógrafo “compreender de qual maneira eles constituem, hierarquizam, separam e conectam pessoas” (LOWENKRON & FERREIRA, 2014, p. 83, tradução minha).

Essa dimensão, para além de sua materialidade, esteve presente em diversas situações. A presença de *listas* remonta à antiga ocupação, onde a *coordenação* mantinha uma com os nomes dos moradores. Essa mesma *lista* também foi utilizada como comparativo pela prefeitura na época em que houve a distribuição do Aluguel Social após a remoção. No entanto, os motivos

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2016.

pelos quais elas eram mobilizadas diferiam dependendo do contexto em que estavam inseridas, assim como pelos atores que as utilizavam, fosse pelo *Movimento* ou pelos agentes estatais de diversas instituições, como a prefeitura, a Caixa e as defensorias públicas.

Desde minha entrada em campo acompanhando as assembleias quinzenais do *Movimento*, as *listas* foram cada vez mais evidenciando sua importância nas ações dos(as) ex-moradores(as) do *Pinheirinho*. Um aspecto principal dessas é que, desde a primeira reunião que presenciei, já se falava em dar prioridade às pessoas que comparecessem com maior frequência às assembleias, dado que o número de pessoas que participavam delas era muito menor do que o das últimas, no final de 2016. Além disso, era colocada a possibilidade do bairro ser entregue por partes devido aos atrasos na obra, mesmo que a *coordenação lutasse*, principalmente nas reuniões de *Ponto de Controle*, para que as casas do *Pinheirinho dos Palmares* fossem todas entregues em um único dia.

Em todas as assembleias, portanto, um dos coordenadores do MUST sempre portava o chamado *livro preto*, onde eram anotados, ao final de cada reunião, os nomes e os *setores* onde as pessoas moravam no *Pinheirinho*. Essa prática adotada pelo *Movimento* começou a me chamar atenção quando as pessoas recorrentemente me perguntavam se eu estava anotando os nomes, em referência a essa *lista de presença*, por eu estar sempre fazendo anotações em um pequeno caderno, além de me verem como alguém próximo à *coordenação* por conversar bastante com os(as) coordenadores(as) naquele momento inicial da pesquisa. Provavelmente por esse mesmo motivo, não foram poucas as vezes que ex-moradores(as) pediram informações a mim, sendo que a maior parte desses pedidos, de maneira interessante, dizia respeito a documentos, *listas* e *pastas*. Assim, os meus próprios documentos também eram percebidos e influenciavam ações durante (e por causa de) o contexto⁶⁶, tal como na situação, descrita no capítulo introdutório, em que um homem queria olhar minhas anotações desse mesmo caderno.

Assim, com o aumento significativo do número de pessoas que compareciam às assembleias desde o início de 2016, o responsável pelo *livro preto* passou a anotar os nomes dos presentes antes mesmo da assembleia iniciar, formando uma grande fila conforme as pessoas chegavam ao local. Desse modo, na reunião em que os(as) ex-moradores(as) escolheram se, no *Pinheirinho dos Palmares*, permaneceriam ou não na mesma vizinhança de seu antigo *setor* da antiga ocupação, não houve a coleta dos nomes na *lista de presença*, já que a que recolheu as preferências de vizinhança a tornaria redundante. A percepção da importância dessa *lista* aumentou tanto ao longo da pesquisa que, nessa assembleia, ao tentar conversar com

⁶⁶ Esse argumento foi sugerido pelo Prof. Dr. Victor Hugo Kebbe.

o coordenador que sempre anotava os nomes dos presentes, fomos constantemente interrompidos por causa das pessoas que o viam com o *livro preto* em baixo do braço e perguntavam a ele se estava anotando os nomes, impossibilitando nossa conversa.

Nesse mesmo dia, também havia, desde antes da assembleia começar, uma mesa com duas *listas* nas mãos de duas coordenadoras, onde os ex-moradores faziam uma fila para saber em qual delas sua *pasta* se encontrava: se na *lista* de deferidos ou indeferidos. As reuniões eram sempre marcadas aos sábados às 15 horas, terminando usualmente pouco antes das 17 horas, mas, meia hora antes do horário combinado, já se formava uma extensa fila, durando até pouco mais das 18 horas, tornando-se a maior e mais demorada assembleia que presenciei.

Os casos mais complicados de serem resolvidos eram aqueles que constavam na *lista das 81* pessoas que já haviam sido contempladas com casa por algum programa habitacional, ou seja, apenas 4,6% das 1.750 famílias que moravam na antiga ocupação⁶⁷. O *Movimento* colocava essa situação, em termos gerais, como improvável de ser resolvida, mas alguns casos tinham chances de regularização: aqueles em que a pessoa ou família foi expulsa de sua casa obtida através de programa habitacional, culminando em sua entrada no *Pinheirinho* em determinado momento. O defensor público Carlos me narrou um caso que a DPESP auxiliava:

Carlos: A gente tem um caso aqui, [é] até um caso bem emblemático, que a pessoa saiu [de sua casa e] a prefeitura deu a casa para outra pessoa — passou a casa para outra pessoa — e a pessoa foi morar no *Pinheirinho*. Saiu porque estava ameaçada. Na verdade, era um terreno que ela ganhou no Campo dos Alemães, e, quando ela foi começar a construir, ela foi expulsa. Ela alega que tenha sido expulsa. Tem até registro de ocorrência da época. E, aí, a pessoa foi, construiu, não sei ... essa casa deve ter passado de mão em mão e a prefeitura, há pouco tempo, passou essa casa ... reconheceu a propriedade [em nome] de outra pessoa. E, aí, essa pessoa que ganhou a casa originalmente foi pro *Pinheirinho*. Foi morar lá e não pode mais adquirir nenhuma outra unidade [por meio de programas habitacionais], porque já foi contemplada por programa habitacional da prefeitura. Só que, oficialmente, ela não foi contemplada, porque não tem nada no nome dela. Só uma promessa de compra. Mas no registro imobiliário passou da prefeitura para esse novo dono. Então, a gente ingressou em juízo com esse argumento. Vamos ver. É difícil, mas vamos ver. É uma senhora idosa já. Não tem para onde ir. Vai cortar o Auxílio Aluguel e não vai ter para onde ir. O importante é que, no último *Ponto de Controle* que teve [agosto de 2016], ficou acertado que vai ter que ter uma solução para todo mundo, para essas pessoas também. Isso foi um avanço muito grande, eu acho. Porque, até então, não estava vislumbrando essa possibilidade. Agora tem essa possibilidade. O estado comprou a ideia. O Governo Federal também comprou a ideia. Diz que tem uma solução para todo mundo. Quem não vai ter atendimento habitacional vai ficar como? Como que vai fazer a promoção social dessas pessoas? Porque elas tinham casa. Mal ou bem, elas tinham casa lá dentro. Elas tinham lá. E agora? Vão ser jogadas na rua também? Mesmo que sejam 10 pessoas, 20 pessoas. Acho que tem 80 famílias, se não me

⁶⁷ Esse número veio a se tornar 78 ao longo do processo, por mais que o *Movimento* continuasse a se referir a essa *lista* pelo seu número inicial.

engano, nesse caso ainda, nessa situação. Não tenho certeza desse número. [Ao longo da conversa, ele acha sua anotação de que eram 78 famílias nessa situação].⁶⁸

Além das *listas* expostas acima, também mobilizadas pelo próprio *Movimento*, houve aquelas que estavam nas mãos de diversas instâncias estatais, gerando uma sucessão de mediações não apenas de atores sociais como também de artefatos. As convocações para assinatura das atas pela prefeitura, por exemplo, eram feitas através da *lista* de *pastas* habilitadas, que então seriam enviada à Caixa Econômica Federal, agente operacionalizador do PMCMV, para redação dos contratos. Os próprios critérios estabelecidos para aquisição das casas — que, em si, também é um documento (estatal) das regras impostas para que alguém pudesse vir a ser um(a) beneficiário(a) — constituem um reflexo direto das práticas de instituições estatais que constroem ações cotidianas (MUZZOPAPPA & VILLALTA, 2011), expressando-se nos diversos contornos que os(as) ex-moradores(as) necessitaram realizar para conseguirem o deferimento das *pastas*.

Uma fala interessante de Marrom em uma assembleia foi a de que as pessoas não perguntavam mais a ele sobre a situação da obra, mas se os documentos estavam em ordem para terem direito ao financiamento da casa. Essa fala sintetiza a centralidade dos problemas com documentos no processo de aquisição das residências.



Figura 6. Foto do primeiro dia da assinatura da ata convocada pela prefeitura, que permitia a redação do contrato pela Caixa. 03 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2016.

Desse modo, processos burocráticos desse tipo têm, em sua própria forma de operacionalização, modos de esquematização que “ignora[m] as sutilezas da existência social real e reduz[em] tudo a fórmulas mecânicas ou estatísticas pré-concebidas. [...] [É] sempre uma questão de simplificação” (GRAEBER, 2012, p. 119, tradução minha). Somado a isso, a importância da materialidade das *pastas*, assim como a constatação de seus nomes nas diversas *listas*, expressam o que existe ou não para o Estado: se não está documentado no arquivo, não existe para o Estado (GUPTA, 2012).

Esse aspecto burocrático foi demonstrado no relato da ex-moradora Renata, que, ao se dirigir à prefeitura para levar os documentos que faltavam para tornar sua *pasta* deferida, foi informada de que a mesma não constava no acervo. Mesmo tendo iniciado esse processo na primeira data convocada pela própria prefeitura, em maio de 2015, cerca de um ano antes do momento quando tomou conhecimento de seu desaparecimento, isso a obrigou a ficar mais de quatro horas no local para regularizá-la novamente.

Tais problemas também se relacionam com a maneira pela qual os documentos são “capazes de carregar, conter e incitar energias afetivas quando transacionados ou colocados em uso em determinadas redes de relações sociais” (NAVARO-YASHIN, 2007, p. 81, tradução minha). Até o momento da assinatura da ata da prefeitura, no início de junho de 2016, muitos dos interlocutores que entrevistei possuíam desconfianças se conseguiriam realmente obter a casa no *Pinheirinho dos Palmares*. Um deles ressaltou que, após as promessas de que permaneceriam no *Pinheirinho* e, repentinamente, serem desalojados das casas que eles mesmos construíram, seria natural tal receio. No entanto, após a assinatura da ata e, principalmente, do contrato do financiamento da casa, essa percepção de todo o processo de montagem da *pasta* de documentos se modificou devido à sensação de garantia que a assinatura de um documento estatal pôde trazer.



Figura 7. Foto do primeiro dia de assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal, dia 21 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

As relações com o Estado e suas instâncias, por outro lado, também ocorriam através de Marrom, principalmente após se filiar ao Partido dos Trabalhadores em 2013. Fazendo parte do partido que assumiu a gestão municipal naquele ano, Marrom passou a levar as pautas das famílias para dentro do Estado, além de se candidatar a vereador nas eleições de 2016. A *luta do Movimento*, desse modo, tomou novos contornos, que serão explorados a seguir.

2.4. O Estado, o Partido e a campanha eleitoral

A questão da autonomia dos novos movimentos sociais frente ao Estado é presente desde o período de sua efervescência nas décadas de 1970 e 1980. Com isso, houve uma dificuldade de compreensão sobre esses, que até então possuíam um discurso de autonomia de ação e sentido político contra o Estado, sendo esse “definido apenas como inimigo autoritário ou a mira contra o qual se movia a sociedade civil” (CARDOSO, 2008, p. 321). Diante disso, no processo de redemocratização política,

[...] ficou difícil entender o que estava acontecendo a partir do quadro anterior [de fechamento institucional do Estado devido à ditadura] porque ocorreu, na verdade, uma resposta por parte do Estado, não porque o Estado tenha ficado bonzinho, mas porque ele também havia se modificado. Assim, a questão do pluripartidarismo tornava-se fundamental para entender uma dinâmica interna dos movimentos com os partidos e também a abertura que ocorreu por parte das agências públicas. Isto se deu em lugares e momentos definidos no caso de algumas agências, levando para dentro delas a participação, criando e impondo a aceitação da ideia de conselhos como o modelo de participação, oriundo dos movimentos e responsável por uma enorme briga (CARDOSO, 1994, p. 86-87).

Por essa razão, como será demonstrado nos relatos etnográficos a seguir, o Estado será tratado aqui não como algo homogêneo, mas através de seus diversos agentes e instituições com distintas posições e modos de funcionamento que, por vezes, dariam a ele um caráter ambíguo. Aliado a isso, o pluripartidarismo citado se fez fundamental no contexto aqui descrito, visto que o *Movimento* se colocou não apenas como representante das famílias removidas do *Pinheirinho*, mas também como mediador de seus interesses, levando-os para dentro do Estado através da filiação de Marrom ao Partido dos Trabalhadores, que compunha a gestão municipal da época e pelo qual lançou sua candidatura a vereador em 2016.

Diante disso, pode-se pensar nas demandas por habitação dos movimentos sociais brasileiros atuais não apenas através de uma insuficiência das práticas do Estado, dada a longa *lista de espera* por moradia em programas habitacionais, mas também dos interesses que o permeia e que fazem com que segmentos da população sejam denominados como pertencentes às margens do Estado (ASAD, 2004; DAS & POOLE, 2004); ou seja, locais onde se pressupõe que o Estado ainda haveria de adentrar, sendo continuamente experimentado e incompleto através das ilegalidades de suas próprias práticas nesse espaço entre corpos, leis e disciplina (ASAD, 2004).

Argumento que as chamadas “margens do Estado”, a depender do contexto, podem ter suas pautas adentradas com relativa facilidade através de alianças parciais específicas entre os atores sociais envolvidos. Dessa perspectiva, o esforço etnográfico pretendido visa se distanciar da visão do Estado como “uma forma administrativa racionalizada de organização política que vem a ser enfraquecida ou menos totalmente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais” (DAS & POOLE, 2004, p. 3). Ao invés disso, almeja-se refletir sobre “como as práticas e políticas da vida dessas áreas moldam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem, de alguma forma, o que chamamos de Estado” (DAS & POOLE, 2004, p. 3).

Portanto, pretende-se adotar uma “abordagem antropológica para o estudo do Estado que enfatiza dois aspectos para clareza analítica: a) práticas cotidianas, e b) representações do Estado” (GUPTA, 2006, p. 5, tradução minha) pelos ex-moradores e *Movimento*. Isso permite uma análise das relações entre os ex-moradores, o MUST e os diversos setores do Estado, na medida em que se percebe que as fronteiras entre esses é, em si, um efeito de poder que esbarra em outras instituições sociais que são vividas pelas pessoas, como família, sociedade civil e economia (GUPTA, 2006), por exemplo.

As demandas do Estado se faziam presentes nas assembleias não apenas pelas exigências burocráticas tratadas neste capítulo, mas também pela requisição de informações das

próprias reuniões. A Caixa requeria à *coordenação* tanto a *lista de presença* das assembleias — tendo em vista privilegiar as famílias que mais compareciam a essas caso a obra fosse entregue por partes — como filmagens das votações que se referiam à forma que as casas seriam distribuídas no *Pinheirinho dos Palmares*. Exemplo disso foi a votação ocorrida na assembleia de 30 de janeiro de 2016 para definir se haveria replicação da antiga vizinhança da ocupação ou se as casas de cada *setor* seriam redistribuídas, por sorteio, nas *quadras* correspondentes. Embora a proposta de sorteio tenha sido a vencedora da votação, posteriormente houve a possibilidade dos(as) ex-moradores(as) trocarem de *setor* na citada assembleia de 14 de maio de 2016, além de poderem escolher especificamente o lote desejado em qualquer *quadra* que ainda houvesse casa disponível no dia da assinatura da ata da prefeitura, no dia 03 de junho de 2016, nos casos das famílias que não puderem comparecer a assembleia em que os *setores* foram escolhidos.

Para além disso, as relações do *Movimento* com o Estado se expressa principalmente nas ações e discursos de Marrom, visto que era a única pessoa do MUST que transitava entre ex-moradores(as) — além de ser um dos fundadores da antiga ocupação, sua companheira e sogra eram moradoras do *Pinheirinho* — e o Governo Municipal — por estar filiado ao partido que compunha a gestão da cidade na época, além de concorrer a vereador pelo mesmo partido em 2016.

Embora colocasse a si e o *Movimento* como autônomos, quando afirmava, por exemplo, que “Nós independemos de governos. Se é partido A, partido B, partido C. Nós queremos mostrar que tem problema [habitacional]. Sempre teve problema, e o movimento social tá aí para dar esse recado”⁶⁹, sua posição localizada entre as famílias e o Estado se fazia ambígua. Isso porque, por um lado, ele precisava garantir a legitimidade, própria e do *Movimento*, perante os(as) ex-moradores(as), e, por outro, mostrar ao partido que conseguiria obter votos para sua candidatura através de sua capacidade de mobilização social, em que o *Pinheirinho dos Palmares* constituía sua principal frente de atuação.

Prova disso foi o apoio e a recomendação de voto, em assembleia, a uma candidata vinculada ao PT à conselheira tutelar em outubro de 2015. Na época, a *coordenação* já falava de Marrom como pré-candidato a vereador para as eleições do ano seguinte, e o apoio a então candidata a uma das vagas no Conselho Tutelar foi colocado, pelo próprio *Movimento*, como um “termômetro” para o partido medir sua capacidade de mobilização. Após ela ter conseguido votos suficientes para garantir a vaga, ficando entre os(as) cinco mais votados(as), participou

⁶⁹ Transcrição retirada da entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

ativamente na campanha de Marrom junto com seu marido, bastante presente nas assembleias do *Campão*, utilizando os equipamentos sonoros de seu veículo para tocar o *jingle* da campanha pelos bairros da cidade, além de ter colocado adesivos com o número e nome de candidatura de Marrom do *Pinheirinho* no mesmo.

Assim, a campanha de Marrom contou com apoio principalmente da *coordenação*, mas também de vários(as) ex-moradores(as) e pessoas ligadas ao partido pelo qual ele concorria à vaga de vereador. Durante as assembleias, outros coordenadores reforçavam a candidatura de Marrom como aquele que não apenas defendia os interesses dos pobres, mas também como quem conseguiu fazer a articulação para que o conjunto habitacional fosse possível. A campanha política de Marrom possuía, em sua maioria, promessas associadas a questões de moradia urbana, mas também aos trabalhadores informais, micros e pequenos empresários e o *Pinheirinho dos Palmares* especificamente:

NPJ: 51620029/0001-07 COLIGAÇÃO: PT, PP, PSDC, PSD, PRP, PDT, PPS, PCDOB, SD E PRTB COLIGAÇÃO PROPORCIONAL: NOVO TEMPO - PT GRÁFICA CNP: 07351093/0001-48 TIRAGEM 5.000 un.

para vereadores

MARROM
do Pinheirinho

13617

13
CARLINHOS

Compromissos para uma cidade moderna, humana e inclusiva

- ★ Nosso mandato defenderá a ampliação dos programas habitacionais em São José dos Campos.
- ★ Vamos apresentar projeto de lei que isenta moradias populares de IPTU.
- ★ Fiscalizaremos o executivo no cumprimento do Artigo 6º da Constituição Federal que estabelece os direitos sociais como dever do estado para com a população.
- ★ Apresentaremos projetos de inclusão social nas áreas de cultura, esporte e lazer.
- ★ Defenderemos a regulamentação dos ambulantes e a criação de políticas para os trabalhadores da economia informal
- ★ Apresentaremos projeto de lei de incentivos fiscais para gerar empregos e oportunidades ao pequeno e micro empresário.
- ★ Vamos apresentar de lei para a criação do bilete único do desempregado, aquele que comprovar que está desempregado, terá transporte gratuito por até 90 dias.
- ★ Na câmara, vamos defender a revisão do plano diretor do município, visando o desenvolvimento urbano e econômico dos bairros mais carentes.
- ★ Apresentar projeto de Lei que democratize e desburocratiza a construção de moradias.
- ★ Nosso mandato trabalhará incansavelmente pela regularização de loteamento irregulares.
- ★ Lutaremos pela construção da ponte de ligação dos Bairros, Campo dos Alemães, Bosque dos Eucaliptos via Avenida dos Evangélicos.
- ★ Lutaremos pela construção de escola, creche e posto de saúde no Novo Bairro Pinheirinho dos Palmares.
- ★ Lutaremos pela duplicação da Avenida Rodolfo Castelli, na região do Putim.
- ★ Lutaremos pela implantação de Iluminação de Led em todo o município para aumentar a segurança pública e qualidade de vida.

Figura 8. Panfleto com as promessas de campanha de Marrom do Pinheirinho nas eleições a vereador de 2016.

Em sua campanha, Marrom possuía apoio explícito por parte do prefeito Carlinhos, bem como de outros personagens políticos locais (como o ex-secretário de desenvolvimento social) ou de outros movimentos sociais tidos como aliados (como o MTST), como mostra um dos

panfletos distribuídos em assembleia pela *coordenação*⁷⁰. A colocação de Marrom como principal articulador para a viabilização do *Pinheirinho dos Palmares* veio até mesmo do então prefeito Carlinhos:



Figura 9. Detalhe do verso do panfleto de campanha de Marrom do *Pinheirinho* ao cargo de vereador em 2016.

Embora eu não tenha participado da campanha de Marrom, parte dela se fez presente nas assembleias e em outros eventos convocados pelo *Movimento*, como na chamada dos ex-moradores para uma “atividade” que contaria com a presença de Carlinhos e outros políticos da cidade, bem como coordenadores(as) do *Movimento*, no dia 12 de agosto de 2016. A atividade era basicamente um comício do Partido dos Trabalhadores, contendo falas de coordenadores(as) do MUST e políticos do partido, incluindo Marrom, Carlinhos Almeida e Amélia Naomi. Em geral, os temas percorriam um balanço geral, sempre colocado positivamente, daquele governo que se iniciara em 2013, bem como críticas aos dezesseis anos do governo do PSDB, citado apenas como “o outro governo” ou “o governo anterior”.

⁷⁰ O verso completo do panfleto de Marrom se encontra no Anexo 4.



Figura 10. Comício do Partido dos Trabalhadores realizado no dia 12 de junho de 2016 no *Campão*. Autor: Fabricio Barretti.

Diante disso, percebe-se que

Se o Estado opera aglutinando e segregando as classes populares, as organizações de base, apesar de seu isolamento, também conseguem, em certos momentos, conjugar ações. Nestes momentos de união, manifesta-se nitidamente o lado expressivo das campanhas políticas, cujo objetivo é expor, usando o máximo de recursos simbólicos, a exclusão das camadas populares criando, pelo menos, a ilusão de sua unidade. Seu outro lado é reivindicativo e prático, e se define pela negociação. Nela, às vezes ganham e às vezes perdem, mas, até agora, não tiveram força para provocar uma inflexão nos objetivos das políticas governamentais. (CARDOSO, 2008, p. 342)

Embora a aliança com o governo fosse explícita, o *Movimento* sempre se colocava como um grupo autônomo, tornando sua posição ambígua no espaço de mediação e representação que ocupava. No entanto, a autonomia defendida não fazia parte apenas dos discursos, mas também das ações coletivas que o MUST convocava. Nelas, ao mesmo tempo que alguns setores do Estado eram considerados aliados de longa data, como as defensorias públicas, outros, embora também considerados parcialmente como tal, poderiam ser alvos de protesto ao demandarem maior agilidade frente aos diversos atrasos que já haviam ocorrido com a obra.

Exemplo disso foi o ato do dia 22 de janeiro de 2016, que relembrava os quatro anos desde a remoção do *Pinheirinho*. Assim como a maioria dos protestos que ocorrem na cidade, o ato se iniciou na Praça Afonso Pena, e teve como destino a Sabesp e a EDP Bandeirante, a fim de cobrar maior rapidez na entrega de suas atribuições no *Pinheirinho dos Palmares*, visto

que se encontravam atrasadas. Embora a segunda seja uma empresa privada, a primeira tem como acionista majoritário da concessão o Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Fazenda. Em ambos os destinos do protesto, Marrom adentrou as instalações para que uma data concreta fosse firmada para entrega de suas responsabilidades, mesmo que, posteriormente, mais atrasos ocorreram. Ao sair, Marrom repassava o resultado da negociação para os(as) ex-moradores(as), que fechavam a rua em frente às respectivas sedes.



Figura 11. Marrom (de camisa listrada, boné preto, erguendo o braço direito) discursando ao sair de uma reunião com funcionários da Sabesp durante o ato do dia 22 de janeiro de 2012 para cobrança por maior agilidade na entrega de sua parte na obra do *Pinheirinho dos Palmares*. Autor: Fabricio Barretti.

No entanto, o ato mais significativo no que diz respeito a essa certa ambiguidade do MUST em relação ao Estado se deu nos dias 14 e 15 de dezembro de 2016, quando o *Movimento* convocou os(as) ex-moradores(as) a fechar as duas entradas do Paço Municipal. Enquanto os portões eram bloqueados, Marrom estava com o secretário de habitação Marco Aurélio na Defensoria Pública da União para conseguirem a assinatura de um termo de compromisso a fim de que os(as) ex-moradores(as) recebessem as chaves das casas mesmo antes do término das obras de infraestruturas, comprometendo-se a não ocupar até tal momento.



Figura 12. Segundo dia de bloqueio da entrada do Paço Municipal, dia 15 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

A pressão para que as casas fossem entregues ainda em 2016 ia além do atraso de um ano e três meses da data inicial estipulada: o candidato do PSDB, Felício Ramuth, havia ganhado as eleições a prefeito naquele ano, causando, no *Movimento*, receio de que a entrega do *Pinheirinho dos Palmares* pudesse ficar comprometida, visto que havia sido no governo desse partido que a reintegração de posse ocorreu com apoio do então prefeito Eduardo Cury.

Mesmo que os(as) ex-moradores(as) não tivessem feito vigília de um dia para o outro, muitos deles estavam na frente da prefeitura desde cedo, por mais que os portões estivessem fechados durante praticamente o dia todo sob o olhar da Guarda Municipal por trás da porta de vidro do Paço Municipal, a uns vinte metros do portão de ferro que dava para a calçada. Já eram quase nove horas da noite quando Marrom chegou com o secretário de habitação e seu assessor em tamanha euforia, que o último se aproximou dando um chute no caderno preto usado para anotações sobre os assuntos do *Pinheirinho dos Palmares*, indicando que finalmente o momento de espera estava por acabar.

Marrom, então, reuniu todos em volta da caminhonete de um ex-morador, geralmente usada nas assembleias do *Campão*, subiu na caçamba da mesma, e anunciou que a data da entrega das chaves estava oficializada: dia 22 de dezembro de 2016, ou seja, quatro anos e onze meses após a destruição do *Pinheirinho*. Quando esse dia chegasse, continuava Marrom

enquanto coordenadores soltavam rojões, todos ali poderiam bater no peito e dizer “Essa casa é minha!”. O entusiasmo dos(as) ex-moradores(as) foi tamanha que adaptaram o usual grito “A-ha! U-hu! O *Pinheirinho* é nosso!” trocando o nome da antiga ocupação pelo de Marrom, bem como “O *Pinheirinho* voltou!”, remetendo ao clássico grito usado por torcidas de futebol. Esse foi o primeiro momento em que vi os(as) ex-moradores(as) se emocionando em lágrimas por perceberem que o sonho da casa própria estava muito próximo de se tornar realidade.



Figura 13. Faixa colocada por um ex-morador em cima do portão de ferro durante a ocupação da entrada do Paço Municipal. Autor: Fabricio Barretti.

Capítulo 3:

Memória, casa e deslocamentos

No ato convocado pelo MUST no dia 22 de janeiro de 2016, a fim de relembrar a cidade os quatro anos desde a remoção do *Pinheirinho*, Willian, um dos representantes da Ocupação Vila Soma (Sumaré – SP), eleito vereador de Sumaré pelo PT naquele ano, foi convidado para conhecer o *Movimento* e visitar a obra do *Pinheirinho dos Palmares*. Pouco mais de uma semana antes, no dia 13 de janeiro, a Vila Soma havia conseguido uma liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendia a reintegração de posse do terreno ocupado. Em seu deferimento, Ricardo Lewandowski, então presidente do STF, citou a remoção do *Pinheirinho* como exemplo de que poderia haver risco de conflito social. Após Willian discursar no microfone da *coordenação* no ato, ele retribuiu o convite para que o MUST fosse visitar a Vila Soma. A data foi estipulada para o dia 14 de fevereiro de 2016, e o *Movimento* me convidou para ir à ocupação através de uma van alugada, dividindo os custos com os(as) coordenadores(as) que iriam.

Ficou combinado da van sair do *Campão* às seis horas da manhã, e, às 5:50 da manhã, já estavam presentes diversos(as) coordenadores(as), bem como o filho e irmão de Marrom e a irmã e mãe de sua companheira. Esperamos pelo atraso de Rodolfo, responsável por produzir as imagens e vídeos que o *Movimento* utilizava em suas postagens nas redes sociais. Embora tenha morado por um breve período no *Pinheirinho*, ele não fazia parte da *coordenação*, mesmo que fosse muito próximo a ela, acompanhando a maioria das assembleias e dos eventos convocados pelo MUST.

A van saiu por volta das seis e meia da manhã, e, ao longo da viagem, várias brincadeiras foram feitas entre os membros da *coordenação*, como tirar fotos de quem estava dormindo, incluindo a mim. Chegamos por volta das oito horas e meia em uma lanchonete à beira da Rodovia Anhanguera, onde nos encontramos com Liam, rapaz que colaborava com o movimento, mesmo que não morasse na ocupação; era ele quem iria nos mostrar o caminho para chegarmos à Vila Soma.

Logo na entrada, já se via uma placa vermelha dizendo que aquela era uma ocupação do MTST, possuindo seu logo estampado. Entrando na avenida principal, chamada de Avenida Soma, vimos alguns postes de concreto e guias de calçada construídos pela Soma Equipamentos Industriais Ltda. antes de entrar em falência, como explicado pelos coordenadores da ocupação. Esse tipo de infraestrutura, no entanto, é apenas presente em parte dessa avenida, que, aliás, é a única entrada de carro para a ocupação.

O motorista da nossa van estacionou ao lado de um antigo prédio, usado atualmente como sede da coordenação do movimento, onde ocorria uma reunião com assistentes sociais

para realizar uma atualização do cadastro dos moradores da Vila Soma, já que havia negociações em andamento com a prefeitura para que os moradores de lá viessem a financiar apartamentos por meio de programas habitacionais. Willian, principal liderança e figura do movimento⁷¹, nos recebeu calorosamente, pedindo que aguardássemos o término da reunião com os(as) assistentes sociais para que pudéssemos ser introduzidos e tomarmos o café da manhã.

Diversas pessoas estavam nesse local, fossem de coletivos, como o Levante Popular, ou de voluntários, como médicos e veterinários, que estavam presentes no dia para combater focos de mosquito da Dengue. Willian nos apresentou a todas elas como o “pessoal do *Pinheirinho*”, fazendo uma fala enérgica em respeito à ocupação removida e à influência que eles tiveram na *luta* deles, passando a palavra para Marrom logo em seguida, que parabenizou a Vila Soma, agradecendo pelo fato do *Pinheirinho* ter ajudado outros movimentos sociais no Brasil.

⁷¹ Embora fosse ele quem representasse a ocupação perante a mídia, havia mais três coordenadores gerais da ocupação. Willian, no entanto, morava em outra comunidade de Sumaré, segundo ele.



COMBATE AO DENGUE



“...SE ELES LÁ NÃO FAZEM NADA, FAREMOS TUDO DAQUI...”

VAMOS JUNTOS NESTE DOMINGO 14 DE FEVEREIRO, A PARTIR DAS 08 DA MANHÃ, DESTRUIR OS FOCOS DO MOSQUITO Aedes Aegypti. RECOLHEREMOS TODOS OS RECICLÁVEIS DE SUA CASA. COLABORE!!! O FORMIGUEIRO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

COORDENAÇÃO VILA SOMA

EDSON GORDIANO DA SILVA; RICARDO MENDES TOMAZ e ANTONIO CARLOS DE SOUZA

APOIO: SindiMed, Fórum Popular de Saúde; Rede Nacional de Médicos e Médicos Populares.

Figura 14. Panfleto distribuído aos moradores da Vila Soma sobre a campanha contra a dengue.

Tomamos rapidamente o café da manhã, sempre com a insistência de Willian para que comêssemos mais, afirmando que aquilo tudo havia sido feito especialmente para a gente. Logo em seguida, Willian e Liam nos guiaram por parte da ocupação, momento em que os coordenadores analisavam diversas semelhanças com o antigo *Pinheirinho*: “Olha só, aqui é [como se fosse] o *setor H*”. Comentários como esse foram muito recorrentes durante todo o percurso que fizemos, pelo qual encontramos um rapaz carregando seu filho recém-nascido pela rua, com um cobertor para protegê-lo do sol. Willian o saudou e nos disse que ele era um cantor

de funk da ocupação, com música sobre a Vila Soma, atraindo a atenção dos(as) coordenadores(as) do MUST, que até mesmo tiraram fotos do rapaz e de seu filho.

Andamos por mais de uma hora até voltarmos à casa onde tomamos o café da manhã. Ficamos ali por perto do galpão de reuniões, conversando com diversas pessoas que apoiavam a Vila Soma, como o advogado que defendia os moradores no processo de reintegração de posse.



Figura 15. Ocupação Vila Soma (Sumaré - SP). Autor: Fabricio Barretti.

Enquanto aguardávamos o almoço, dois coordenadores do *Pinheirinho* e eu descemos à mercearia que ficava logo abaixo da sede da coordenação da Vila Soma, onde compramos algumas latas de cerveja e começamos a conversar. Ambos estavam em um momento de nostalgia, lembrando diversos momentos do *Pinheirinho* que a Vila Soma os fazia recordarem. Algumas dessas lembranças consistiam em algumas brigas que ocorreram no começo da ocupação por causa dos fios de energia elétrica da vizinhança, visto que era comum a divisão dos custos para a compra de fios elétricos, com o propósito de puxar as fiações dos postes da avenida para possuírem energia elétrica em suas casas no *Pinheirinho*. Porém, vizinhos que não contribuíram financeiramente na aquisição dos fios que levavam a rede elétrica até seu *setor* começaram a puxar a energia desses, e a *coordenação* era acionada para mediar uma resolução do conflito diante de casos como esse.

Logo após essa conversa, Marrom e outro coordenador do *Pinheirinho* desceram com um coordenador geral da Vila Soma para se juntarem a nós. Eles narraram diversos eventos

que, analogamente, aconteceram em ambas as ocupações, principalmente em relação a confrontos com a Polícia Militar. O coordenador da Vila Soma falava da vantagem da ocupação ter apenas uma entrada de carro, pois uma pessoa era designada para soltar rojão ao céu caso houvesse uma movimentação policial maior do que a normal, visto que, no dia de nossa visita, uma viatura fazia ronda na ocupação.



Figura 16. Presença da Polícia Militar na Vila Soma durante a visita no dia 14 de fevereiro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

Dessa forma, a visita à Vila Soma, além de reforçar a aliança com o MUST, também trouxe aos(as) coordenadores(as) lembranças do *Pinheirinho* ao caminhar pelas ruas e casas construídas pelos seus moradores. A recordação da remoção também veio à tona quando conversavam sobre a polícia, além do desejo de que a ocupação não sofresse um deslocamento forçado tal qual foi submetido o *Pinheirinho*. Com isso, Willian falava abertamente da influência do *Pinheirinho* àquela ocupação; na própria sede da coordenação da Vila Soma, eram guardados alguns escudos feitos de tambores de plásticos, inspirados naqueles usados pela *Tropa de Elite*, grupo de resistência articulado diante da ação da Polícia Militar na remoção.

Essa dimensão que o *Pinheirinho* tomou é creditada, por defensores públicos, coordenação e as famílias removidas, à violenta desocupação sofrida. Alguns elementos corroboram para tal formulação. Em primeiro lugar, a operação de remoção da antiga ocupação foi executada sem que houvesse um planejamento para além do deslocamento forçado das famílias aos abrigos temporários improvisados pela prefeitura, onde várias delas permaneceram

por até 50 dias⁷². Aliado a isso, o Aluguel Social somente foi anunciado dois dias após a desocupação, mesmo dia em que o Governo Federal mencionou a possibilidade de expansão do Programa Minha Casa Minha Vida para atender os moradores removidos, através de uma proposta encaminhada pelo então senador Eduardo Suplicy (PT-SP)⁷³ à Advocacia-Geral da União (AGU)⁷⁴. Dois dias depois (26 de janeiro de 2012), o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) também anunciou a possibilidade de moradias aos removidos do *Pinheirinho*⁷⁵.

Assim, o fato de que os anúncios sobre o Aluguel Social e a menção de possibilidade de construção de moradia por meio de programas habitacionais só ocorreram após a desocupação indica que a operação de remoção repercutiu, na imprensa nacional e internacional, de uma maneira inesperada, proporcionando uma dimensão ao *Pinheirinho* que não se tinha até o momento de sua demolição e repressão às suas famílias. A frase “O *Pinheirinho* tem simbolismo especial”, dita pelo então secretário de habitação Marco Aurélio (PT) na assembleia de 11 de abril de 2015 exemplifica essa dimensão adquirida, ao falar dos esforços da prefeitura para a conclusão da obra.

A partir disso, a memória da antiga ocupação passou a ser constantemente mobilizada, tanto pelo *Movimento* quanto pelo(as) ex-moradores(as), através da narrativa do *Pinheirinho* como uma ocupação que fez história não apenas na cidade como também no país, como se nota nas falas do ex-morador Edmundo em entrevista, ao falar do preconceito em relação aos moradores do *Pinheirinho* bem como o orgulho de ter participado da ocupação:

Edmundo: Ah, nós fizemos história, né? Vou morrer e meus netos vão contar. Os meus bisnetos vão contar. As escolas hoje já estão contando basicamente. Já se tornou parte do currículo escolar. Então, tem todas essas coisas aí. Entrou para história. Não tem como fugir. Se foi bom ou se foi ruim, entrou. E houve um movimento social, houve o programa habitacional que não existia. Então, houve muita coisa. Muita coisa aconteceu. Mudou muita coisa. [...] Tá na história. Foi um acampamento que deu certo, que provou que dá certo. Tanto é que foi considerado o maior acampamento da América Latina, né? E foi conhecido mundialmente também. Então acho que, resumindo a história do *Pinheirinho*, que é mais ou menos por aí. E se a gente for falar em termos de habitação em São José, estão acontecendo algumas coisas. Estão realmente acontecendo, mas acontece que demorou 40 anos praticamente para acontecer. Então, tem duas histórias habitacionais, né? Tem a história habitacional antes do *Pinheirinho* e a história habitacional depois do *Pinheirinho*, que as coisas

⁷² Fonte: <http://www2.ovale.com.br/estado-prorroga-aluguel-social-para-familias-do-pinheirinho-1.291562> (acessada em 09 de abril de 2018).

⁷³ Eduardo Suplicy já buscava uma solução para que o Governo Federal comprasse o terreno do *Pinheirinho* para regularizá-lo e, assim, evitar uma desocupação. De acordo com coordenadores(as) e ex-moradores(as), ele esteve presente na antiga ocupação algumas vezes, sendo a última visita a poucos dias da ação de remoção.

⁷⁴ Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/governo-de-sp-anuncia-aluguel-social-aos-moradores-do-pinheirinho.html> (acessada em 09 de abril de 2018).

⁷⁵ Fonte: <http://www.valor.com.br/politica/2506002/alckmin-anuncia-moradias-para-familias-do-pinheirinho> (acessada em 09 de abril de 2018).

começaram a acontecer depois que aconteceu o *Pinheirinho*, mas, até então, não se falava aí em programas de habitacionais em São José.⁷⁶

Anderson também possui uma narrativa que caminha no mesmo sentido, acrescido ao emprego da metáfora do renascimento da antiga ocupação no *Pinheirinho dos Palmares*.

Anderson: [...] E a história do *Pinheirinho*, cara, ela vai longe, porque ela está renascendo das cinzas. Então, o que eu acho de lá ... Tudo que a gente começar lá dentro [no *Pinheirinho dos Palmares*] vai prosperar. Porque vai começar de um lugar que não tem nada. E outra coisa: vai ter uma história tão bonita, porque a hora que a gente mudar para lá, o que vai vir de gente de fora para querer fazer alguma coisa ali. [Claro,] Vai ter gente querendo fazer um comentário [negativo], alguma coisa. Tem que fazer um livro, alguma coisa. Vai ter muita gente ali para fazer isso [ininteligível]. Então, a minha ideia é montar alguma coisa para ficar na história. Essa que é a minha ideia, se Deus quiser.

Fabricio: Entrar na história junto com o *Pinheirinho*.

Anderson: Junto com o *Pinheirinho*! Porque eu faço parte, né? Então, eu quero fazer parte e quero continuar ajudar o *Pinheirinho* crescer para [que] as crianças que estão começando agora não passem o que eu passei, cara, porque é difícil.⁷⁷

A ideia de “ter que fazer um livro, alguma coisa” mostra a importância da própria manutenção da memória do *Pinheirinho* através de certos tipos de documentos. Incluem-se também os diversos trabalhos feitos acerca da ocupação, além de outros formatos como filmes e documentários, que contribuem para a continuidade de sua história, motivo pelo qual a presença de pesquisadores era bem-vinda desde o *Pinheirinho*, ao passo que a de jornalistas da mídia local, em especial a afiliada da Rede Globo, era sempre posta sob suspeita devido às diversas matérias que buscavam deslegitimar sua mobilização social.

Dessa maneira, a memória da antiga ocupação se fez importante tanto na imaginação do então futuro bairro como nas ações incitadas por ela em projeção ao *Pinheirinho dos Palmares*, como visto na fala de Anderson ao resgatar o passado para se referir a um futuro desejado, o “renascer das cinzas”. Nesse sentido, Carsten (2007) indica que as memórias

Apontam para a miríade de articulações – de temporalidade, biografia pessoal, ligação familiar, e processos políticos – que são manifestadas em disposições subjetivas ao passado, e na imaginação de possíveis futuros. Elas sugerem, também, algumas formas e temas comuns que se repetem cruzando diversas localizações geográficas e contextos sociais que são emaranhados através dos ensaios que seguem: passados interrompidos por migração, trauma pessoal, ou agitação política (pp. 1-2, tradução minha).

A remoção do *Pinheirinho*, ao interromper o dia a dia vivido na ocupação, obrigou as famílias a reorganizarem o seu cotidiano diante da nova situação imposta a elas. Para além

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 24 de maio de 2016.

⁷⁷ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

disso, dado que a remoção foi vivenciada por milhares de pessoas, a memória toma contornos coletivos, visto que

Ela [a memória individual] não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também (HALBWACHS, 1990, p. 54).

No mesmo sentido, Pollak (1992) coloca que laços de solidariedade e coerência entre os indivíduos que pertencem a um mesmo contexto permite a construção de narrativas comuns diante de uma coletividade: é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (p. 204). Jimeno (2011) ressalta a importância da mobilização da memória perante ações do Estado para a própria coletividade:

Dessa maneira, a importância de se levar em conta a memória dos deslocados pelo Estado se demonstra nas mobilizações discursivas presentes nas narrativas das interlocutoras e interlocutores – e do movimento –, já que a “etnografia da memória não se limita a [apenas] uma interpretação do passado, mas que é capaz de ilustrar sobre os usos da memória na reconstrução pessoal e na produção de referências cognitivo-emocionais e políticos” (p. 51, tradução minha).

Em uma comunidade como a do *Pinheirinho*, constituída por aproximadamente seis mil pessoas, a construção da memória possui uma relação íntima com o acontecimento da *invasão* da polícia, evento que é sempre resgatado como um momento de suspensão da ordem cotidiana a que os moradores estavam habituados, quando “surge a necessidade social específica para o uso da memória” na medida em que “o passado se reconstrói em função do presente, dos anseios, esperanças, desejos ou ódios de quem recorrem a ela” (JIMENO, 2011, p. 44, tradução minha).

Essa reconstrução se deu tanto pela própria existência das assembleias no pós-*Pinheirinho* como nos atos convocados pelo MUST, como o dia 22 de janeiro de 2016, que recordava os quatro anos desde a remoção, ou mesmo no desfile do dia 07 de setembro de 2015 no centro de São José dos Campos. Nesse último, além do uso dos escudos e capacetes que lembravam o grupo organizado para resistir à ação policial na remoção, também foram expostas maquetes com casas feitas por crianças das famílias, a fim de demandar o término da obra do

bairro. Assim, a memória foi posta no processo em questão resgatando o passado para uma demanda futura: a construção do *Pinheirinho dos Palmares*.



Figura 17. Ato durante o desfile de 07 de setembro de 2015 no Centro de São José dos Campos. Foto compartilhada pelo MUST. Autor desconhecido.

Diante disso, nota-se que a noção de casa se associa tanto à *luta* política quanto à memória da antiga ocupação ao ser representada, no ato, através das maquetes, fazendo-se importante no contexto analisado, e será abordada a seguir.



Figura 18. Foto do ato do dia 22 de janeiro de 2016 no Centro de São José dos Campos, relembrando os quatro anos desde a remoção do *Pinheirinho*. Autor: Fabricio Barretti.

3.1. A casa e a memória da antiga ocupação

Como explicitado no início desta dissertação, a noção de casa possui um importante papel no contexto, figurando como objetivo a ser alcançado através da *luta*. Como aponta Machado (2010), “o tema da *casa*⁷⁸ é mais explorado no terreno das alteridades étnicas (como populações indígenas e negras) do que no das alteridades de “classe” (p. 11-12, grifos do autor). Caminhando por esse segundo terreno, a noção de casa abordada nesta dissertação se dá a partir do processo de *luta* política que visava sua obtenção, ou seja, não como residência em que se mora, mas sim como uma projeção da residência *lutada* para morar. Desse modo, a casa não será pensada aqui nos termos propostos por Lévi-Strauss, em que é,

Em primeiro lugar, uma pessoa moral; em seguida, detentora de um domínio constituído por bens materiais e imateriais; e que, enfim, se perpetua, ao transmitir seu nome, sua fortuna e seus títulos em linha direta ou fictícia, considerada legítima com uma única condição – que essa continuidade possa se exprimir na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maior parte das vezes, das duas juntas (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 23).

Embora uma análise através dessa ótica lévi-straussiana não fosse impossível, a noção de casa me foi apresentada privilegiando outros aspectos. Diante disso, percorro outro caminho ao acompanhar a proposta de Carsten & Hugh-Jones (1995), em que trazer a casa para a análise

⁷⁸ O uso do itálico pelo autor se refere ao conceito de Lévi-Strauss (1986, 1999) em que a casa é colocada “como uma entidade centralizadora de relações de um casal” (MACHADO, 2010, p.10).

permite relacionar aspectos antes ignorados ou abordados isoladamente pela Antropologia, como, por exemplo, ao tratar dos aspectos arquitetônicos através de sua importância social na vida e no pensamento, tendo em vista o contexto urbano de déficit de moradia. Assim, argumento que a noção de casa convergia outros elementos para si, tais como a tipologia e arquitetura da moradia, que se associavam tanto aos planos de reformas a fim de hospedar parentes quanto, principalmente, à questão do trabalho, renda familiar e a ideia de estabilidade financeira e de vida, além da percepção acerca da vizinhança, suas relações e acesso a serviços públicos. Como será visto, esse argumento extrapola esta seção e se faz presente também na próxima, ao tratar dos diversos deslocamentos em que a casa era implicada.

Assim, no contexto de pós-remoção aqui analisado, a noção de casa evidenciou sua dimensão e importância no rompimento do MUST com o PSTU, ao ser colocada, pelo primeiro, como uma escolha dos(as) ex-moradores(as) entre a construção de apartamentos ou casas. Ao passo que o partido defendia a primeira forma, o *Movimento* propunha que a *luta* se voltasse para garantir a segunda, como descreve Pedro, um dos coordenadores que entrevistei:

Pedro: Ninguém queria apartamento. Nós queríamos casa térrea mesmo, igual onde nós morávamos mesmo. Porque foi uma briga, um dos maiores motivos, depois da reintegração e pós-reintegração, [d]a briga entre o PSTU e o *Movimento*. O *Movimento* não concordava com o prédio, né?⁷⁹

Diante disso, as famílias optaram por seguir na *luta* para recuperar aquilo que havia sido destruído na reintegração de posse, como narra a ex-moradora Cristina:

Cristina: Aí oferecia para gente predinho, apartamento pequeno. A gente batia na tecla que não queria apartamento. A gente não morava em apartamento, a gente morava em casa! Então, não era justo. Como [por exemplo] a reunião que a gente teve com o Carlinhos, última reunião que a gente teve com o Carlinhos. A gente falou para ele: “Carlinhos, você acha que é justo? A gente lá tinha casa, tinha criação [de pequenos animais], tinha quintal. Você, no nosso lugar, você ia querer morar num apartamento de tantos metros quadrados?”⁸⁰

A proposta de construção de casas havia sido aceita por Carlinhos, que apresentou uma segunda, consistindo na construção do conjunto habitacional com casas geminadas. Novamente, entretanto, o modelo de construção no *Pinheirinho* foi resgatado, reiterando que as futuras casas deveriam seguir a mesma forma dos terrenos da antiga ocupação, ou seja, com casas individualizadas, que forneceriam mais privacidade às famílias. Além do mais, na antiga ocupação, dispor de um terreno maior as permitia plantarem alimentos e criar pequenos animais

⁷⁹ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

⁸⁰ Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2014 na casa alugada com seu companheiro na região Sul de São José dos Campos.

para consumo próprio ou que poderiam ser vendidos, doados ou trocados com os vizinhos, como exemplifica Cristina, Francisco e Paula:

Paula: Perdi minha bananeira, perdi minha casa, perdi meu homem, perdi a casa do meu cachorro também, carregaram [risos].

Francisco: Perdi abacate. Tinham três pés de abacate lá. Tinham as bananeiras, acerola. Tirei uma acerola. A primeira safra tirei uma só! Aí ficou lá.

Cristina: Tinham 26 touceiras de bananeira. Bananeira, não era? Dois pés de jaca que estavam quase brotando.

Francisco: Amaral tinha 10 pés de tudo, né, Paula?

Paula: Tinha pé de maçã. Tinha de tudo lá. Tinha o jardim de flor. Ainda não vi a flor!

[...]

Cristina: Lá a gente tinha batata plantada. Ela tinha no quintal dela, eu tinha no meu: plantação de batata, mandioca, tinha couve, tinha minha alface, meu coentro, sabe? Minha hortinha chegava no fundo do quintal. Pegava umas coisinhas que eu queria, tacava no fogo. Tinha tomate, pé de abóbora. Tinha abóbora, tanta abóbora. [Se] A gente queria comer uma batata, era só vir no quintal, arrancava e tacava no fogo. Tinha janta, tinha café da manhã. Queria comer uma mandioca? Hoje a gente paga 3 contos num quilo de mandioca. [No *Pinheirinho*,] Era só ir lá no quintal arrancar um pé de mandioca. Dava 2, 3, 4, 5 quilos de mandioca. Ó, eu arrancava, eu dividia para mim, para o meu filho e ainda dava para minha vizinha. Toda vez que eu arrancava, dividia. Às vezes pegava para minha irmã, [por]que sozinha a gente não dava conta. Que era uma mandioca grande, bonita. Tinha janta, tinha para fazer o bolo. Sem precisar ficar gastando dinheiro toda hora para comprar um quilinho de alguma coisa. Muita coisa a gente plantava.

Francisco: Galinha ...

Cristina: Tinha feijão. Feijão tinha, viu? Era tudo feijão-de-corda.⁸¹

Naquela altura da negociação, porém, as casas geminadas ainda constavam como o modelo a ser construído quando a então presidenta Dilma Rousseff (PT) assinou, no dia 25 de março de 2014 em São José dos Campos, a ordem de serviço que permitia o início da obra do conjunto habitacional *Pinheirinho dos Palmares II* através do Programa Minha Casa Minha Vida, dedicado exclusivamente aos ex-moradores da ocupação. Tal exclusividade foi possível por estar inserido na modalidade “Empresas”, em que o município ou estado indica as famílias a serem beneficiadas, utilizando recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para financiar a obra. Porém, quase dois meses após a assinatura da ordem de serviço, a prefeitura divulgou uma nota⁸² afirmando que as casas passariam a ser individualizadas, após uma

⁸¹ Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2014.

⁸² Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=17016 (acessada em 20 de novembro de 2016).

negociação direta com a primeira construtora, que garantiu não haver custos adicionais para a modificação do projeto.

Não apenas a noção de casa se fez presente nesses momentos iniciais de negociação, como também durante o processo de montagem das *pastas* de documentos, quando diversos(as) ex-moradores(as) já possuíam ideias de reformar a então futura casa no *Pinheirinho dos Palmares*. Foi, portanto, de grande interesse das famílias os projetos de ampliação das casas desenvolvidos e apresentados pela turma de formandos do Curso Técnico em Edificações de 2015 do CEPHAS (Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza). Nove projetos de ampliação foram produzidos pela turma, tomando especificamente o caso do bairro *Pinheirinho dos Palmares II*, e disponibilizados gratuitamente às famílias para que pudessem realizar reformas após a mudança para o local. Dentre os projetos, destacavam-se a construção de edícula térrea e assobradada no quintal do terreno, sendo esse último o que demonstrou ganhar a preferência dos(as) ex-moradores(as) com quem conversei no dia do evento⁸³.



Figura 19. Uma das maquetes feitas pelos(as) alunos(as), mostrando as possibilidades de ampliações através dos projetos apresentados. Autor: Fabricio Barretti.

Embora os projetos ficassem disponíveis gratuitamente às famílias, os valores totais da reforma estimados pelos alunos se davam entre 29 e 39 mil reais, seguindo os custos, regras e

⁸³ Ocorrido no dia 09 de dezembro de 2015 em um auditório do CEPHAS na região Sul de São José dos Campos, o evento contou com a presença do prefeito Carlinhos, secretários(as) de algumas pastas da gestão, políticos do Partidos dos Trabalhadores, coordenadora do curso e a diretora da escola técnica municipal.

critérios estipulados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), gestado pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, mesmo que o alto valor tenha impressionado os(as) ex-moradores(as) com quem conversei no dia do evento, muitos já estimavam um custo muito menor que o fixado, pois os valores dos insumos e serviços contidos no SINAPI são produzidos através de uma mediana por unidade federativa⁸⁴.

Somado a isso, os planos de reforma eram colocados como algo a ser feito aos poucos, tal como era feito no *Pinheirinho*, onde se tinha, no início da ocupação, casas de madeira e lona oriunda do *Campão*, que passaram por reformas e foram se transformando, majoritariamente, em casas de alvenaria ao longo do tempo de ocupação. Segundo a dissertação de mestrado de Machado (2014), pesquisador já presente nas assembleias no início de minha pesquisa de campo, houve, durante o *Pinheirinho*,

um constante desenvolvimento nas condições de vida das famílias entrevistadas, assim como a de outras famílias presentes em suas narrativas. As casas estavam constantemente em construção, melhorando algo. O cultivo de plantações em seus terrenos também era comum, garantindo um mínimo necessário caso a família passasse por alguma crise financeira mais aguda (p. 125).

Diante disso, a partir de certo momento, a *coordenação* passou a proibir novos moradores de construírem casas de lona e de madeira, permitindo apenas as de alvenaria, como aponta Anderson ao falar de sua entrada na ocupação:

Fabricio: E como você conseguiu entrar, assim? Você falou com alguém? Como foi?

Anderson: Foi. Não, isso aí foi através do Marrom.

Fabricio: Direto com ele?

Anderson: Direto com ele. Quando eu cheguei, aí, então, eu não conhecia muita gente não. Aí, eu cheguei, e, aí, eu cheguei para ele e falei. Aí, tinha uma praça, e nessa praça o pessoal tinha que separado [ininteligível] e não deixava ninguém entrar. Aí, eu cheguei, falei, conversei com ele e falei: “Olha, cara. Dá para você me arrumar um pedaço para eu construir aí?”. Ele falou: “Você vai fazer de bloco ou de madeira?”. Eu falei “De bloco!”. Ele falou: “Se você fizer de bloco, você pode fazer. Você escolhe um pedaço aí e faz. Se for de madeira, não é para fazer não”. Eu falei: “Não. Vou fazer de bloco”. [Em] 15 dias eu já estava com a casa pronta.⁸⁵

Os planos de reforma no *Pinheirinho* foram narrados por Cristina ao contar sobre sua migração de Recife a São José dos Campos, onde seu filho já morava e conhecia pessoas que residiam no *Pinheirinho*:

⁸⁴ Fonte: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx> (acessada em 11 de abril de 2018).

⁸⁵ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

Cristina: Aí falamos assim: “[Filho de Cristina:] Em vez de você gastar dinheiro com aluguel, você vai ficar pagando 500, 600 reais de aluguel todo mês, por que você não vê se não consegue alguma coisa para você no *Pinheirinho*? Porque pelo menos você faz sua casa, levanta as paredes lá. Um dia pode ser sua, né? Quem sabe?”. Aí eu digo: “É mesmo, em vez de ficar dando dinheiro para os outros, vou construir o que é meu mesmo, né?”. Aí foi, falei com a *coordenação*. Aí era o Tiago o coordenador do *setor* lá que eu morava. Aí ele foi, falou que essa senhora estava indo embora, né? Tinha começado a construir, mas não ia terminar porque ia embora e ia ficar lá. Aí passou para mim o terreno que era da vizinha, que era dessa senhora. Eu paguei o que ela gastou de material na base, nas coisas. O material que ela tinha colocado lá para começar a fazer a casa, né? Aí eu paguei para ela e fiquei com o terreno e a casa para terminar. Aí fui, meu pai veio, veio de Minas [Gerais] para cá. Ai eu comprei [o] material tudinho. Ele arrumou, botou porta, botou telhado, fez telhado e tudo. E eu meio que passei para dentro da casa, sem reboco, sem piso. Também banheiro, fechava e pronto, né? Vou trabalhar e vou cuidando, vou fazer o resto. E assim foi. Eu vim, fui morar no *Pinheirinho* e todo dinheiro que eu ganhava, fazia hora extra, tudo era para comprar o material: cimento, areia, ferro, tudo que tinha direito ia comprando para terminar. O tempo passando aí a gente tinha combinado assim “Ó, vamos trabalhar, vamos fazer a casa, deixar ela arrumadinha, prontinha, porque quando a gente começar a pagar o terreno, começar a pagar IPTU, água, luz, a gente não vai ter que estar se preocupando com construção, né? A gente vai trabalhar para pagar as despesas que vai vir aí na frente. Vamos aproveitar que a gente não tá pagando aluguel, nem água, nem luz, pegar esse dinheiro para construir, porque, depois que começar a pagar, está construído”. [A] Preocupação era pagar a dívida do terreno e manter as dívidas em dia, né? Aí a intenção da gente era essa. Aí antes de eu terminar a casa aí foi tudo destruído, foi embora tudo.⁸⁶

O planejamento de reformas nas casas era presente tanto no *Pinheirinho* quanto em relação ao *Pinheirinho dos Palmares*, ainda mais após o evento em que os projetos de ampliação foram apresentados às famílias, anteriormente até mesmo da assinatura do contrato com a Caixa. Como aponta Carsten & Hugh-Jones (1995), a manutenção e reformas na casa enfatiza que “tais processos arquitetônicos são feitos para coincidirem, de várias maneiras, com eventos e processos importantes nas vidas de seus residentes, e são pensados em seus termos” (p. 39, tradução minha). Exemplo disso foi a construção de um quarto na casa no *Pinheirinho* para que o filho de Cristina viesse de Pernambuco para morar temporariamente com ela em São José dos Campos, até que ele e sua esposa conseguissem um emprego. Embora o projeto tenha sido adiado devido à remoção, era pretendido ser retomado no *Pinheirinho dos Palmares*:

Cristina: O outro [filho] lá em Pernambuco. Então, a gente já estava com tudo planejado, que era para ele vir embora para cá. Lá [no *Pinheirinho*] dava para ele morar com a gente e tudo. A casa era grande, aquela coisa toda. E, depois da desocupação do *Pinheirinho*, aí não tem mais como ele vir. Onde que eu vou colocar? Ele veio para passar uns dias aqui comigo, e você está vendo o sufoco que está aqui. Imagina para ele vir morar, onde eu vou colocar? Porque, assim, ele não vinha já com emprego garantido. Ele ia vir para trabalhar e seguir a vida dele. Até isso acontecer não tem como morar mesmo aqui dentro da minha casa, né? E lá tinha! Lá estava tudo de boa. Dava muito bem: tinha um quarto, que dava para ele ficar à vontade com a esposa dele e foi adiado esse sonho, né? Porque era um sonho meu que ele viesse para

⁸⁶ Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2014.

cá e dele também, porque o serviço aqui é melhor que lá em Pernambuco, né? Foi isso aí que afetou muito a vida da gente.⁸⁷

As visitas à obra, em que se incluem também as vistorias requeridas pela Realiza após a assinatura do contrato⁸⁸, configuravam os momentos em que os planos de modificações eram mais comentados. Geralmente marcadas em dias úteis devido à necessidade de que funcionários da construtora acompanhassem as(os) ex-moradoras(es), as idas ao bairro em construção eram colocadas como uma conquista da *coordenação*, que sempre ressaltava a importância da mobilização das famílias para que as demandas fossem atendidas. Nas vezes em que houve contratação coletiva de ônibus para a visita — sempre com o *Campão* como o lugar de saída —, era comum haver ao menos dois deles cheios, sem contar as famílias que compareciam com sua própria condução.



Figura 20. Ex-moradores(as) visitando a casa modelo preparada pela Realiza no dia 19 de dezembro de 2015. Autor: Fabricio Barretti.

A maior presença às visitas à obra era sempre comparada com a menor adesão às assembleias pelas *lideranças*. Na vistoria das *quadras* 3, 5 e 7, ocorrida no dia 11 de outubro de 2016, Marrom ressaltou esse aspecto ao dizer que teriam pessoas que ele somente via na

⁸⁷ Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2014.

⁸⁸ Embora a vistoria também fosse encarada como uma visita à obra, específico e diferenciado da segunda pelo fato da vistoria implicar que os contratos estavam assinados e, portanto, as famílias saberem a localização de suas casas.

obra, mas nunca nas assembleias, e brincou que elas poderiam até não se mudar por não estarem por dentro dos acontecimentos. Essas falas sempre ocorriam ao lado do terreno em construção, configurando uma espécie de curta assembleia antes de adentrarem a obra, exceto pelo fato de que, geralmente, apenas Marrom discursava, usualmente sobre a situação da obra ou visando mobilizar os(as) ex-moradores(as) a participarem mais dos eventos convocados pelo MUST. Após essa breve fala de Marrom, uma equipe de funcionários da Realiza acompanhava as famílias à casa modelo — no caso das visitas anteriores à assinatura dos contratos — ou nas respectivas *quadras* — no caso das visitas e vistorias posteriores à mesma.



Figura 21. Conversa da coordenação com os(as) ex-moradores(as) ao lado da obra, logo antes de entrarem no Pinheirinho dos Palmares para realizarem a visita no dia 19 de dezembro de 2015. Autor: Fabricio Barretti.

Na visita do dia 20 de outubro de 2016, acompanhei Fernando — ex-morador sempre próximo às *lideranças* nos eventos do *Movimento* — até sua casa em construção; ele havia sido contemplado com uma casa de esquina, algo desejado por muitos(as) ex-moradores(as), visto a ligeira maior área total do lote, ainda que também possuísse os mesmos 46,5 m² de área construída. Ele comentava que a primeira construção que ele — e a maioria daqueles(as) com quem conversei durante a pesquisa de campo — faria era levantar os muros que delimitavam cada terreno com a de seus vizinhos, visto que, desde a primeira empreiteira, foi estipulado, com o *Movimento*, que isso seria de competência de cada família.

Tendo isso em mente, Fernando já havia comprado os blocos de cimento para levantar todos os muros necessários para sua residência. Assim, quando percebeu que seu vizinho de fundo também estava presente naquele dia de visita, foi ao seu encontro para conversarem sobre essa questão, pedindo que o ajudasse com a quantia que pudesse para construção do muro. Obtendo uma resposta positiva, mesmo sem estipular valores naquele momento, Fernando avistou, logo após essa conversa, dois funcionários terceirizados pela Realiza trabalhando na calçada de sua casa, e se aproximou perguntando se eles faziam o serviço da construção dos muros. Eles não apenas o faziam como também mediram imediatamente as dimensões do terreno para elaborarem um orçamento e enviarem a ele o quanto antes.

Já Anderson, outro ex-morador também próximo à *coordenação*, também havia sido contemplado com uma casa de esquina em outra *quadra*. Com a *pasta* deferida desde que passou a trabalhar informalmente na área da construção civil, seus planos de reforma eram mais drásticos: pretendia construir um sobrado por cima da estrutura feita pela construtora, permitindo, então, instalar a churrasqueira que tanto queria na laje, que cobriria os corredores laterais do lote:

Fabricio: E aqui? [Comparando com] A sua casa daqui [do *Pinheirinho*], você pretende fazer algo parecido lá [no *Pinheirinho dos Palmares*]? Mudar a casa um pouquinho?

Anderson: Eu quero mudar. Lá é o seguinte: lá [no evento do CEPHAS] eles fizeram umas plantas. Você viu as plantas? Não, né?

Fabricio: Eu fui no

Anderson: No dia que eles estavam fazendo lá?

Fabricio: É. O prefeito foi. Foi o pessoal lá ...

Anderson: Isso, isso. Eles fizeram a planta lá. Só que eu quero fazer uma modificação nela. Então, eu conversei com um engenheiro lá, ele falou “Ah, depois que você estiver mudando lá, a gente senta e conversa”. Porque o sistema que eles fizeram lá [no *Pinheirinho dos Palmares*] não dá para poder fazer um sobrado. Não aguenta. A estrutura não aguenta um sobrado.

Fabricio: Na casa que vão construir mesmo [no *Pinheirinho dos Palmares*]?

Anderson: É. Nessa casa que está lá não dá para fazer sobrado se não fizer modificação. Mas eu já conversei com um engenheiro lá. “Anderson, é o seguinte. Aí depois você vai, dá a ideia, que dá para a gente pôr lá na planta”. Minha ideia, é fazer em cima de um caixote.

Fabricio: Um caixote?

Anderson: É. Deixar essa casa do modo que ela está lá e fazer outra por fora, entendeu? Não mexer em nada nela lá.

Fabricio: Como se fosse pôr uma coisa por cima?

Anderson: É, é. Vem ela, aqui eu vou fazer as colunas todinhas, fazer as vigas e levantar. Quando chegar na altura, bato essa laje por cima e aí eu faço o meu sobrado. E ela fica junto. Por dentro, a pessoa chega lá, vê a casa que foi feita [pela construtora]. Por fora, está a minha.

Fabricio: Como se fosse colocar uma casa por cima dela?

Anderson: É! Essa é a minha ideia. Para não mexer na estrutura que está lá e também não perder o seguro, né? Porque essa casa vem assegurada. Se você faz por fora e depois você constrói, você não mexeu nada no que ela fez. Você não perdeu nenhum direito dela.

Fabricio: A estrutura é a mesma, né?

Anderson: A mesma. Então, no vão da janela, a gente deixa o vão igual aqui assim, e faz a coisa. Essa é a minha ideia. Mas dentro da legalidade. Eu quero fazer acompanhado do engenheiro da prefeitura, do arquiteto que fez o projeto. Eu quero fazer tudo assim. Mas eu já conversei com ele, ele falou que, depois que eu estiver lá, que dá para fazer, porque eles vão estar lá acompanhando a gente. Essa mudança que vai ter lá ... Porque é um negócio bom. Igual o [que o] Carlinhos está fazendo: ele não quer que lá se torne uma favela. Ele quer que torne um bairro melhor. Então, ele lá vai dar um apoio para quem querer fazer modificação na casa. Então, vai ser muito bom.

Fabricio: Você já sabe como fazer? Você trabalhou com isso?

Anderson: Já. Já. Eu trabalho nessa área da construção civil. Eu já tenho noção de tudo. Inclusive, a minha ideia, lá onde é que eu vou ficar, a minha ideia é passar pros outros também, para as pessoas que tiverem condições de depois apoiar, para gente fazer uma padronização para ficar mais ou menos tudo igual. Vai ficar muito chique. Fica supersegura e não tira estética nenhuma da casa.⁸⁹

Por vezes, alguns ex-moradores me contavam essa preocupação em relação ao *Pinheirinho dos Palmares* “não se tornar favela”, uma noção de casa (e vizinhança) que foi incorporando novos elementos desde o *Pinheirinho*, culminando na proibição, pela *coordenação*, de que novos moradores construíssem casas de madeira ou de lona, visto a então predominância de casas de alvenaria.

No mesmo sentido, na vistoria do dia 11 de outubro de 2016, Antônio, um dos coordenadores do *Movimento*, me explicava que, por haver uma abundância de mão de obra para realizar as reformas no bairro devido a muitos ex-moradores terem trabalhado também na área da construção civil, não poderiam deixar que fizessem reformas utilizando apenas madeira, “senão viraria favela”. Também planejando construir uma churrasqueira em seu terreno, dizia não seguir a ideia de Anderson de construir uma casa por cima da existente. Em vez disso, ele planejava construir uma edícula e sua churrasqueira ao lado.

Essa noção de casa, em que certas formas de construção eram evitadas, pressupõe uma certa linha evolutiva relacionada não apenas às características do material utilizado na reforma,

⁸⁹ Entrevista realizada com Anderson no dia 18 de maio de 2016.

mas também à significação desse material a uma categoria (favela) que deveria se distanciar, tido como se fosse um retrocesso. A *luta*, assim, não visava apenas um horizonte a ser alcançado e conquistado, mas também um estado anterior no qual não se desejava estar novamente. Exemplo disso ocorreu quando conversava com duas ex-moradoras que criticavam aqueles que, supostamente, depreciavam a moradia conquistada⁹⁰, sugerindo que “quem não gostou [das casas no *Pinheirinho dos Palmares*] que vá morar no barraco de madeira de novo”. Percebe-se, assim, que os aspectos físicos se relacionam com o “papel que casas, tal como os corpos, entram em jogo como símbolos de grupos sociais, implicando fronteiras e hierarquias e dando a elas uma aura de naturalidade” (CARSTEN & HUGH-JONES, 1995, p. 21, tradução minha).

Para além das reformas que visavam relações familiares, como o plano de construir a churrasqueira para receber parentes bem como a construção de edículas para hospedá-los, havia também as reformas que se relacionavam com a esfera do trabalho das famílias, como no caso de Edmundo. Divorciado, ele queria montar um comércio local no *Pinheirinho dos Palmares* para dar continuidade ao seu trabalho com refrigeração e manutenção de máquinas de lavar roupas:

Fabricio: E no novo bairro *Pinheirinho dos Palmares*: você já tem algum plano de mudar a casa? Que nem aqueles projetos que o CEPHAS fez lá?

Edmundo: Olha, eu tenho um plano de fazer puxado no fundo. Faço um puxadinho baixo. Não quero nada alto [por]que eu não gosto de prédio, e a minha intenção é manter o meu comércio local lá, porque hoje eu trabalho com refrigeração também, e eu pretendo montar uma loja na parte de refrigeração lá. Máquina de pressão, máquina de lavar, essas coisas assim. Então dá para segurar legal e é um bairro novo, então já vai chegar com uma certa deficiência de mão de obra e essas coisas. Então, vai dar para fazer uma coisa.

Fabricio: Dá um novo mercado.

Edmundo: Novo mercado, é. Dizem que no momento de crise que a gente enxerga as oportunidades. Está aí um momento de crise; estão [aí] as oportunidades.⁹¹

Os planos para abrir um comércio local no novo bairro foram bastante recorrentes, usualmente amparados pelo argumento de que tudo lá estaria “começando do zero”, ou, como naquela frase de Anderson, “renascendo das cinzas”, o que implicaria grandes oportunidades de comércios e serviços para a região. Mesmo que já existisse um pequeno bairro ao lado, o EMHA II, era o próprio *Pinheirinho dos Palmares* que explicava essas novas oportunidades, visto que seriam 1.461 famílias mudando para o local em um curto intervalo de tempo e em

⁹⁰ Durante a pesquisa de campo, no entanto, não conheci alguém que estivesse infeliz com a casa conquistada, mesmo que maioria sempre afirmasse que o mais sensato fosse a regularização da antiga ocupação em vez de sua remoção.

⁹¹ Entrevista realizada no dia 24 de maio de 2016.

uma região em que o bairro mais próximo que possui diferentes tipos de comércios fica a 4,5 km, com acesso apenas por meio de uma estreita estrada que passava por diversas chácaras. Anderson colocava essa perspectiva acerca das novas oportunidades com o novo bairro quando eu tentei contrastar a maior proximidade de comércios, serviços privados e públicos e empregos que havia nas proximidades do *Pinheirinho* com a maior distância a esses no *Pinheirinho dos Palmares*:

Fabricio: E a localização de lá [do *Pinheirinho dos Palmares*] te preocupa?

Anderson: Não, não. Eu acho que lá é melhor que aqui.

Fabricio: Ah, é?

Anderson: É.

Fabricio: Por quê?

Anderson: Primeiro lugar, eu vou começar num lugar que não está afetado por nada. Vou começar no lugar que dali que eu vou fazer meu ponto de partida. Que ali que eu vou começar ... Porque depois que eu estiver lá, que eu vou ver o que é melhor para eu articular. Aqui [no *Pinheirinho*⁹²] eu não tinha muito objetivo. Aqui [era] apenas a sua casa. Porque aqui não tinha nada [de novas oportunidades já que] ... Aqui tudo tem aqui perto. Tudo aqui tem. Então, aqui eu tinha que arrumar um emprego para poder ... E lá não. Lá eu vou começar lá ... Então, depois que eu estiver lá, dá para eu ver se eu vou colocar uma lanchonete, se eu vou colocar uma mercearia, se eu vou colocar um mercadinho, se eu vou fazer um bar. Depois que eu estiver lá dá para eu ter na mente alguma coisa que dê para eu sobreviver. Eu também não quero arrumar coisa para eu ter dor de cabeça não. Quero uma coisa para eu viver.

Através dessas intenções de montar um estabelecimento para viver, nota-se que a mudança para o *Pinheirinho dos Palmares* denotava o fim de sucessivos deslocamentos ocasionados desde a remoção da ocupação, expressa não apenas ao formularem planos para modificações na casa como também ao colocarem esses em prática antes mesmo entrega das chaves, como visto no caso de Fernando com a compra antecipada dos blocos para os muros da sua casa. Embora as casas no *Pinheirinho dos Palmares* fossem colocadas como um objetivo, também eram um meio para as famílias alcançarem uma estabilidade financeira, dado que o financiamento pelo PMCMV possui um custo mensal muito menor que o de aluguéis⁹³. Assim, serão explorados, a seguir, a questão de tais deslocamentos tendo em vista os projetos de vida aqui discutidos e uma certa noção de estabilidade que a mudança para o bairro poderia levar às famílias.

⁹² A entrevista com Anderson foi realizada em uma padaria da região Sul que fica ao lado do antigo *Pinheirinho*.

⁹³ As parcelas do financiamento da casa correspondem a 10% da renda familiar durante 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50. Visto que o máximo de renda permitida na Faixa 1 do Programa era de R\$ 1.800, tem-se parcelas que podem variar de 50 a 180 reais.

3.2. Dos setores para as quadras: os deslocamentos entre as casas

A história do *Pinheirinho* é baseada em diversos deslocamentos em que, de uma forma ou de outra, a casa é implicada: as migrações para o estado de São Paulo, as dificuldades da situação de locatário em São José dos Campos⁹⁴, as duas breves ocupações anteriores à fundação do *Pinheirinho*, a ocupação em si, o deslocamento forçado pela sua remoção, a permanência nos abrigos, a volta à condição de inquilino através do Auxílio Aluguel, as assembleias no *Campão*, as visitas à obra e a mudança para o *Pinheirinho dos Palmares*. Diante disso, esta seção pretende analisar a constituição desse último deslocamento por meio do processo de *luta* por moradia, embora dessa vez de forma voluntária, desejada e *lutada*, a fim de finalmente se estabelecerem nas tão sonhadas casas próprias. Argumento também que a noção de projeto de vida e estabilidade, em que a casa própria é um meio para alcançá-los, também constitui o processo de *luta* por moradia ao permitir colocar fim aos diversos deslocamentos involuntários que permearam as trajetórias das famílias.

Desse modo, será explorada a literatura antropológica sobre deslocamentos, principalmente referente às migrações involuntárias ou decorrentes de situações de violência, o que inclui casos em que o Estado oferece indenizações ou moradia em outras regiões a fim de enfraquecer movimentos de resistência. Nesses casos, a possibilidade da remoção à força sempre está presente para aqueles que não aceitam a proposta — muitas vezes unilateral — do Estado, configurando, dessa maneira, uma violência estrutural, nos termos de Graeber (2012).

3.2.1. Para além do deslocamento espacial

Embora o início da bibliografia acerca da questão dos deslocamentos forçados remonte à década de 1950, principalmente no que diz respeito à questão do refúgio e do *development-induced displacement* (DID)⁹⁵, é a partir da década de 1990 que essa ganha maior densidade na Antropologia. É nesse período que a globalização entra em cena nas relações internacionais, produzindo diversos efeitos mercadológicos, políticos e sociais, sobretudo às populações mais vulneráveis dos países que, direta ou indiretamente, são afetadas por tal política externa (COLSON, 2007).

Diante disso, a questão da pobreza foi levada ao centro dessa literatura, sugerindo proteger e reconstruir os meios de subsistência como algo central para um programa de

⁹⁴ Segundo Forlin & Costa (2010, p. 146), 80% dos antigos moradores do *Pinheirinho* já moravam na cidade antes de entrar na ocupação, sendo que 60% desses residiam na própria região Sul.

⁹⁵ Deslocamento ocasionado por obras desenvolvimentistas, em tradução livre.

reassentamento justo (Cernea, 1997), não bastando apenas uma indenização pelo deslocamento das pessoas, mas também investimentos para que não houvesse a criação ou a intensificação de uma situação de pobreza. Cernea (2004) cria, então, um modelo que fornece princípios para orientar o deslocamento e o reassentamento, o *Impoverishment Risks and Reconstruction (IRR)*⁹⁶, que tinha como intuito fornecer diagnósticos e ajudar na resolução de problemas nessas situações, listando oito riscos de empobrecimento associados ao deslocamento: falta de emprego, terra e casa, marginalização, aumentos de mortalidade, insegurança alimentar, perda de acesso à propriedade comum e desarticulação social.

No Brasil, Scott (1996) abordou, através desses modelos propostos, a questão da remoção de populações a fim de discutir a importância de projetos de desenvolvimento urbano no redimensionamento do espaço nas cidades e na determinação da qualidade de vida de seus residentes, associando diversos estudos que contam não apenas com dados censitários como também estudos de caso, etnográficos quando possíveis, constituindo, em seus termos, uma metodologia híbrida. Partindo das resenhas produzidas pelo Banco Mundial acerca da progressiva urbanização da população mundial, que possui como um de seus efeitos o aumento da frequência de remoções e indenizações, o autor foca na noção de reorganização da vida pelas populações removidas, que historicamente contabilizam mais prejuízos do que ganhos. Contudo, é ressaltado que, ao passo que a literatura antropológica e sociológica privilegiaram os estudos sobre os grandes projetos de hidrelétricas que reassentam a população deslocada, os mesmos deslocamentos também recorrentes em centros urbanos raramente recebiam a mesma atenção à época.

Ainda segundo Scott, tal processo urbano possui, como uma de suas características, a utilização da remoção involuntária associada a uma tentativa de reparação por meio de reassentamentos, diferenciados em três tipos, de acordo com Cernea (1997): aqueles ocasionados por desastres naturais, por eventos políticos (guerras, conflitos étnicos e políticos, etc.) e por projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, rodovias, complexos turísticos, etc.). Embora admita que tal divisão não seja perfeita, o autor avança na categorização ao distinguir, a partir dos estudos de Mankodi (1989), três grupos interessados no reassentamento: vítimas, beneficiários e os outros (mídia, academia e ONGs) supostamente neutros e empáticos para com as vítimas. A partir dessas categorias, tem-se a dificuldade em planejar reassentamentos urbanos, visto que há múltiplos interesses entre os removidos devido a um maior número de

⁹⁶ Riscos e reatualização da pobreza, em tradução livre.

oportunidades econômicas possíveis na cidade, além do fato de necessitarem mais dinheiro e organização para tais projetos serem levados adiantes.

Contudo, Oliver-Smith (2006) aponta que, nesse modelo proposto por Cernea (2004), não há um apontamento claro para a questão da participação das comunidades – intrinsecamente multifacetadas – e da política em torno da compensação, cruciais nesses contextos. No mesmo sentido, Mehta (2009a, 2009b) atenta para o equívoco em tomar tais comunidades como homogêneas, pois, ao fazer isso, corre-se o risco de intensificar a vulnerabilidade das pessoas mais marginalizadas dentro delas, algo ignorado pelo modelo IRR, já que é desenhado como uma ferramenta para os planejadores, e não para os deslocados, negligenciando definições locais de perda, mal-estar e empobrecimento, por exemplo.

Em um caminho parecido, Hemer (2015) critica a abordagem do modelo IRR através do conceito de *displacement* de De Wet (2008). Esse, por sua vez, é baseado na noção de *emplacement*, que:

possui como um de seus aspectos um tipo de cidadania local ou emancipação que provê a uma pessoa o acesso aos recursos e relações associadas à área... [o *emplacement*] não necessariamente implica residência permanente... mas sim identificação e reconhecimento e o direito dos membros de provir sustento, sociedade e significação do local que possuem em comum (DE WET, 2008, p. 116, tradução minha).

O *emplacement*, portanto, relaciona-se não apenas a uma questão econômica, mas também social e institucional, tendo como cenário um local compartilhado que garante acesso a recursos e relações próprias, ao passo que o *displacement* consiste em um processo pelo qual há um crescente desgaste dessa mesma base econômica e institucional, resultando em um deslocamento no qual não há necessariamente o emprego da violência física para tal (DE WET, 2008), ou seja, não constitui, necessária e estritamente, um deslocamento forçado, por mais que seja indesejado.

Seria a perda dessas diversas relações a razão pela qual levaria as famílias a saírem do local, havendo a possibilidade de se encontrarem em uma situação de consecutivos deslocamentos, culminando até mesmo em um forçado, principalmente em contextos urbanos sujeitos a remoções de diversos tipos, ressalta o autor. O conceito de *displacement*, portanto, possui potencial em direcionar a análise aos aspectos sociais e locais do deslocamento de suas casas e comunidades, nos quais o pertencimento, identidade e as relações dentro da comunidade tomam o centro do estudo sobre esses deslocamentos, ao passo que privilegia uma perspectiva processual (HEMER, 2015).

Embora De Wet (2008) diferencie migração como um movimento voluntário e deslocamento (*displacement*) como involuntário, ele ressalta que as fronteiras entre ambos — e mesmo dentro da própria categoria *displacement*⁹⁷ — se tornam cada vez mais borradas, ainda mais em uma análise processual em que o contexto regional complexifica os diversos casos de movimentação. O *displacement*, por sua vez, abrange diversas situações, principalmente aquelas em que há a impossibilidade de consolidarem um lar (DE WET, 2008), fazendo com que seus membros se desloquem constantemente a fim de constituí-lo.

É diante dessas situações que Malkki (2002), embora não utilize os termos *emplacement* ou *displacement*, critica a noção de “vazio social” utilizada ou implicada por Agier e Bauman quando dissertam sobre transformações subjetivas inerentes ao deslocamento dos refugiados. Tais transformações, aponta a autora, são extremamente difíceis de serem estudadas por dependerem de contextos sociais e conjunturas políticas específicas, em que o status legal de refugiado funciona de forma complexa, ora experimentado como proteção, ora como coação e limitação.

Malkki, então, usa de seu próprio campo de pesquisa localizado geograficamente, segundo ela, “no meio do nada”⁹⁸, para mostrar que não estavam em um “vazio social”, mas sim inseridos em complexos sistemas de relações sociais, jurídicas, políticas, econômicas e míticas históricas. Suas vidas também eram marcadas por uma crônica tensão entre sua presença como “vida nua” (seguindo Agamben, Foucault e Arendt) e como atores políticos e sujeitos da história; a maioria de seus interlocutores sabia muito bem como negociar essas várias expectativas e limitações, assim como também sabia que sua negritude e africanidade eram suficientes para os tornarem visíveis ao mundo exterior para além da suposta “vida nua”.

Desse modo, privilegiar uma perspectiva em que os sujeitos estudados não são tomados como populações à mercê de ações estatais ou outros grupos armados, que supostamente os controlariam, ignorando qualquer forma de resistência, possibilita uma maior compreensão do fenômeno dos deslocamentos involuntários, visto que há diversas formas de ações para evitarem uma iminente movimentação contra sua vontade. O segundo capítulo demonstrou tais agências não apenas por parte do *Movimento*, mas também pelas famílias removidas, através tanto dos protestos para que o término da obra ocorresse o mais rápido possível quanto ao lidarem, por conta própria ou através das defensorias públicas, com as exigências burocráticas

⁹⁷ Para citar apenas alguns exemplos, tem-se os deslocamentos ocasionados por obras desenvolvimentistas, desastres naturais e conflitos armados.

⁹⁸ Sua pesquisa de campo ocorreu entre os burundianos que viviam em um campo de refugiados no Leste da Tanzânia.

da Caixa Econômica Federal para deferirem as *pastas* de documentos e alcançarem o financiamento da casa.

A importância da chave analítica *emplacement/displacement* para esta dissertação, no entanto, não é de classificar os diversos deslocamentos que permeiam a *luta* das famílias removidas do *Pinheirinho* por moradia, mas sim de atentar às relações sociais e econômicas, bem como identificação e significação acerca da área em comum (DE WET, 2008), focando principalmente no aspecto processual das mesmas (HEMER, 2015). Parte dessa atenção analítica foi abordada no começo deste capítulo, ao argumentar que a memória da antiga ocupação era componente da *luta* política, em que tal identificação e significação eram mobilizadas a todo momento não apenas pelo *Movimento* como também pelas(os) ex-moradoras(es) em entrevistas e conversas informais. Cabe, agora, abordar outros aspectos do mesmo processo, como a ideia de estabilidade não apenas financeira, mas também em relação aos diversos deslocamentos feitos ao longo da vida, além do processo de constituição da vizinhança do *Pinheirinho dos Palmares*.

3.2.2. Um deslocamento desejado e lutado: o *Pinheirinho dos Palmares*

O conceito de *displacement* de De Wet (2008), aliado ao foco processual destacado por Hemer (2015), faz-se interessante para entender não apenas o processo de aquisição das casas no bairro *Pinheirinho dos Palmares* como também os deslocamentos envolvidos desde antes da ocupação do terreno que veio a ser palco da operação de reintegração de posse. O processo de *displacement*, embora não necessariamente implique um deslocamento forçado, mas sim involuntário, relaciona-se com as trajetórias de diversos dos interlocutores com quem tive contato em campo. Vários desses possuem, em si ou na família, uma história de migração para o Sudeste, geralmente partindo do Nordeste, Norte de Minas Gerais e interior do Paraná, em busca de oportunidades de emprego. No entanto, o alto valor dos aluguéis da região passou a consumir cada vez mais a renda mensal familiar, constituindo diversos outros deslocamentos, a fim de aliviarem o orçamento, até chegarem às duas ocupações que culminaram na criação do *Pinheirinho*, possibilitando que mais pessoas em situações semelhantes viessem a compor e ampliar significativamente seu tamanho.

Foi na ocupação que muitas famílias tiveram o primeiro contato com um movimento social e com a noção de *luta* política tal como era colocada pela *coordenação*. Assim, o que, de início, consistia na urgência de moradia, com as relações estabelecidas no *Pinheirinho* puderam perceber o contexto da ocupação como um meio para a conquista da casa própria. O desejo pela

casa própria, portanto, era sempre tida como elemento principal daquilo que unia as famílias, como explicitou Anderson:

O pessoal em si, cara, é um pessoal muito batalhador. Merece ter as casas. Às vezes tem uns que ficam metidos em política — igual ao Toninho [do PSTU] e essas coisas — e não ajuda muito. Só quer mais do lado dele. Mas o povão, em si, batalha tudo pelo mesmo objetivo: para querer a casa própria.⁹⁹

Como exposto no segundo capítulo, a mobilização da categoria “*luta*” toma contornos circunstanciais através de duas formas de discurso com sentidos diferentes (BARRETTI, 2016). O primeiro sentido diz respeito a um campo de disputa política, aproximando-se mais às falas da *coordenação* ao microfone em assembleias e manifestações, embora também empregado nesse sentido tanto por aqueles que possuíam uma relação mais próxima com a *liderança* como por ex-moradoras(es) mais distantes a ela. Nesse sentido empregado, tal categoria tinha como fim mobilizar os ex-moradores ao redor de uma pauta relacionada à questão da moradia urbana ou especificamente à obra do *Pinheirinho dos Palmares*, tomando um sentido coletivizante ao trazer, à categoria, todos os(as) ex-moradores(as) do *Pinheirinho*. O segundo tipo de discurso, por outro lado, refere-se a um sentido individualizante, ressaltando a superação de dificuldades e problemas cotidianos, como um período de desemprego, por exemplo, em que a obtenção da casa própria era o maior dos objetivos a serem alcançados, visando contornar o alto valor que os alugueis tomavam da renda familiar.

Ambos os sentidos, no entanto, possuíam como horizonte não apenas a fixação nas residências, reconstituir a vizinhança do *Pinheirinho* e suas relações, como também de evitar os constantes deslocamentos que a situação de locatário implicava, ao mesmo passo que buscava o estabelecimento em um local que retomasse e garantisse o acesso a recursos e relações relacionados ao *Pinheirinho*. As narrativas dos efeitos que a remoção causou não apenas no cotidiano das famílias como também em várias outras esferas de suas vidas fazem transparecer a importância e a transversalidade da noção de *luta*. Uma dessas esferas afetadas era o próprio trabalho, dado que, com a remoção do *Pinheirinho*, as famílias tiveram de permanecer em abrigos improvisados e conciliar a presença no trabalho com a situação vivida. O caso de Cristina e seu companheiro, Francisco, exemplifica bem o problema:

Fabricio: Como a saída do *Pinheirinho* afetou você e sua família?

Cristina: É, assim, afetou em todos os sentidos, né? Porque lá onde eu morava o terreno era grande, as casas eram grandes. Meu marido é marceneiro, então ele trabalhava com a marcenaria, né? Tinham as máquinas dele. Ele pegava serviço e fazia lá mesmo [no *Pinheirinho*], né? Ele estava organizando a oficina e dava para ele

⁹⁹ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

trabalhar de boa lá. Depois da saída do *Pinheirinho*, a gente não teve onde colocar as máquinas. A gente não tinha nem onde morar. Teve que tirar as máquinas de lá e teve que vender, porque não tem condições de alugar uma casa ou um galpão, ou seja lá o que for, para colocar as máquinas dentro. A gente foi pro abrigo. As máquinas a gente conseguiu tirar de lá e ficou num colega do meu filho até a gente arrumar um lugar para colocar. Só que a gente não conseguiu. O dinheiro que a gente tem para pagar o aluguel mal dá para pagar um aluguel para gente morar, né? Não tinha condições de alugar uma casa maior que desse para colocar as máquinas para ele poder trabalhar. Aí já foi uma fonte de renda que não existe mais. Ele teve que dar fim nas máquinas dele e [agora] trabalha assim: ele ainda pega uns servicinhos ou outros para fazer, mas trabalha com as ferramentas manuais, porque a máquina para cortar as madeiras, tudo que ele tinha, a gente não tem mais, né? E para mim, eu tinha a minha criação de galinha caipira, eu tinha minha horta tudo. E, assim, uma vez ou outra sempre chegava pessoas para comprar frango caipirinha, galinha, essas coisas. Então também era um pouco de renda para mim, né? Tudo isso ajudava no orçamento de casa. E agora não tem mais nada disso no lado financeiro, né? Num tempo depois também tive de sair do emprego que eu estava. O patrão ainda segurou um tempo, por causa da situação da saída do *Pinheirinho*, mas, de uma maneira ou de outra, passei mais [de] 5 dias sem ir trabalhar, porque não tinha como trabalhar com a cabeça [pensando] como eu vou tirar minhas coisas, se eu conseguir tirar minhas coisas de lá, né? Ele entendeu um pouco de um lado, a minha situação, mas depois eu saí do serviço. Não sei se isso afetou diretamente minha saída, mas não gostaram muito. Aquela coisa toda. Financeiramente, a gente ficou praticamente sem nada.¹⁰⁰

Dessa forma, nessa mesma entrevista, Cristina e Francisco colocavam o *Pinheirinho dos Palmares* como um horizonte no qual não haveria mais necessidade de constantes mudanças de residência, ou seja, evitando um tipo de deslocamento:

Francisco: Não pode mudar daqui [da casa alugada com o Auxílio Aluguel], porque o dinheiro é pouco. E a gente tem que se manter aqui. Por trás das casas dos outros. Uma entrada feia dessas. Tem que entrar pela oficina [mecânica] aí, mas vai fazer o quê?

Cristina: Até achei casa maior [para alugar], mas é bem mais caro [do] que eu pago aqui. E, assim, se faltam dois anos para concluírem lá as obras e eu ir embora para minha casa, eu não quero esquentar a cabeça de mudar, de ficar fazendo mudança. O que eu puder me aguentar aqui, eu vou me aguentando, entende? Porque é muito ruim ficar se mudando para um lado e para outro. Eu estou traumatizada de mudança, e a última que eu fiz não foi nada boa [referindo-se à remoção do *Pinheirinho*].

Em um sentido parecido, Anderson credita sua migração do Norte de Minas Gerais ao estado de São Paulo à questão de emprego e de estabilidade, posto através de sua batalha:

Fabricio: Você veio para cá [ao estado de São Paulo para] procurar emprego mesmo?

Anderson: É, é. Foi. Porque o seguinte. Como lá era muito difícil, cara, a gente não tinha um poder aquisitivo que dava para poder sobressair. Aí vim para trabalhar e para ajudar a minha família e tudo. E aí deu acabando de eu ficando aqui. E hoje eu já não pretendo ir embora mais. Eu morei em São Paulo uma época, mas aqui, em São José, a cidade é mais acolhedora. E tudo aqui que você fica ... a facilidade é bem melhor. Então, hoje, graças a Deus, eu batalho. Então, a gente consegue ... Também já está na época de quase aposentar, então [risos]. Agora a minha ideia é, se Deus quiser, pegar

¹⁰⁰ Trecho da entrevista realizada com Cristina e seu companheiro no dia 30 de abril de 2014.

essa casinha lá, cara, e montar alguma coisa para eu poder passar o resto da minha vida aqui tranquilo. É isso que eu quero.¹⁰¹

A ideia de “passar o resto da vida tranquilo” era constantemente colocada, sob diversas formas, nas conversas informais com os(as) ex-moradores(as) ao falarem de suas expectativas com o *Pinheirinho dos Palmares*, sempre postas através de uma noção de estabilidade tanto financeira quanto relacionada a deslocamentos, visto que a mudança ao bairro acabaria com a necessidade de pagar um alto valor de aluguel e com as constantes mudanças de residência.

Como posto anteriormente, a *luta* envolvia não apenas a conquista da casa e estabilidade, mas também a retomada de relações construídas ao longo dos quase oito anos de existência da antiga ocupação. Dessa forma, a memória do *Pinheirinho* se fez importante na *luta* através das mobilizações dos eventos passados que marcaram suas trajetórias como moradores do *Pinheirinho*, a fim de reconstruir não apenas as residências como também as relações sociais da ocupação.

Tal reconstrução, no entanto, extrapolava a dimensão simbólica no processo de reerguimento do *Pinheirinho* no então futuro bairro, visto que, materialmente, as casas são hoje habitadas após um arranjo que possuiu movimentos tanto de recomposição da antiga vizinhança como de esquia da mesma, expressos nas intenções de alguns deles em escolherem se aproximar de familiares ou antigos vizinhos, ou mesmo de intencionalmente se distanciarem desses. Isso foi possível na maior assembleia que presenciei em campo, no dia 14 de maio de 2016, em que as famílias escolheram entre manter ou mudar o *setor* onde moravam na ocupação.

Nessa assembleia, as(os) ex-moradoras(es) apontavam a vizinhança que gostariam de morar, baseada nos *setores* da antiga ocupação, posteriormente “traduzido” pelo *Movimento* a fim de corresponder ao formato das *quadras* no *Pinheirinho dos Palmares*. A partir disso, as casas foram sorteadas, pela *coordenação*, dentro dessas *quadras*, designando o número específico do lote na planta do bairro. No entanto, também foi possível escolherem os lotes remanescentes no dia de assinatura da ata da prefeitura (documento necessário para formulação do contrato com a Caixa), nos casos das famílias que não compareceram a essa assembleia. Assim, os moradores puderam manter o *setor* onde moravam no *Pinheirinho* (ou seja, ficar próximo aos antigos vizinhos) ou optar por qualquer outro, embora ainda fosse desconhecida, aos(às) ex-moradores(as), a localização exata de cada uma das 31 *quadras*.

¹⁰¹ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

Ao passo que os quatorze *setores* constituíam a forma de organização das casas na antiga ocupação, no *Pinheirinho dos Palmares*, no entanto, a divisão se deu por *quadras*, que variam em área e, portanto, em quantidade de casas entre si. Embora as *quadras* correspondam exatamente a um quarteirão na planta do bairro, os antigos *setores* não seguiam essa mesma lógica: abrangiam um número muito maior de casas e quarteirões, motivo pelo qual foram fracionados em mais de uma *quadra* no então futuro bairro.

Conversando com algumas pessoas naquele momento de escolha, os motivos de permanecerem ou mudarem de *setor* iam tanto no sentido de resgatar a antiga vizinhança de evitá-la, embora a maioria tenha optado por permanecer no mesmo. Ao passo que, por um lado, alguns escolheram mudar de vizinhança, fosse por causa de barulhos que ocorriam no *Pinheirinho* — como som alto, confraternizações, etc. —, fosse por atritos com os vizinhos, muitos, por outro lado, escolheram permanecer no mesmo *setor* para ficarem perto de amigos e familiares. Assim, esse aspecto do arranjo da vizinhança pode ser pensado através da vicinalidade, ou seja, um processo de aproximação constitutiva através da forma de agregação sobre uma identidade continuada (PINA-CABRAL & GODOI, 2014), no caso, a de antigo morador do *Pinheirinho*, hoje transformada em morador do *Pinheirinho dos Palmares*. Edmundo colocou exatamente este exemplo em questão quando questionei se iria permanecer no mesmo *setor*:

Fabricio: E lá [no *Pinheirinho dos Palmares*]? Você prefere ficar em algum *setor* específico lá? Vai continuar no [mesmo *setor*?] ... Porque na última assembleia você tinha que escolher [entre o *setor*] onde você estava e ...

Edmundo: É, eu morava no [*setor*] D, né? Aí eu pedi para ficar no D mesmo. Falei “Ah, vou ficar no D mesmo”. Apesar que, independentemente de ser um lugar ou outro, para mim tanto faz: o importante é ter a casa. Tendo a casa ... Porque não importaria [qual *setor* seria], mas já que teve essa opção de escolha né? Falei, “então vou pro D”. Já era do D. Já conheço todo mundo. A gente já tem uma convivência entre todos, então ficou definido que algumas pessoas iriam ficar nos próprios *setores* e é legal isso. É melhor assim.¹⁰²

Outro parâmetro de escolha consistia no próprio relevo do bairro, visto que sua construção se deu em uma colina, mesmo não sendo muito íngreme. Seu centro — por onde passa a Rua Oito — é a parte mais alta e plana do bairro, ao passo que as outras ruas consistiam em ladeiras, algumas mais aclivadas que as outras. Com isso em mente, Anderson me explicou o motivo de mudar para outro *setor* na assembleia de escolha de vizinhança:

Fabricio: E lá, você escolheu outro *setor* ou manteve o mesmo?

¹⁰² Entrevista realizada 24 de maio de 2016.

Anderson: Não, não. Eu escolhi outro. Eu morava aqui no [*Pinheirinho no setor*] “E”. Lá [no *Pinheirinho dos Palmares*] eu vou mudar pro “D”. É porque eu não conheço muito o *setor* lá onde que [cada um] é não, mas eu acho que o *setor* lá, esse “D”, eu acredito que é no lugar mais plano.

Fabricio: Ali no ... Porque o terreno faz assim, né? Tem uma parte ...

Anderson: É. Tem uma parte que é bem caída lá em baixo. Eu acho que “D”, deve ficar naquele mais plano lá em cima.¹⁰³

Por outro lado, várias famílias basearam suas escolhas pela proximidade a serviços urbanos, principalmente relacionados a transporte, preferindo, por exemplo, uma casa que estivesse na Avenida Um ou Dois ou próximo a elas, visto que era sabido que seria por onde uma linha de ônibus passaria. No entanto, as casas mais próximas à entrada do bairro constituíram a maior preferência dos futuros moradores. Visto que o *Pinheirinho dos Palmares* e o EMHA II são os últimos bairros daquela região, morar na entrada do bairro facilitaria o deslocamento a outras regiões da cidade pela única saída que há: a Avenida João Rodolfo Castelli, uma estreita estrada que faz a ligação ao Jardim São Judas Tadeu, um dos principais bairros da região Sudeste. Essa preferência pôde ser notada também nas casas que já haviam sido designadas no primeiro dia de assinatura da ata da prefeitura, grifadas em amarelo na foto a seguir:

¹⁰³ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016.

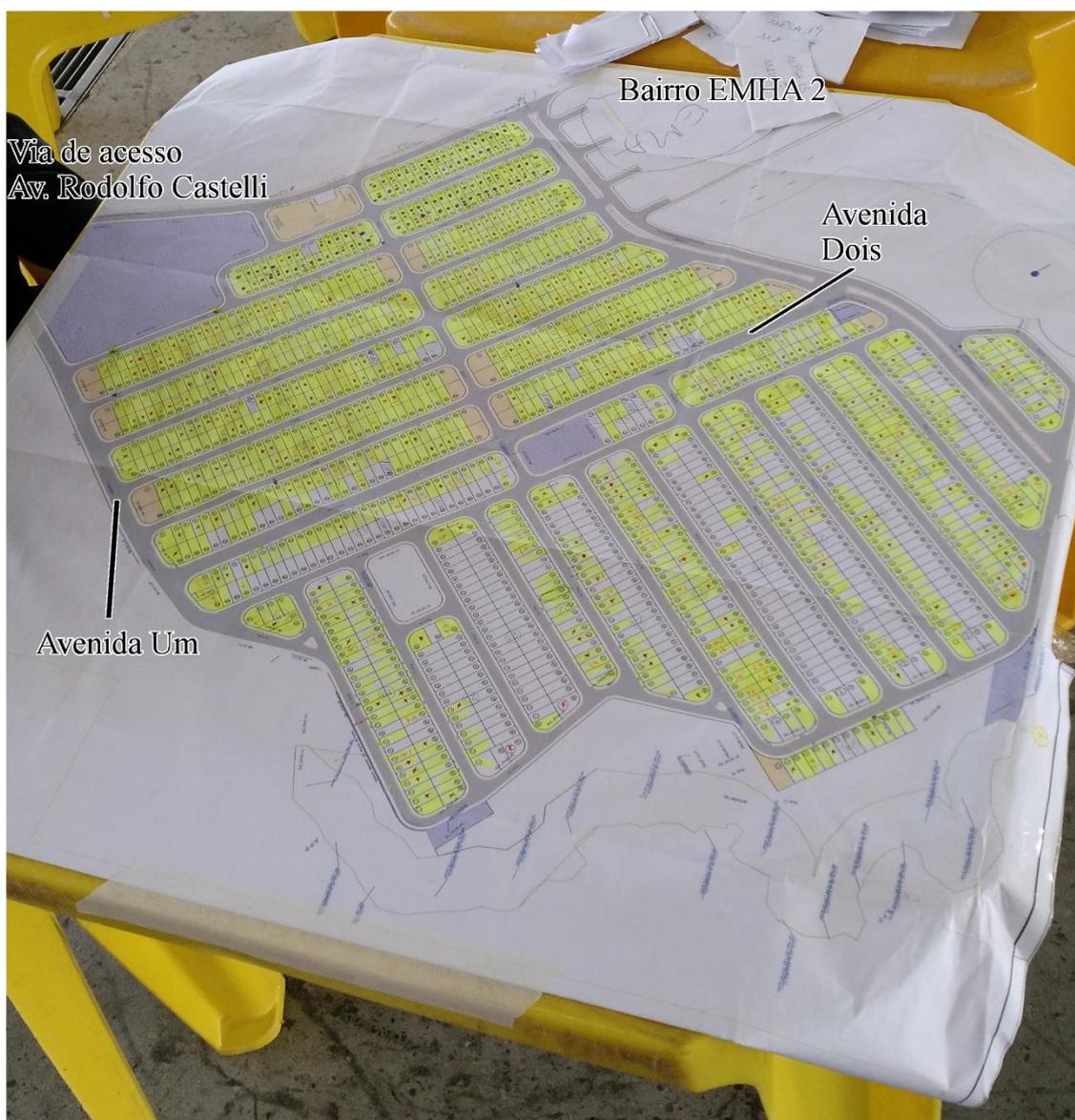


Figura 22. Foto do mapa utilizado pela prefeitura no primeiro dia de assinatura da ata, 03 de junho de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

A preocupação com os serviços públicos no bairro era presente não apenas entre aqueles que escolheram suas casas pensando em sua proximidade, mas também pelo *Movimento* quando afirmava que a *luta* não iria se encerrar com a mudança para o *Pinheirinho dos Palmares*. O coordenador Pedro exemplifica essa continuidade da *luta* política para garantia de serviços públicos ao bairro:

Fabricio: Como você imagina o *Pinheirinho dos Palmares* quando entregarem as casas lá? Como você acha que vai ser ali?

Pedro: Rapaz, olha. De repente, eu vou começar a chorar aqui só de pensar como vai ser a entrada lá. Porque: minha casa! Olha, eu nunca tive uma casa, cara! Entendeu? Nunca tive uma casa. Pago aluguel hoje. Eu fui casado 4 vezes. Tenho mais de 10

filhos. [...] Mas eu nunca tive uma casa que fosse minha. As que eu consegui, as mulheres ficaram para elas. E, hoje, junto com a minha esposa aí, saber que a gente vai pegar uma casa para nós ... Nossa, mãe do céu. Já é uma conquista, uma vitória muito grande. E eu enxergar a entrada lá [no *Pinheirinho dos Palmares*], eu vejo eu chorando só de colocar a mudança dentro do carro. Só de falar “Aqui está sua chave, Pedro!”. Nossa, para mim vai ser algo muito emocionante.

Fabricio: Mas não é o fim da *luta*?

Pedro: Não é o fim da *luta*. A *luta* ela nunca para. Ali vai ser o começo de mais uma *luta*, porque a gente vai ter que *lutar* por melhorias pro bairro, por escola, por saúde, por condução, por estrada... Então, vai abrir outro... Uma *luta* ela chama outra. Você nunca se dá por vencido.¹⁰⁴

O *Pinheirinho dos Palmares* foi entregue no dia 22 de dezembro de 2016, faltando um mês para completar cinco anos desde sua remoção. A escola de ensino fundamental e a creche prometida para o conjunto habitacional não ficaram prontas junto com as casas, embora a primeira tenha sido montada provisoriamente na quadra poliesportiva do bairro para o ano letivo de 2017. Mas, naquele dia 22, parafraseando o que um morador me disse naquela manhã, o importante era estar com as chaves: uma moça que eu não recordava ter conversado durante a pesquisa de campo me cutucou e disse “Para você que está sempre com a gente, olha!” e mostrou a chave de sua nova residência. No mesmo dia, à tarde, diversas famílias já levavam seus pertences ao *Pinheirinho dos Palmares* para poderem passar o Natal em suas próprias casas.



Figura 23. Foto do recebimento das chaves no *Pinheirinho dos Palmares*, na manhã do dia 22 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

¹⁰⁴ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.

Considerações finais

No capítulo introdutório, afirmei que esta dissertação tem por objetivo descrever e analisar a *luta* política que visava acessar o financiamento habitacional das famílias cujas casas foram destruídas na remoção da ocupação *Pinheirinho*. Trata-se, portanto, de um processo social que abrangeu o período entre a desocupação, em janeiro de 2012, e a entrega das chaves do *Pinheirinho dos Palmares*, em dezembro de 2016, no qual realizei uma etnografia a partir de abril de 2014.

Ao longo da pesquisa de campo, várias categorias e noções foram colocadas em cena através das conversas que mantive com diversos(as) ex-moradores(as) — fossem coordenadores(as) do *Movimento* ou não — e dos discursos feitos pela *coordenação*, principalmente nas assembleias, atos e visitas à obra. Noções de *luta*, casa, memória e Estado eram constantemente acionadas no período em que o *Pinheirinho dos Palmares* estava em construção, todas elas se relacionando de formas distintas, como foi argumentado ao longo da dissertação.

Permeando todo o contexto através de seus diversos atores sociais, a *luta* política se apresentava transversalmente a todas as outras noções citadas. Sua mobilização, no entanto, poderia se referir a distintos sentidos, mesmo que se relacionassem de acordo com o contexto em que era utilizado. De um lado, tinha-se o sentido coletivizante da *luta*, usualmente (mas não exclusivamente) empregado pela *coordenação* e pessoas próximas a ela ao buscar mobilizar a totalidade das famílias removidas em torno da pauta sobre habitação e, especificamente, da construção do *Pinheirinho dos Palmares*. Tal mobilização se dava principalmente a partir do reforço da categoria “*Pinheirinho*” enquanto uma coletividade homogênea, expressa na referência aos termos “o *Pinheirinho*” e “a Família *Pinheirinho*”, por mais que houvesse clivagens nessa suposta homogeneidade, como foi mostrado no segundo capítulo. Isso ocorria tanto para fora dessa mesma coletividade através das relações com os diversos setores do Estado quanto para dentro, principalmente nos momentos de assembleia, quando constantemente havia a reiteração — expressa através das *listas* do *Movimento* — da importância da presença dos(as) ex-moradores(as) não apenas nelas, mas também nas visitas à obra e nos atos convocados pelo MUST. Esses relembavam o sofrimento causado pela violenta remoção e exigiam a entrega do bairro após sucessivos atrasos desde setembro de 2015, primeira data estipulada para sua conclusão.

Do outro lado, havia o sentido individualizante da *luta*, presente de forma mais recorrente nas falas de ex-moradores(as) que não compunham a *coordenação*, embora também fosse mobilizado pela *liderança*, geralmente relacionando ambos os sentidos. A *luta*, nesse

caso, remetia à superação de problemas que se apresentavam à vida das famílias, como desemprego, problemas familiares, questões de saúde, etc.

Diante disso, tanto a noção de *luta* se movimentava entre os sentidos coletivizante e individualizante quanto suas ações também poderiam recorrer a ambas as esferas diante da problemática que se impunha às famílias. Por um lado, ações coletivas como os atos que protestavam em frente a Sabesp, EDP Bandeirante e a ocupação da calçada do portão da prefeitura reafirmavam a dimensão que o *Pinheirinho* e sua *luta* tomaram devido à desocupação, além de pressionarem as diversas instituições a não apenas agilizarem a entrega das casas como também resolverem problemas que diversas famílias passavam.

A *luta* também contava com ações de instituições consideradas aliadas do *Pinheirinho*, como foi o caso do questionamento judicial, feito pelas defensorias públicas do Estado de São Paulo e da União, acerca das portarias do Ministério das Cidades que fixavam o limite da renda permitida na Faixa 1 do PMCMV em, primeiramente, R\$ 1.6000 e, por último, R\$ 1.800. Com o amparo jurídico das defensorias, foi possível autorizar a Caixa a considerar a renda familiar de 2012, quando houve a desocupação, o que permitiu que cerca de 80 famílias pudessem deferir suas *pastas* e acessarem o financiamento da casa própria.

Por outro lado, somente por meio de ações individuais ou familiares que diversos problemas em relação à montagem das *pastas* foram resolvidos. Exemplos disso são os casos em que houve a necessidade de sair do emprego e passar a trabalhar informalmente para não ultrapassarem o limite da renda familiar, quando ainda não era considerada a de 2012. Nos casos em que os problemas não poderiam ser resolvidos através de ações desse tipo, eram nas defensorias públicas que havia a possibilidade de muitos deles serem sanados. Maioria desses dizia respeito aos documentos exigidos pela Caixa, principalmente os de comprovação de estado civil, visto que era exigido a presença do casal para a assinatura do contrato.

Porém, os casos mais problemáticos foram aqueles em que houve a separação, mas não o divórcio formal perante o Estado. A dificuldade consistia em entrar em contato com o cônjuge para realizar a averbação da certidão de casamento, dado os diversos casos em que houve migração para o estado de São Paulo, geralmente se deslocando do Nordeste, Norte de Minas Gerais e interior do Paraná. Diante disso, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo era acionada pelos(as) ex-moradores(as) para buscar contato com o cônjuge e requerer documentos através da parceria com as defensorias públicas conveniadas, embora nem todas oferecessem total cooperação, como era o caso da Bahia, implicando uma demora para sua obtenção. Além

disso, por vezes, era descoberto que o cônjuge havia falecido, situação que as defensorias auxiliavam por meio da obtenção da certidão de óbito para que a *pasta* fosse deferida.

Diante disso, o Estado era percebido, principalmente pelo MUST, mas não somente, permeado por clivagens entre suas instâncias, sobre as quais a *luta* se fazia presente tanto por alianças quanto por embates. Com a saída de Marrom do PSTU e sua filiação ao PT em 2013, partido que assumiu a gestão da prefeitura naquele ano, a *luta* passou a contar com uma forma de institucionalização que não se tinha anteriormente, ainda mais devido à sua campanha a vereador em 2016. Embora Marrom apoiasse explicitamente o prefeito Carlinhos e vice-versa, essa institucionalização era colocada, pela *coordenação* nas assembleias, também como de enfrentamento no que fosse necessário. Isso se dava principalmente em suas falas acerca das reuniões de *Ponto de Controle*, mas também no protesto em frente à prefeitura no dia 15 de dezembro de 2016 e nos blefes feitos nas reuniões com a Caixa, quando, por exemplo, o *Movimento* dizia que um grande número de ex-moradores poderia ser convocado para protestar na frente de seu prédio ou até mesmo para ocupar as casas em construção, por exemplo.

Por outro lado, tal institucionalização também contribuiu para que diversas pautas fossem colocadas à prefeitura e grande parte delas atendida, em que o exemplo mais emblemático se deu em torno da noção de casa. A começar, a própria saída de Marrom do PSTU foi narrada, pelo MUST, como uma divergência quanto à forma da habitação a ser construída, que estava em negociação após a vitória do PT nas eleições municipais de 2012. Por um lado, o PSTU acreditaria que não seria possível contemplar a totalidade das famílias removidas com casas, sugerindo que fosse aceita a proposta de apartamentos. Por outro lado, o MUST argumentaria que a construção de apartamentos necessariamente dividiria as cerca de 1.750 famílias do *Pinheirinho* em mais de um conjunto habitacional, além da preferência dos removidos por casas, visto os diversos relatos de utilização do terreno para complementar a renda familiar através de, por exemplo, hortas, criações de pequenos animais, instalações de oficinas de diversas espécies, pequenos comércios e serviços.

Assim, segundo a narrativa da *coordenação* e ex-moradores(as) com quem conversei, a ruptura com o PSTU ocorreu em 2013, através da assembleia na qual foi votada se aceitariam a proposta de apartamentos ou se continuariam na *luta* para que fossem construídas casas com terrenos individualizados. Ao votarem pela segunda alternativa, não foi decidido apenas a forma de habitação, mas também o grupo que permaneceria representando o *Pinheirinho* perante as instituições do Estado, principalmente nas reuniões de *Ponto de Controle*.

Diante desse novo arranjo contextual, a pauta das famílias removidas foi parcialmente atendida com a assinatura da ordem de serviço que permitia o início da construção de 1.461 moradias pela presidenta Dilma Rousseff no dia 25 de março de 2014. Parcialmente pois o modelo de residência que constava na ordem de serviço era o de casas geminadas, e não individualizadas. Porém, enquanto a primeira construtora, a ElGlobal, ainda fazia a terraplanagem do terreno, a prefeitura conseguiu negociar para que fossem construídas, sem custos adicionais, casas individualizadas, tais como eram as do *Pinheirinho*.

Dessa maneira, a memória da antiga ocupação se relacionava com a *luta* política não apenas através do modelo arquitetônico desejado e da mobilização de símbolos — tais como os escudos improvisados pelo grupo de resistência à remoção e as maquetes de casas — em atos convocados pelo MUST, mas também através de uma narrativa na qual o *Pinheirinho* havia feito história no que diz respeito a movimentos de moradia e à questão habitacional urbana, reforçando a dimensão que a ocupação tomou.

Assim, constituindo parte da *luta* política, o passado resgatado através da memória era projetado a um futuro cujo horizonte consistia não apenas no financiamento da casa própria, mas também na ideia de evitar os constantes deslocamentos que a situação de locatário implicava, visto o alto valor dos aluguéis comparados com a renda mensal das famílias. Desse modo, a *luta* pelo deslocamento ao *Pinheirinho dos Palmares* era pensada também através da ideia de estabilidade financeira que poderia finalmente ser alcançada com a chave da casa própria, diante das prestações de seu financiamento que possuíam valores muito menores aos dos aluguéis da região.

As chaves foram entregues na manhã do dia 22 de dezembro de 2016, uma quinta-feira, no Estádio Martins Pereira. Funcionários da Caixa se dividiram em diversas mesas, cada uma correspondendo a algumas das 31 *quadras*, onde as famílias assinavam um documento para poderem retirar a chave de sua casa. Na tarde daquele dia no *Pinheirinho dos Palmares*, por volta das 16 horas, contei 21 veículos que levavam a mudança das famílias, além de uma viatura da Polícia Militar fazendo uma ronda no bairro. Mas era no sábado que a maioria das pessoas com quem conversei naquela manhã adentraria suas residências junto com seus pertences, visando passar o Natal em suas próprias casas após quase cinco anos desde que aquelas levantadas por suas próprias mãos foram destruídas na remoção do *Pinheirinho*. Eram os primeiros dias de um cotidiano *lutado* para ser reavido.



Figura 24. Entrega das chaves no Estádio Martins Pereira, dia 22 de dezembro de 2016. Autor: Fabricio Barretti.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome (Antropologia Hoje).

ASAD, Talal. 2004. *Where are the Margins of the State?* In DAS & POOLE (eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research Press, Santa Fe.

BARRETTI, Fabricio. 2015. *Efeitos de uma reintegração de posse: o pós-Pinheirinho*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar.

BARRETTI, Fabricio. 2016. *Removidos, movimento social e Estado: relações acerca da luta política no pós-Pinheirinho*. In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, João Pessoa - PB. Anais 30ª RBA, 2016.

BOURDIEU, Pierre. 2008. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CALDEIRA, Teresa. 1984. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores e da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, Ruth. 1994. *A Trajetória dos Movimentos Sociais*. In DAGNINO, Evelina. *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. Editora Brasiliense, 1994.

_____. 2008. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT. (Orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CARSTEN, Janet. 2004a. *Introduction: After Kinship?* In CARSTEN, Janet. *After Kinship*. Cambridge University Press, New York.

_____. 2004b. *House of Memory and Kinship*. In CARSTEN, Janet. *After Kinship*. Cambridge University Press, New York.

_____. 2007. *Introduction: Ghosts of Memory*. In CARSTEN, Janet (Ed.). *Ghosts of Memory: Essays on Remembrance and Relatedness*. Blackwell Publishing, Oxford.

CARSTEN, Janet & HUGH-JONES, Stephen. 1995. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge University Press, Cambridge.

CERNEA, Michael. 1997. *The risks and reconstruction model for resettling displaced population*. *World Development* 25(10): 1569–87.

_____. 2004. *Impoverishment risks, risk management, and reconstruction: A Model of population displacement and resettlement*. Presented at UN Symposium on Hydropower and Sustainable Development, 27 to 29 October: Beijing, China.

COLSON, Elizabeth. 2007. *Displacement*. In: NUNGENT, David & VINCENT, Joan. *A Companion to the Anthropology of Politics*.

COMERFORD, John Cunha. 1995. *Falando da luta: observações sobre a noção de luta entre trabalhadores rurais*. In: Comunicações do PPGAS, nº 5, março de 1995, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

COSTA, Maria das Dores. 1988. *Movimentos Sociais e Cidadania: Uma Nova Dimensão para a Política Social no Brasil*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, abril/junho de 1988.

DAS, Veena. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Dheli, Oxford: Oxford University Press.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. 2004. *State and Its Margins: Comparative Ethnographies*. In DAS & POOLE (eds.) *Anthropology in the Margins of the State*, School of American Research Press, Santa Fe.

DE WET, Chris. 2008. *Reconsidering displacement in Southern Africa*. *Anthropology Southern Africa* 31(3 & 4): 114–22.

DIAS, Eurípedes Cunha (2001). *Arqueologia dos Movimentos Sociais*. Trabalho apresentado no XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), São Paulo.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. 2010. *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PPGAS-USP.

_____. 2013. “*A gente já nasce lutando*”: *a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal*. *Revista de Antropologia* V. 56 Nº 1, São Paulo, USP.

DURHAM, Eunice. 1984. *Movimentos Sociais: a construção da cidadania*. Novos Estudos Cebrap, edição 10, volume 3. Disponível em <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-10/>.

EDELMAN, Marc. 2001. *Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics*. In *Annual Review of Anthropology*, Vol. 30, pp. 285-317.

ESCOBAR, Arturo. 1992. *Culture, Practice and Politics: Anthropology and the study of social movements*. In *Critique of Anthropology*, SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, Vol. 12(4), pp. 395-432.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2010. *Introdução*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora UNESP.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 2003. *Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas.

FILADELFO, Carlos Roberto. 2015. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo.

FOUCAULT, Michel. 2008. *Arqueologia do saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FORLIN, Luiz Gustavo & COSTA, Sandra Maria Fonseca da. 2010. *Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho*. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 123-158, jan./jun. 2010.

GINJO, Milena de Mayo. 2016. *Pinheirinho: Dinâmicas de Repressão e Resistência na Reconstrução Dogmática do Conflito Fundiário Urbano*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

GOHN, Maria da Glória. 1997. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.

GRAEBER, David. 2012. *Dead zones of the imagination: On violence, bureaucracy, and interpretive labor*. HAU: Journal of Ethnographic Theory 2 (2), p.105–128.

GUPTA, Akhil. 2012. *Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence and Poverty in India*. Duke University Press, Durham and London.

HALBWACHS, Maurice (1990). *A Memória Coletiva*. Editora Vertice, São Paulo.

HEMER, Susan. 2015. *Emplacement and resistance: Social and political complexities in development-induced displacement in Papua New Guinea*. The Australian Journal of Anthropology, 2015, p. 1-19.

HULL, Matthew. 2012a. *Documents and bureaucracy*. Annual Review of Anthropology, 41, p. 251-267.

HULL, Matthew. 2012b. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

JIMENO, Myriam (2011). *Después de la masacre: la memoria como conocimiento histórico*. Cuadernos de Antropología Social. No.33, pp. 39-52.

KHAN, Naveeda. 2013. *The question of the political: Thinking with Matthew Hull*. HAU: Journal of Ethnographic Theory 3 (3), p. 411–415.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. *Minhas Palavras*. São Paulo, Brasiliense.

_____. 2004. “*História e etnologia*”. Textos Didáticos, 24 (IFCH/UNICAMP), 3ª edição.

LOWENKRON, Laura. 2014. HULL, Matthew. 2012. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press. 301 pp. Mana, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 624-626, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132014000300624&lng=en&nrm=iso>.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. *Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers*. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112.

MACHADO, Igor José de Renó. 2010. *Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil*. Revista Etnográfica, Portugal, 2010.

MACHADO, Pedro Henrique Faria. 2014. *Pinheirinho entre o sonho e a realidade: experiências em uma Ocupação Urbana em São José dos Campos - SP*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Taubaté, Taubaté.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002). *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista brasileira de ciências sociais, vol. 17, nº 49.

MALKKI, Liisa. 2002. News from nowhere: Mass displacement and globalized 'problems of organization'. *Ethnography*, Vol 3 (3): 351-360, Sage Publications.

MANKODI, K. 1989. *Displacement and relocation: problems and prospects*. In: Walter Fernandes e Enakshi Ganguly Thukral (eds.) *Development Displacement and Rehabilitation*. Indian Social Institute: New Delhi.

MARCUS, George E. 1995. *Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography*. In *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, pp. 95-117.

MEHTA, Lyla. 2009a. *The double bind: A gender analysis of forced displacement and resettlement*. In (ed.) L. Mehta *Displaced by Development: Confronting Marginalisation and Gender Injustice*. New Delhi: Sage Publications, pp 3–33.

MEHTA, Lyla. 2009b (ed.). *Displaced by Development: Confronting Marginalisation and Gender Injustice*. New Delhi: Sage Publications.

MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. 2011. *Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales*. Revista Colombiana de Antropología, vol. 47, núm. 1, p. 13-42.

NAVARO-YASHIN, Yael. 2007. *Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: Affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus*. *Anthropological Theory* 7, p. 79–98.

OLIVER-SMITH, Anthony. 2006. *Displacement, resistance and the critique of development: From the grass roots to the global*. In (ed.) C. de Wet *Development-Induced Displacement: Problems, Policies and People*. New York: Berghahn Books, pp 141–79.

PAOLI, Maria Célia. 1991. *Movimentos Sociais, Cidadania e Espaço Público; Perspectivas Brasileiras para os Anos 90*. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 33, Outubro de 1991.

PEIRANO, Mariza. 2014. *Etnografia não é método*. Horizontes Antropológicos, UFRGS, Porto Alegre, ano 20, n. 42, pp. 377-391, jul./dez.

PINA-CABRAL, João & GODOI, Emília Pietrafesa. 2014. *Apresentação: Vicinalidades e Casas Partíveis*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 57, nº 2.

POLLAK, Michael. 1992. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, No. 10, pp. 200-215.

RILES, Annelise. 2006. *Documents: artifacts of modern knowledge*. University of Michigan Press, Michigan.

SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Parry. 1996. *Remoção Populacional e Projetos de Desenvolvimento Urbano*. In: JULIO CÉZAR DOS SANTOS; WELLINGTON ALVES DE CASTRO. (Org.). ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS X VINTE ANOS DA ABEP, 10. ANAIS. 1ed. CAXAMBÚ: ABEP, 1996, v. 2, p. 813-834.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (2002). *Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo*. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Org.) *Gestar e Gerir: Estudos para Uma Antropologia da Administração Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, pp. 11-21.

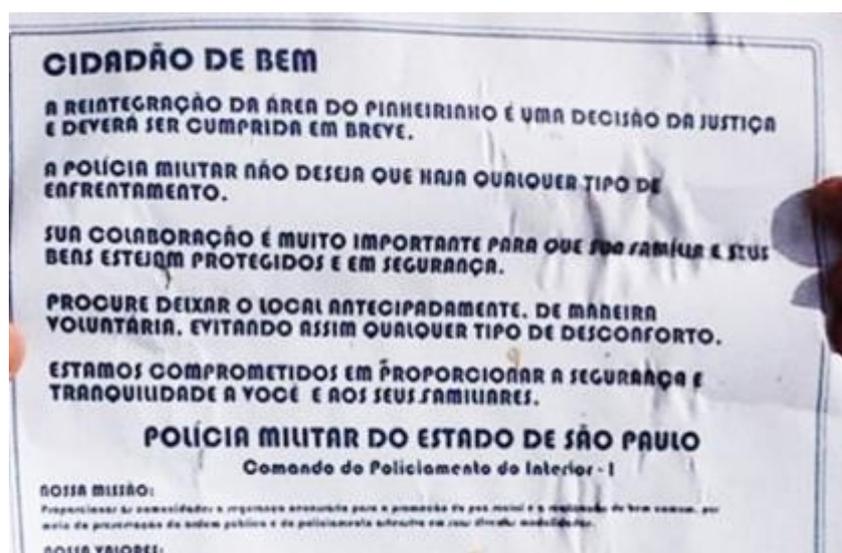
STRATHERN, Marilyn. 2004. *Partial Connections*. Walnut Creek, CA: Altamira Press - Rowman & Littlefield Publishers, [1991] 2004. 153 páginas.

VAN VELSEN, Jaap (2010). *A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora UNESP.

Anexos



Anexo 1. Placa indicando os bairros Vila Adriana e EMHA II na Avenida João Rodolfo Castelli, que dá acesso ao Pinheirinho dos Palmares. Fonte: Google.



Anexo 2. Panfleto lançado pelo Helicóptero Águia da Polícia Militar do Estado de São Paulo na ocupação *Pinheirinho* em 16 de janeiro de 2016. Fonte: <http://www.ovale.com.br/panfletos-arremessados-pelo-aguia-causam-revolta-no-pinheirinho-1.207485> (acesso em 22 de setembro de 2016).



Anexo 3. Placa referente aos apoios financeiros da obra do *Pinheirinho dos Palmares II*. Foto tirada por mim em visita à obra no dia 11 de outubro de 2016 com os ex-moradores do *Pinheirinho*.

Apoiadores



"O Marrom é o maior líder de movimento de moradia de São José dos Campos, graças a ele conseguimos conquistar a construção do Pinheirinho das Palmeiras"

Carlinhos de Almeida



"Nos conhecemos no movimento sindical, o Marrom sempre defendeu os interesses dos trabalhadores, ele tem meu total apoio"

Wagner da CUT Nacional



"Estou com Marrom porque mesmo sem mandato, fez muito por SJC, a luta do Marrom é a luta que fazemos na capital, moradia, direitos sociais, obras na comunidade, regularização fundiária e agregação familiar"

Senival Moura
Vereador da Capital



"O Marrom sempre lutou pelos direitos sociais, e teve um papel importante na ocupação e na desocupação do Pinheirinho. É o grande responsável pela construção das moradias do minha casa minha vida em São José dos Campos"

Guilherme Boulos - MTST



"O Marrom sempre apoiou os jovens da periferia, como vereador fará muito mais por nós"

MC Camuh



"Estou com o Marrom porque na câmara de vereadores, será a voz dos ambulantes e da economia informal de São José dos Campos"

Tonico Pipoqueiro



"O Marrom está atendida com os interesses da comunidade e dos jovens, tem compromisso e propostas para o esporte, lazer e cultura"

Walter e Renata
X Moto Show



"Apóio o Marrom por sua luta e comprometimento com os movimentos sociais"

Ailton Laurentino
Petroleiro



"Sua trajetória de luta a credencia para nos representar. Marrom na câmara é a certeza que as domésticas terão voz"

Efigênia Reis - Diretora
Sindicato das Domésticas de SJC



"Junto com o Marrom acompanhei todo o sofrimento das famílias do Pinheirinho após desocupação. Como secretário de serviço social, estive lado a lado com o Marrom nas negociações para a construção do Pinheirinho das Palmeiras"

Luiz Jacometti
Ex Secretário da SDS de SJC

Anexo 4. Verso do panfleto da campanha de Marrom a vereador em 2016 exibindo seus apoiadores.